

Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Centro de Educação e Humanidades

Faculdade de Formação de Professores

OTÁVIO DOS SANTOS GOMES

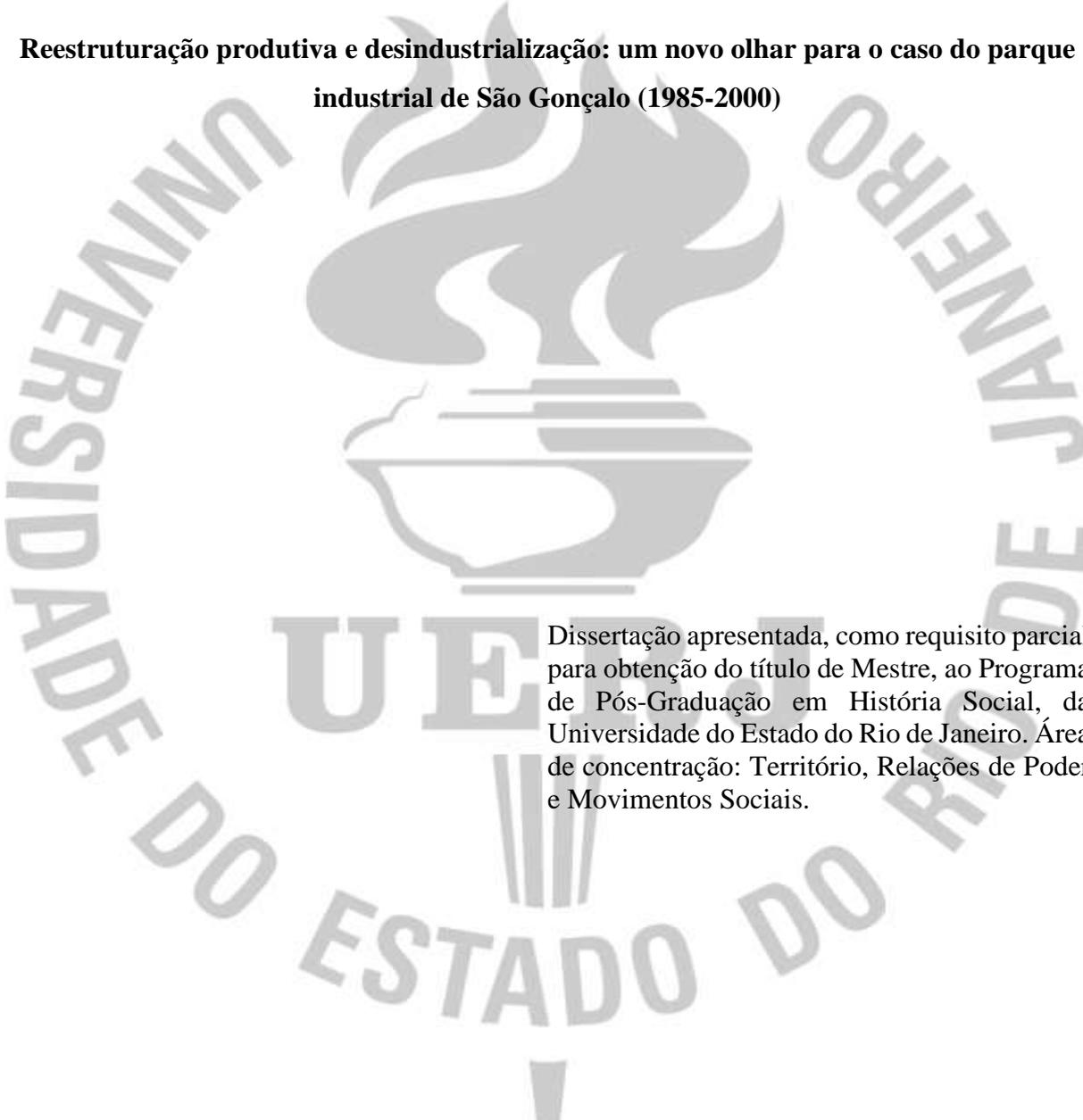
Reestruturação produtiva e desindustrialização: um novo olhar para o caso do parque industrial de São Gonçalo (1985-2000)

São Gonçalo

2025

Otávio dos Santos Gomes

Reestruturação produtiva e desindustrialização: um novo olhar para o caso do parque industrial de São Gonçalo (1985-2000)



Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em História Social, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Território, Relações de Poder e Movimentos Sociais.

Orientador: Prof. Dr. Gelsom Rozentino de Almeida

São Gonçalo

2025

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ/ REDE SIRIUS/ BIBLIOTECA CEH/D



Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Otávio dos Santos Gomes

Reestruturação produtiva e desindustrialização: um novo olhar para o caso do parque industrial de São Gonçalo (1985-2000)

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em História Social, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Território, Relações de Poder e Movimentos Sociais.

Banca examinadora:

Prof. Dr. Gelsom Rozentino, de Almeida (Orientador)
Faculdade de Formação de Professores - UERJ

Prof.^a Dra. Cátia Antônia da Silva
Faculdade de Formação de Professores – UERJ

Prof. Dr. Cesar Honorato
Universidade Federal Fluminense – UFF

AGRADECIMENTOS

Sempre há pessoas muito importantes que auxiliaram e contribuíram para que minha dissertação fosse concebida, então gostaria de manifestar gratidão que tenho por toda a ajuda que recebi durante os dois anos e meio de escrita e pesquisa.

Primeiramente, devo agradecer à CAPES em virtude do financiamento vigente nos vinte e quatro meses de mestrado. Sinto-me bastante afortunado por todo o investimento que recebi a fim de realizar minha pesquisa e não consigo imaginar como seria todo o processo sem um mecenas por trás.

Em segundo lugar, agradeço ao meu orientador, o Prof. Dr. Gelsom Rozentino de Almeida, o qual aceitou com muito carinho e complacência um trabalho tão complexo como o meu, e com quem compartilho o amor pelo Botafogo de Futebol e Regatas, o Glorioso, e também a orientação marxista, apesar do professor Gelsom ser gramsciniano e este que escreve ser trotskista.

Em terceiro lugar, quero agradecer a todos meus familiares e parentes, por todo o apoio e incentivo dados a mim durante esses dois anos de realização da dissertação, em especial a Cosme Gomes, meu pai, por ter feito de tudo para que eu pudesse realizar a pesquisa e a escrita da dissertação nas melhores condições possíveis.

Em quarto lugar, devo agradecer a alguns amigos, como Alan Navarro e Alberto Fraga, pelos quais, mesmo avançados no mestrado em relação a este que escreve, sempre terei grande carinho e admiração, bem como a alguns colegas como a Fausye Gama, Sérgio Barreto, Miguel Vieira e tantos outros pela excelente companhia e pelos aprendizados.

Em quinto lugar, devo agradecer a todos os funcionários e funcionárias da UERJ-FFP que são, sem exageros, o coração do campus. Dos profissionais da limpeza e da segurança aos trabalhadores da secretaria de graduação e pós-graduação, o trabalho executado por todos é fundamental e imprescindível.

RESUMO

GOMES, O. S. *Reestruturação produtiva e desindustrialização: um novo olhar para o caso do parque industrial de São Gonçalo (1985-2000)*. 2025. 154 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2025.

Em nossa dissertação realizamos um estudo a respeito da desindustrialização ocorrida no parque industrial de São Gonçalo, na região metropolitana do estado do Rio de Janeiro, nas décadas finais do século XX. A partir do levantamento e estudo de documentação ligada a censos, relatórios industriais e a informações do mundo do trabalho, bem como de índices sociais e econômicos, analisados seguindo uma metodologia serializada, cujo objetivo final era compreender as transformações, em São Gonçalo, ocorridas nas relações de produção, especialmente aquelas encontradas na esfera industrial. Chegamos à conclusão, após realizarmos um cálculo próprio para a desindustrialização, que São Gonçalo, a partir de meados dos anos 1980, enfrentou um contraditório processo de desindustrialização-industrialização relativas, desindustrializando-se em seus aspectos produtivos e industrializando-se em quantidade pessoal ocupado, bem como tal desindustrialização relativa marcou a passagem para o que denominamos reestruturação produtiva, isto é, alteração na acumulação capitalista fordista para um padrão mais flexível e elástico, em que os capitais improdutivos, como os do comércio e o de serviços, têm maior peso na arrecadação e empregabilidade e as fábricas, pequenas e médias, adotam relações contratuais não mais rígidas. Tanto a desindustrialização relativa quanto a reestruturação produtiva e a acumulação flexível ocorreram em um contexto internacional marcado pelo advento da política econômica neoliberal nos países capitalistas imperialistas e semicoloniais e coloniais, do mesmo modo, é nessa fase neoliberal do capitalismo que o Brasil, em que São Gonçalo se encontra, aprofunda sua posição de país semicolonial na divisão internacional do trabalho.

Palavras-chave: Desindustrialização relativa. Reestruturação produtiva. Acumulação flexível. São Gonçalo. Capitalismo industrial.

RESUMEN

GOMES, O. S. *Reestruturação produtiva e desindustrialização: um novo olhar para o caso do parque industrial de São Gonçalo (1985-2000)*. 2025. 154 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2025.

En nuestra tesis realizamos un estudio sobre la desindustrialización ocurrida en el parque industrial de São Gonçalo, en la región metropolitana del estado de Río de Janeiro, en las últimas décadas del siglo XX. Basado en el levantamiento y estudio de documentación vinculada a censos, informes industriales e informaciones del mundo del trabajo, así como índices sociales y económicos, analizados siguiendo una metodología serializada, cuyo objetivo final fue comprender las transformaciones, en São Gonçalo, ocurridas en las relaciones de producción, especialmente aquellas encontradas en la esfera industrial. Llegamos a la conclusión, después de realizar nuestro propio cálculo de desindustrialización, de que São Gonçalo, desde mediados de la década de 1980 en adelante, enfrentó un proceso contradictorio de desindustrialización-industrialización relativa, desindustrializando en sus aspectos productivos e industrializándose en términos de número de personal ocupado, así como esta desindustrialización relativa marcó la transición a lo que llamamos reestructuración productiva, es decir, un cambio en la acumulación capitalista fordista a un patrón más flexible y elástico, en el que el capital improductivo, como el del comercio y los servicios, tiene un peso mayor en la recaudación de ingresos y en la empleabilidad y las pequeñas y medianas fábricas adoptan relaciones contractuales que ya no son rígidas. Tanto la desindustrialización relativa como la reestructuración productiva y la acumulación flexible ocurrieron en un contexto internacional marcado por el advenimiento de la política económica neoliberal en los países capitalistas imperialistas, semicoloniales y coloniales. Asimismo, es en esta fase neoliberal del capitalismo que Brasil, en el que se sitúa São Gonçalo, profundiza su posición como país semicolonial en la división internacional del trabajo.

Palabras clave: Desindustrialización relativa. Reestructuración productiva. Acumulación flexible. São Gonçalo. Capitalismo industrial.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Estação de Maricá e suas paradas.....	29
Figura 2 – Estação de trem sediada no bairro de Neves.....	29
Figura 3 – Leopoldina e seus ramais e linhas.....	30
Figura 4 – Cerâmica Fattori nos anos 1920.....	42
Figura 5 – Cerâmica Fattori nos anos 1920.....	42
Figura 6 – Interior do Curtume São Sebastião.....	43
Figura 7 – Ron Merino vista exteriormente.....	43
Figura 8– Companhia Vidreira do Brasil vista por cima em 1949.....	43
Figura 9 – Fábrica Coqueiro nos anos 1970.....	45
Figura 10 – Interior da Fiat Lux.....	45
Figura 11 – A exploração no trabalho fabril.....	78
Figura 12 – Equação do DDR.....	112
Figura 13 – Segunda equação do DDR.....	113

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Mais-valor e exploração na indústria de São Gonçalo no censo de 1940.....	73
Tabela 2 – Mais-valor e exploração na indústria fluminense e do DF no censo de 1940.....	73
Tabela 3 – Mais-valor e exploração na indústria paulista no censo de 1940.....	74
Tabela 4 – Mais-valor e exploração na indústria gonçalense no censo de 1950.....	74
Tabela 5 – Mais-valor e exploração na indústria fluminense e no DF no censo de 1950.....	74
Tabela 6 – Mais-valor e exploração na indústria paulista no censo de 1940.....	74
Tabela 7 – Pessoal ocupado nas indústrias em São Gonçalo e no ERJ (1985-2000)	114
Tabela 8 – Valor adicionado industrial de São Gonçalo e do ERJ (1970-2000)	115
Tabela 9 – Índice de Desindustrialização Relativa Regional de São Gonçalo (1985-2000)	115
Tabela 10 – Instrução média dos operários dos principais setores industriais (1985-1990)	118
Tabela 11 – Tipos de indústrias em São Gonçalo por intensidade tecnológica (1985-1990)	119
Tabela 12 – Tipos de indústrias em São Gonçalo por intensidade tecnológica (1991-2000)	119
Tabela 13 – Distribuição de riqueza em São Gonçalo (1991-2000)	121
Tabela 14 – PIB municipal para o setor de serviços de São Gonçalo (1970-2000)	125
Tabela 15 – Trabalhadores nos três setores em São Gonçalo (1985-2000)	126
Tabela 16 – Estabelecimentos industriais, comerciais e de prestação de serviços em São Gonçalo (1985-2000)	128
Tabela 17 – Evolução da quantidade estabelecimentos industriais, comerciais e de prestação de serviços em São Gonçalo (1985-2000)	129
Tabela 18 – Estabelecimentos industriais em São Gonçalo (1985-2000)	129
Tabela 19 – Estabelecimentos comerciais em São Gonçalo (1985-2000)	130

Tabela 20 – Estabelecimentos de serviços em São Gonçalo (1985-2000)	130
Tabela 21 – Definição de porte de estabelecimentos segundo o número de empregados	132

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACESG Associação Comercial e Empresarial de São Gonçalo

CEPAL Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe

DIEESE Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos

DDR Índice de Desindustrialização Relativa Regional

ERJ Estado do Rio de Janeiro

ESP Estado de São Paulo

GCL Grupo Comunista Lênin

IBGE Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ILAESE Instituto Latino Americano de Estudos Socioeconômicos

ISEB Instituto Superior de Estudos Brasileiros

MTE Ministério do Trabalho e Emprego

OCDE Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico

PCB Partido Comunista Brasileiro

PIB Produto Interno Bruto

PO Pessoal Ocupado

PND Plano Nacional de Desenvolvimento

RAIS Relação Anual de Informações Sociais

RMRJ Região Metropolitana do Rio de Janeiro

TMD Teoria Marxista da Dependência

VA Valor Adicionado

VBPI Valor Bruto da Produção Industrial

VTI Valor da Transformação Industrial

UFRJ Universidade Federal do Rio de Janeiro

URSS União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
1 O CAMINHO ATÉ A INDUSTRIALIZAÇÃO TARDIA DE SÃO GONÇALO	18
1.1 Desenvolvimento desigual e combinado: uma teoria histórica fundamental	18
1.2 Economia gonçalense antes da industrialização	23
1.3 Industrialização e trabalho assalariado	35
2 UM PASSEIO PELA INDUSTRIALIZAÇÃO E PELA EXPLORAÇÃO INDUSTRIAL	52
2.1 São Gonçalo industrial dentro da acumulação capitalista industrial: o que significa industrializar-se	52
2.2 Capital industrial, exploração e mais-valia	63
3 A DESINDUSTRIALIZAÇÃO NO CAPITALISMO	80
3.1 Desindustrialização e pós-industrialização: mistificando a realidade	80
3.2 Em busca da compreensão da desindustrialização e aqueles que a negam	86
4 DESINDUSTRIALIZAÇÃO EM SÃO GONÇALO: O QUE REALMENTE HOUVE?	99
CONCLUSÃO	135
BIBLIOGRAFIA	137
APÊNDICE A: Brasil, Peru e Itália encarados pela teoria do <i>desenvolvimento desigual e combinado</i>: alguns excertos de Edmundo Moniz, José Carlos Mariátegui e Antonio Gramsci	145

INTRODUÇÃO

São Gonçalo, município da região metropolitana do estado do Rio de Janeiro, é habitado, segundo o Censo do IBGE de 2022, por **896.744 pessoas**, porém, o simples dado demográfico ainda é insuficiente para tratar do local. Há de ser mencionadas as classes sociais em que a população está dividida: segundo as informações apresentadas pela Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) relativas ao de 2024, o **proletariado industrial** concentra 14.384 mil operários, ao passo que os empregados do **setor de comércio** estão em 32.587 e os do **serviço** são 46.718; a **construção civil**, particularmente, abarca 7.445 trabalhadores e a **agropecuária**, o setor menos significativo, chega apenas a 126 trabalhadores e trabalhadoras. Logo, a classe trabalhadora gonçalense está, sem dúvidas, no **capital improdutivo e não produtor de mercadorias**, apesar disto não significar, em hipótese alguma, que o capital industrial, produtor de mercadorias e valores, seja menos relevante.

Falar das classes sociais nos leva aos estabelecimentos de trabalho de todos os setores acima, sobretudo os três maiores, e onde estão. Em razão disto aparecem a cidade e o campo: São Gonçalo, desde, ao menos, meados dos anos 1970, é um município total e integralmente urbano, isto é, é nas cidades que sua população vive e trabalha; assim sendo, os locais de trabalho são encontrados em solo citadino, a maioria dos quais reunidos entre empresas de pequeno porte e microempresas, isto é, **pequenos e médios capitais predominam em São Gonçalo**. Tal classificação se justifica em virtude da quantidade empregados, em que aquelas de 0 a 49 funcionários (micro e pequenas empresas) são mais notáveis do que as de médio e grande, isto é, a partir de 50 funcionários e ultrapassando os 1000.

Dos estabelecimentos devemos partir em direção aos ramos de produção em São Gonçalo, se tratando, como podemos ver, especificamente da indústria. Uma vez mais a RAIS é-nos de grande valia: num total de quatorze ramos listados pelo IBGE (“extrativa mineral”, “mineral não metálico”, “metalurgia”, “mecânica”, “eletricidade e comunicações”, “material de transporte”, “madeira e mobiliário”, “papel e gráfica”, “borracha, fumo e couros”, “química”, “têxtil”, “calçados”, “alimentos e bebidas” e “serviços industriais de utilidade pública”), São Gonçalo, em termos quantitativos relativos aos vínculos existentes, se destaca em “material de transporte”, “química”, “têxtil” e “alimentos e bebidas”, mas o que quer dizer isto? Ora, os dois primeiros pertencem, respectivamente, às indústrias de alta e média-alta intensidade tecnológica, e as duas últimas à categoria de média-baixa intensidade tecnológica. Portanto, os ramos de produção apresentam poucas quantias de investimentos e pesquisas

capazes de tornar tais setores líderes no processo de geração de valores a serem redistribuídos aos demais capitais e ao restante da sociedade.

Os distintos ramos de produção, por sua vez, nos direcionam ao mercado internacional ao qual São Gonçalo está ligado, ainda que de maneira *oprimida*. A teoria do desenvolvimento desigual e combinada, formulada por Leon Trotsky (1879-1940), em linhas gerais, trata da coexistência de setores arcaicos e modernos num mesmo país, como era a Rússia pré-revolucionária em 1917, da mesma forma, o caráter desigual e combinado também se manifesta na esfera mundial, na qual os países mais avançados, imperialistas, convivem com aqueles mais fracos e débeis, bastante atrasados; o Brasil, ex-colônia de Portugal, integra esse grupo de nações semicoloniais e oprimidas, de industrialização tardia e fraca, explorada e dependente da moderna indústria capitalista opressora. São Gonçalo, parte do Brasil, compartilha a mesma situação.¹

As exportações operadas por São Gonçalo, se tomarmos os últimos anos, nos revelam interessantes detalhes. Entre 2021 e 2024, primeiros anos da década de 2020, foram exportados **US\$77.300.000, os quais, uma vez convertidos, passam a ser R\$437.772.829,50**; os principais destinos, apesar de algumas modificações, estão na **América do Sul (Argentina e Paraguai)** e na **Ásia (Japão)**, os quais adquirem, no que pudemos perceber, **produtos químicos, instrumentos, máquinas, plásticos e borrachas, e metais**.

As importações, por sua vez, são ainda mais reveladoras do que as exportações. Durante o mesmo recorte cronológico mencionado acima, **São Gonçalo chegou a um total de US\$725.000.000 milhões de dólares cuja conversão totaliza R\$4.105.890.056,75 em compras oriundas do exterior**; são a **Alemanha** e a **China** as nações das quais São Gonçalo mais importou entre 2021 e 2024, adquirindo, de ambos os países, **instrumentos, produtos químicos, máquinas, plásticos e borracha, artigos diversos e artigos da indústria têxtil**. Há, nesse sentido, um forte predomínio de mercadorias e produtos teuto-chinesas na antiga *Manchester Fluminense*, ao passo que os **Estados Unidos**, nas importações ou exportações, sejam pouco significativos à balança comercial gonçalense, apesar de serem a maior potência capitalista imperialista de nosso tempo.

Devemos, em seguida, ressaltar a própria produção localizada em São Gonçalo. O ano de que dispomos é de 2021, no qual o **Produto Interno Bruto** de São Gonçalo chegou a

¹ Os dados relativos a exportações e a importações do município de São Gonçalo foram extraídos do sítio “Data Viva”, encontrados na seção “comércio internacional”. Disponível em: https://www.dataviva.info/pt/build_graph/secex/4rj020213/all/all?view=Import%20Origins/Export%20Destinations&graph=tree_map. Acesso em: 17 mai. de 2025.

R\$20.234.882,91, com um **PIB *per capita* em R\$18.504,81**, enquanto os **impostos, líquidos de subsídios, sobre os produtos totalizaram R\$1.843.431,25**; quanto aos setores econômicos em particular, ainda em 2021, o valor adicionado bruto a preços correntes da **agricultura** apresentou **R\$81.571,44**, o da **indústria R\$2.003.956,57** e do **setor de serviços R\$8.725.199,27**. Deste modo, a geração de riquezas em São Gonçalo se deve ao capital improdutivo e não produtor de mercadorias, contra uma agricultura insignificante e um capital industrial menos participativo e, logo, menor do que o improdutivo.

Dito tudo isto, podemos, finalmente, ressaltar que esse não é o município de São Gonçalo que estudamos em nossa dissertação. Analisamos, sim, São Gonçalo, mas aquela que se encontrava entre os anos de 1980 e 2000, isto é, nas décadas finais do século passado. Mas, questiona-se o leitor, qual a razão pela qual fazer uma breve descrição das relações sociais e dos aspectos econômicos atuais encontrados na cidade de São Gonçalo? Ora, respondemos sem rodeios: toda e qualquer pesquisa e estudo historiográficos principia pelas inquietações observadas no presente! Mas mais do que isso, *é o próprio presente quem explica o passado*, no caso, apenas conhecendo São Gonçalo hoje é o meio de saber como, no passado, o presente se formou do modo como o encontramos, bem como, através deste “caminho reverso”, teremos a faculdade de tratar do amanhã, do futuro, daquilo que ainda está porvir. Caso ainda restem dúvidas, deixemos Marx falar um pouco:

A sociedade burguesa é a organização histórica da produção mais desenvolvida, mais diferenciada. As categorias que exprimem suas condições, a compreensão de sua própria organização a tornam apta para abarcar a organização e as relações de produção de todas as formas de sociedade desaparecidas, sobre cujas ruínas e elementos se acha edificada, e cujos vestígios, não ultrapassados ainda, leva arrastando, enquanto que tudo o que fora antes apenas indicado se desenvolveu, tomando toda sua significação etc. *A anatomia do homem é a chave da anatomia do macaco. O que nas espécies animais inferiores indica uma forma superior, não pode, ao contrário, ser compreendida senão quando se conhece a forma superior.* A economia burguesa fornece a chave da economia antiga etc. (MARX, 1983, p.22, grifos nossos)

Deste modo, nossa finalidade foi **analisar as transformações e mudanças no interior das relações de produção e forças produtivas capitalistas no município em São Gonçalo na época supracitada**, abordando, enquanto objetivos específicos, a industrialização de São Gonçalo em meados da primeira metade do século passado, com base na teoria do *desenvolvimento desigual e combinado*, o significado da penetração das indústrias em um município no interior de uma nação da assim chamada *via colonial* a qual pouco domina as técnicas e os conhecimentos necessários para ser uma nação capitalista da *via clássica*, bem como o advento da desindustrialização relativa tanto nos países opressores quanto nos países

oprimidos no capitalismo imperialismo e, por fim, tratamos de estudar a desindustrialização relativa em São Gonçalo, em que estão expostas as principais descobertas de nossa pesquisa.

Todos estes **objetivos específicos** constituíram, por assim dizer, os quatro capítulos de nossa dissertação, porém, não é somente isto. Em primeiro lugar, é preciso ressaltar nossa documentação e nossa metodologia: as fontes com as quais trabalhamos ao longo da pesquisa são aquelas ligadas a elementos sociais e econômicos tanto de São Gonçalo quanto do Rio de Janeiro e Brasil entre 1930 e 1990 – **Censos Industriais e Agrários do IBGE, dados extraídos da Relação Anual de Informações Sociais ou RAIS, Pesquisas Industriais Anuais, informações extraídas do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada** – ao passo que o método operado por nós foi o **serializado**, isto é, estabelecemos uma série de média duração com a documentação levantada e buscamos as alterações e permanências que tais documentos poderiam relevar.

Em segundo lugar, dialogamos com a pesquisa de José Honorato Lessa a respeito do parque industrial de São Gonçalo. Lessa, em sua dissertação de mestrado, posteriormente transformada em livro, argumenta a favor de uma *reestruturação, diversificação e respecialização produtivas* em São Gonçalo nos anos 1980 e 1990, negando a ocorrência da desindustrialização relativa no município. Não partilhamos da mesma interpretação de Lessa a respeito do destino do cenário industrial gonçalense, logo, foi necessária toda a disputa com o autor, uma vez que julgamos fundamental e indispensável a discussão com outros autores no afã de que o conhecimento historiográfico a respeito de São Gonçalo avance cada vez mais.

Dito isto, gostaríamos de apresentar o que investigamos a respeito do parque industrial local. Pensamos como **problema-chave** a ser resolvido na pesquisa a relação entre a desindustrialização e a reestruturação produtiva em São Gonçalo ao qual havíamos apresentado, enquanto **hipótese**, que a primeira engendraria a segunda, o que, obviamente, nos obrigava, mormente, a provar a ocorrência de um fenômeno de desindustrialização relativa, isto é, perda de importância e participação do setor industrial no município. Observávamos, logo, a passagem de uma acumulação mais rígida, *fordista*, para uma mais flexível e elástica, na qual o capital improdutivo – setor de comércios e serviços – é quem assume o protagonismo na geração de riquezas em São Gonçalo; é mister salientar que os desdobramentos e determinações mais profundos de nossa pesquisa estão todos contidos no último capítulo.

Podemos, finalmente, citar que fora feito, ao termino da dissertação, um breve apêndice em que apresentamos a maneira pela qual três autores ligados ao marxismo – Edmundo Moniz, José Carlos Mariátegui e Antonio Gramsci – explicaram a história de seus respectivos países de origem a partir da teoria do desenvolvimento desigual e combinado.

1- O CAMINHO ATÉ A INDUSTRIALIZAÇÃO TARDIA DE SÃO GONÇALO

Nascida na forma de sesmaria em 1579, doada a Gonçalo Gonçalves, nas circunstâncias de colonização lusitana do Novo Mundo- leia-se, Acumulação Primitiva de Capital²- São Gonçalo, município da região metropolitana do estado do Rio de Janeiro, protagonizou um caso bastante notório de industrialização durante a primeira metade do Novecentos, de tal modo que muitos referiam-se ao polo lá estabelecido como *Manchester Fluminense*, em menção ao protagonismo daquela cidade inglesa na Revolução Industrial no Setecentos, título valorado por qualquer localidade urbana em que há atividades voltadas às indústrias.

Se, por um lado, as documentações e fontes históricas das quais dispomos corroboram o desenvolvimento de um parque industrial baseado em São Gonçalo, do outro, é pouco discutido caráter do avanço das atividades fabris no município, ligado à *modernização tardia e conservadora*³ pela qual o Brasil passava nos anos 1930, após quase quatro décadas de um governo agroexportador de café comandado pelas burguesias latifundiárias baseadas em São Paulo e Minas Gerais.

Neste sentido, acreditamos na necessidade de analisar a industrialização gonçalense com base na lei do *Desenvolvimento Desigual e Combinado*, descoberta e apresentada pelo teórico e revolucionário bolchevique Leon Trotsky (1879-1940) na obra *A Revolução Permanente*, de 1930; nosso texto, assim sendo, terá por competências a apresentação de tal lei objetiva, primeiramente, para em seguida adentrar na história industrial gonçalense no século passado em meio às circunstâncias mundiais bem como às particularidades nacionais e regionais.

1.1- Desenvolvimento desigual e combinado: uma teoria histórica fundamental

² Cf. MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política, livro I: o processo de produção do capital*. 3ª ed. São Paulo: Boitempo, 2023. p.785-835.

³ O termo fora formulado pelo sociólogo estadunidense Barrington Moore Jr. (1913-2005) em sua obra *As origens sociais da ditadura e da democracia: senhores e camponeses na construção do mundo moderno* (1966), para abordar casos de modificações e transformações sociais, políticas e econômicas lideradas pelas classes dominantes em determinadas formações sociais com maiores atenções para a Alemanha e para a Itália durante seu processo de unificação territorial no Oitocentos. O marxista ocidental italiano Antonio Gramsci (1891-1937) examina tal processo histórico sob o conceito de *revolução passiva*, aplicando-o caso de seu país, ao passo que o revolucionário russo bolchevique Vladimir Lênin (1870-1924) formula o que ficou conhecido como a *via prussiana*, modernização capitalista feita pela classe proprietária, no caso, referia-se aos *junkers* da Prússia, donos de terras e pertencentes à aristocracia germânica

Torna-se necessário explicar o *desenvolvimento desigual e combinado* sistematizada por Trotsky⁴ a partir dos escritos de Karl Marx, Friedrich Engels, Vladimir Lênin e Rosa Luxemburgo, especialmente em Marx e em Lênin, bem como sua relação com a pesquisa na ciência histórica brasileira no século passado, no caso, a maneira pela qual foi aplicada para estudar o desenvolvimento do capitalismo nacional.

Antes, no entanto, está a sua, por assim dizer, contraparte estalinista, a saber, o etapismo histórico evolucionista defensor de alguns modos de produção pelos quais todas as formações sociais e econômicas humanas deveriam atravessar se quisessem viver na sociedade comunista.

Formulada durante a III Internacional dos Trabalhadores (1919-1943), fundada por Lênin em meio à Guerra Civil Russa (1918-1922), Stalin e seus partidários propuseram a ideia segundo a qual diversas nações não se encontravam preparadas para a revolução socialista organizada pela aliança entre proletariado e campesinato em virtude de seu modo de produção capitalista ser extremamente débil e pouco desenvolvido, o que, nesse sentido, implicava numa classe operária ainda incapaz de derrotar a burguesia local; desta perspectiva que, indubitavelmente, ignorava a historicidade do capitalismo dos países atrasados, a maioria ex-colônias, a burocracia stalinista almejava enquadrar muitas sociedades ao desenvolvimento europeu, sobretudo o britânico e o francês, em cuja história se fez presente uma classe burguesa responsável por, primeiramente, sepultar as forças feudais, ligadas ao domínio da terra e detentoras de privilégios de sangue e nascimento, para, em seguida, criar as bases sociais e econômicas a partir das quais o capitalismo iria surgir e se “mundializar” na sua fase imperialista.

Brasil, Argentina, México, Peru, além de outros estados nacionais dominados no passado por Portugal e Espanha, eram, até a primeira metade do século XX, feudais e semif feudais, cuja economia era voltada, obviamente, à zona rural, com uma burguesia latifundiária pujante ao lado da qual estavam a burguesia urbana e industrial e o proletariado em sua “infância” enquanto classes.

A burocracia estalinista, com base nesse enquadramento arbitrário, assinalou que a revolução democrática, na qualidade de *etapa histórica necessária e inevitável*, teria como condutora a burguesia nacional junto ao proletariado no afã de eliminar os “senhores feudais” brasileiros e seu domínio econômico e político, momento após o qual chegaria a vez dos

⁴ Além das obras do próprio Trotsky, mencionadas um pouco posteriormente, consultamos alguns artigos e textos de autores que se identificam com a teoria do revolucionário russo, quais sejam *A lei do desenvolvimento desigual e combinado de León Trotsky e a intelectualidade brasileira: breves comentários sobre uma relação pouco conhecida*, de Felipe Demier, *A teoria do desenvolvimento desigual e combinado*, de Michel Löwy e *Apontamentos sobre a lei do desenvolvimento desigual e combinado*, de Guillermo Lora.

trabalhadores cuja missão histórica finalmente seria cumprida, isto é, eles e os camponeses se uniriam em prol da derrubada da burguesia nacional e do imperialismo, para que o socialismo se tornasse possível às suas realidades concretas.

Tal etapismo vulgar, evolucionista e unilateral foi adotado entre os estudiosos e intelectuais da realidade nacional entre o fim da década de 1940 e meados dos anos 1960, do qual resultou um assim chamado *dualismo-etapista*, haja vista a introdução dos pares antitéticos de “atraso” e “moderno” a serem utilizados na compreensão do desenvolvimento histórico brasileiro, muito presentes entre os membros da Cepal, um órgão da Organização das Nações Unidas, em que o suposto elemento arcaico e responsável pela modernização econômica era o campo e a economia agrária voltada para as exportações, ao passo que a industrialização, as forças produtivas fabris e urbanas eram por excelência o símbolo de modernidade ao qual o Brasil deveria aspirar, pautada pelo modelo de substituição de importações.

Tal explicação também aparecia no binômio “subdesenvolvimento” e “desenvolvimento” em cujo interior o primeiro era considerado um momento histórico temporário e capaz de superação a fim de que o segundo pudesse ser realizado no Brasil, em que o Estado teria de ser o agente promotor do desenvolvimento nacional. Como se pode ver, os intelectuais cepalinos eram fortemente influenciados por uma interpretação teleológica a respeito da história do Brasil, os quais desconsideraram, por exemplo, o fato de que os países centrais e avançados da Europa nunca foram colonizados por outra potência exterior, tampouco a formação social medieval poderia ser considerada uma espécie de fase subdesenvolvida, porém, eles não estavam sozinhos nesta interpretação, no caso, o Partido Comunista Brasileiro, fundado em 1922, e o Instituto Superior de Estudos Brasileiros, o ISEB, figuraram como os representantes da visão eurocêntrica estalinista na América Latina.

Pensadores como Nelson Werneck Sodré (1911-1999), Alberto Guimarães (1908-1993), Alberto Guerreiro Ramos (1915-1982), Álvaro Vieira Pinto (1909-1987), Hélio Jaguaribe (1923-2018) e afins eram alguns dos intelectuais para quem o *dualismo-etapista* tinha bastante fundamento quanto à compreensão da formação social e econômica nacional atrasada, à qual fora acrescentada a oposição entre Imperialismo e Nação, na qual a subordinação da segunda ao primeira era causa do subdesenvolvimento, cuja resolução, tal como mencionamos anteriormente, estava na aliança da burguesia nacional com os trabalhadores urbanos e rurais contra as burguesias metropolitanas, formando, portanto, uma revolução nacional-democrática e contra o imperialismo, tese derrubada pelos eventos de 1964 no Brasil, quando a elite nacional se uniu à estadunidense para depor o presidente João Goulart (1961-1964) e instaurar uma ditadura de duas décadas.

À oposição a tal interpretação ingênua, mecânica, eurocêntrica e falha da realidade nacional, promovida pela Cepal, ISEB e PCB, foram decisivos os trabalhos de Caio Prado Junior (1907-1990), apesar de ser afiliado ao PCB, Florestan Fernandes (1920-1995), Fernando Henrique Cardoso (1931-) e Francisco de Oliveira, os quais trouxeram à tona a defesa da historicidade dos países atrasados no sistema capitalista mundial, a defesa da dialética, da dependência em relação aos estados imperialistas e a combinação de elementos arcaicos e avanços no desenvolvimento da América Latina, sendo este último aspecto a maior influência da teoria do DDC de Trotsky entre a intelectualidade marxista nacional.

Trotsky a expressa em alguns de seus escritos como *Balanços e Perspectivas, 1905, A Revolução De Outubro, A Revolução Permanente* e os três volumes de *A História da Revolução Russa*, e Michael Löwy nos diz:

A teoria do desenvolvimento desigual e combinado é interessante não apenas por sua contribuição à reflexão sobre o imperialismo, mas também como uma das tentativas mais significativas de romper com o evolucionismo, a ideologia do progresso linear e o euro-centrismo. Segundo Ernst Mandel, trata-se provavelmente da maior contribuição de Trotsky à teoria marxista. Escrevendo antes da era imperialista, Marx não podia dar conta de um problema diretamente ligado à expansão mundial do capital. Pode-se encontrar, no entanto, em alguns de seus escritos, pistas interessantes sobre a maneira pela qual uma forma de produção dominante exerce a sua hegemonia sobre as outras. (LÖWY, 1995, p.73, grifos nossos)

E, em outro excerto, afirma:

O que distingue, do ponto de vista metodológico, o marxismo de Trotsky daquele dominante na Segunda Internacional é, antes de tudo, a categoria da totalidade — segundo Lukács, o princípio revolucionário por excelência no domínio do conhecimento. O seu ponto de partida, já sugerido num escrito de junho de 1905, era este: “Ligando todos os países entre si pelo seu modo de produção e seu comércio, o capitalismo fez do mundo inteiro um só organismo econômico e político”. Contrariamente a Lenin que examinava o desenvolvimento do capitalismo na Rússia sobretudo a partir das contradições internas da agricultura, Trotsky o aborda sob o ângulo da inserção da economia russa no sistema capitalista. (LÖWY, 1995, p.74, grifos nossos)

Leon Trotsky, ao contrário das teses estalinistas vulgares, enxerga o sistema capitalista enquanto uma *totalidade contraditória* em cujo seio as nações deixam de estar isoladas e afastadas entre si, para, sim, pôr em destaque o impacto causado pelo imperialismo dos países europeus contra a América Latina, a Ásia, a África e o Oriente Médio no Oitocentos e Novecentos, abordagem através da qual anula-se a possibilidade de apresentar, separadamente, a história dos países atrasados, da mesma forma, tal atraso não poderá, doravante, ser superado dentro do capitalismo, sendo necessária a ditadura do proletariado junto ao campesinato.

Destarte, a historicidade, tanto das nações quanto a das subdesenvolvidas, e avançadas no interior do modo capitalista de produção torna-se capaz de dar conta dos ritmos desiguais na

escala global, contudo, nossas atenções estão direcionadas às primeiras do que nas segundas; com base na teoria do *desenvolvimento desigual*, de Lênin, Trotsky irá destacar a assimilação dos elementos mais avançados e modernos por parte das nações periféricas convivem, de maneira contraditória, com a cultura arcaica e rudimentar, isto é, realidades até mesmo pré-capitalistas serão combinadas com o que há de mais complexo e superior de origem metropolitana, já demonstrando o papel fundamental exercido pelo mercado mundial desenvolvido entre os séculos XVI e XIX.

Contudo, também engendrando a entrada dos países periféricos na era industrial sem seguir o etapismo do qual falamos anteriormente, de maneira similar à história britânica ou holandesa, em que há assuntos pendentes, em termos nacionais e agrários, aos quais os proletários, e não a burguesia, devem dar um fim. Neste sentido, o *desenvolvimento desigual* e agora *combinado* nas nações atrasadas está por trás da tese de *revolução permanente*, segundo a qual a tomada do poder e dos meios de produção por parte da classe operária e do campesinato deve, necessariamente, se universalizar ou “mundializar” no afã de lograr, reforçando, por assim dizer, o próprio caráter internacionalista do comunismo de Marx e Engels já presente no *Manifesto Comunista* de 1848.

Por fim, há de ser mencionada a relação da *lei do desenvolvimento desigual e combinado* com a *Teoria Marxista Da Dependência*, elaborada por Ruy Mauro Marini (1932-1997), Vânia Bambirra (1940-2015), Theotônio Dos Santos (1936-2018) e, especialmente, André Gunder Frank (1929-2005), este último, diga-se de passagem, a ser o precursor de tal corrente quando escreveu o artigo *Desenvolvimento do subdesenvolvimento*; aos quatro intelectuais de muita valia foi o pensamento de Trotsky, especialmente a sua ruptura com a perspectiva eurocêntrica, teleológica e etapista do estalinismo, bem como a relação dialética de complementaridade das nações no contexto de um mercado capitalista mundial com base na exploração de algumas poucas contra diversas, contudo, há uma enorme divergência entre a teoria trotskista e os teóricos da dependência, qual seja, aquela defende a existência combinada e conjunta de formações sociais anteriores ao capitalismo e o modo de produção capitalista, ao passo que, para a segunda linha de interpretação, as relações de produção e as forças produtivas nacionais foram total e integralmente capitalistas já mesmo a partir da colonização lusitana até os dias de hoje, sem, portanto, haver quaisquer vestígios ou elementos de modos de produção precedentes ao domínio do capital.

Para a TMD foram fulcrais as obras *Capitalism and underdevelopment in Latin American: historical studies in Chile and Brazil* [*Capitalismo e subdesenvolvimento na América Latina: estudos históricos do Chile e Brasil*], de 1969, sobretudo o capítulo

“Capitalismo e o mito do feudalismo na agricultura brasileira”, elaborado em 1964, ano em que Gunder Frank fora convidado a lecionar na Universidade de Brasília a pedido do antropólogo Darcy Ribeiro (1922-1997), e a *Dialética da Dependência* de 1967, de Marini, escrita em língua espanhola, pois seu autor encontrava-se exilado no México após a deflagração da golpe de 1964.

Apesar da qualidade, importância, rigor e impacto de tais livros, nossa perspectiva, e isto deve ser assinalado, se volta mais à de Trotsky, o que pode soar aos leitores um verdadeiro contrassenso, afinal, apresentamos e apontamos o caráter interpretativo eurocêntrico, vulgar e etapista estalinista quanto às realidades latino-americanas, expresso nos estudiosos da Cepal, do ISEB e do PCB, porém, demonstramos que o caráter “semifeudal” ou até mesmo “feudal” da realidade brasileira nunca se deu de maneira absoluta, quase como um reflexo da Idade Média euroasiática, e, sim, tal situação de atraso e subdesenvolvimento relacionada com o avanço das forças produtivas industriais e avançadas dos países imperialistas; para além do caso da Rússia, já tratado por Trotsky, sem precisarmos sequer descreve-lo dada a sua competência.

Poderíamos citar, dentre inúmeros outros casos, a realidade nacional na Era Vargas (1930- 1945), quando boa parte das forças produtivas brasileiras e relações de propriedade estava baseada no campo cujo domínio econômico era fornecido pelo controle de grandes propriedades rurais nas mãos de uma plutocracia latifundiária ao lado do crescimento urbano e industrial na região Sudeste, com destaque para os estados de São Paulo e Rio de Janeiro, para cujo desenvolvimento foi necessária a migração dos diversos contingentes de camponeses nordestinos, figurando-se um inconcusso processo de êxodo rural ao qual a humanidade já havia assistido na Inglaterra durante a primeira Revolução Industrial no Setecentos, quando trabalhadores rurais locais, além, sem dúvidas, dos de origens irlandesas, passaram a ter de vender sua força de trabalho nas nascentes fábricas e indústrias urbanas britânicas.

Destarte, cremos que o caso histórico anterior seja um exemplo bastante plausível e convincente da explicação fornecida pela teoria do *desenvolvimento desigual e combinado*, no qual o restante está pautado

1.2- Economia gonçalense antes da industrialização

Emancipada de Niterói, município com que faz fronteira, a 22 de setembro de 1890, contudo, elevada definitivamente à categoria de "cidade" somente em 1929, quase quarenta anos depois, a estrutura social gonçalense, isto é, suas relações de propriedade e de trabalho junto às classes delas integrantes e participantes, era voltada basicamente para a agricultura

agroexportadora de alimentos e frutas, com destaque para a laranja, atendendo, portanto, tanto ao mercado externo como ao mercado brasileiro. Mas não podemos, tampouco devemos descartar a produção voltada à subsistência local do conjunto da massa de trabalhadores camponeses e suas células familiares, o que deixará de ser tratado aqui em virtude da falta de tempo e espaço.

Segundo os dados contidos no censo realizado em 1940, a população presente em São Gonçalo era de 89.946 habitantes, a assim chamada “população de direito”, a qual contava com 5.225 homens e 183 mulheres a trabalhar em atividades voltadas à agricultura, pecuária e avicultura, bem como foram recenseados 1.294 estabelecimentos agropecuários no município, cuja dimensão era, ao todo, de 23.944 hectares ou 239.440.000 metros quadrados, enquanto que, dentro da categoria “bens imóveis”, o valor das terras, medido em réis, chegava a 17.094 réis, enquanto os prédios e construções contavam com 7.963; o valor da produção da agropecuária gonçalense, em 1939, atingiu 6.350 réis no total, cujas despesas foram de 2.042 réis.⁵

A respeito da formação socioeconômica gonçalense até meados 1930, particularmente, podemos defini-la como de agrário dependente e subdesenvolvido, em consonância com a formação nacional na mesma época, marcada pela policultura, isto é, uma variedade de gêneros era produzida pelo campesinato local para ser comercializada na região, mas, como mencionamos anteriormente, também havia o fim de exportação ao mercado mundial; além da já citada fruticultura os ramos de horticultura, floricultura, a pesca, a pecuária, a avicultura e o comércio foram bastante relevantes dentro da produção gonçalense no século passado.

Aquela de maior destaque, a verdadeira especialidade nas atividades agrícolas de São Gonçalo, era a produção de fruticultura, especialmente a laranja, a goiaba e abacaxi, graças à qual foi possível competir com a cidade de Nova Iguaçu, cuja produção de laranjas apresentava enorme diversidade. Nesse mesmo contexto, nasceram diversas associações, empresas e instalações no afã de fortalecer tal setor, com destaque para o Pavilhão para Seleção de Laranjas, construído em 1924, o *Packing House* Martins Ferreira, o Posto de Embalagem do Alcântara, além da União Agrícola Fluminense, fundada em agosto de 1928, a União dos Varejistas de São Gonçalo, posteriormente Associação Comercial Industrial de São Gonçalo, e Cooperativa de Fruticultores de São Gonçalo, criada em 1930.

As forças produtivas locais iriam se destacar nos setores de horticultura e floricultura, e

⁵ Cf. IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo demográfico: habitação e população. Censos econômicos: agrícola, industrial, comercial e dos serviços*. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1951.

vale dizer que era grande a produção de verduras e flores, para a qual foram de suma relevância as chácaras e fazendas⁶. Na primeira área, tiveram protagonismo produtos como couve, alface, pimentão, pimenta, cenoura, repolho, nabo, cebolinha, salsa, coentro, chicória e nabiça, do mesmo modo que as rosas, crisântemos, a dália, os cravos e as margaridas aparecem como as principais plantas da produção gonçalense entre as primeiras décadas do Novecentos.

Quanto à pecuária gonçalense, era extremamente débil, munida de pouco rebanho nas herdades, de tal modo que nem mesmo a criação da Sociedade Rural Cooperativa Municipal de São Gonçalo teve capacidade e forças para que houvesse o desenvolvimento de tal setor. A fim de ilustrar com clareza a situação da pecuária local, o município, nos anos 1940, era dono de menos de mil cabeças de bovinos, um pouco de duas mil cabeças de suínos e também de equinos, se bem que os primeiros saltam em quantidade, com 3.500 em 1942, e 4.500 no ano seguinte.

A avicultura, particularmente, não expressou o mesmo impacto da agricultura na vida material gonçalense, entretanto, estava longe da situação do setor apresentado anteriormente, pois, na década de 1940, havia quase cinquenta mil aves, da mesma forma as raças *Leghorns* e *Rhodes*, no caso de galinhas, e a raça *Mamouth* Bronzeado acabaram por serem as mais populares entre os fazendeiros avicultores, os quais puderam ser agraciados com a premiação ocorrida durante a Exposição Avícola baseada em Petrópolis em 1940.

Destacamos ainda a pesca, muito beneficiada pela grande área costeira do município, afinal de contas, está-se próximo da Baía de Guanabara, em cujas águas poderiam ser encontrados peixes como tainha, anchova e, principalmente, a sardinha. Com tal situação, o município conquistou o segundo lugar quanto às remessas de peixes enviadas ao Entrepósito de Pesca da cidade do Rio de Janeiro, cujo pódio era ocupado pela cidade de Cabo Frio.

O setor pesqueiro teve um desenvolvimento tão significativo que gerou a criação do Mercado Público Cônego Goulart, inicialmente sediado em Neves, mas transferido para a Avenida Presidente Kennedy, na qual fora rebatizado de Mercado Municipal, assim como foram criadas duas entidades a favor dos pescadores e capitalistas que exploravam tal setor, a saber, a Cooperativa Central de Pesca e a União Brasileira de Pesca e Conservas Ltda; foi violenta e poderosamente prejudicado pela poluição em curso na Baía de Guanabara, que se tornou, assim, a razão de seu declínio em São Gonçalo. Contudo, não fora abandonada pelos trabalhadores cuja moradia está nos litorais, e, portanto, mesmo numa situação nada favorável,

⁶ Quanto às informações, dados e explicações da agricultura gonçalense em meados do século passado, a maioria foi extraída da obra *O município de São Gonçalo e sua História*, sua terceira edição mais especificamente, de Maria Nelma Carvalho Braga (1944-).

a pesca, para esta gente, constitui uma forma de trabalho e fonte de sustento, importantes para que assegurem sua existência material.

Um intelectual e médico ligado à história de São Gonçalo, Luiz Palmier, ampara-nos ao trazer à tona dados e estatísticas relativos ao aspecto da produção encontrado em São Gonçalo na primeira metade do século passado, no caso, falamos ainda do trabalho baseado na agricultura, a maior especialidade da economia gonçalense à época⁷.

Para o ano de 1931, relata o médico, houve a plantação de 3.100.000 laranjais, 7.650.000 pés de abacaxis, 3.363.000 touceiras de cana de açúcar, 446.000 touceiras de bananeiras, 49.000 pés de abacate e 19.000 pés de pinha ou Fruta do Conde, somando-se a tais dados o *quantum* de cada gênero produzido, cujas cifras são bastante significativas, a saber, 10.000.000 de abacaxis, 2.705.000 caixas de laranjas, 2.100.000 de flores, 1.500.000 de cachos de bananas e 669.000 quilos de mandiocas cujos maiores responsáveis, os trabalhadores camponeses, pouco se beneficiariam, haja vista o caráter forte de exportação a que São Gonçalo e boa parte dos municípios brasileiros estavam, e continuam a estar, submetidos no sistema capitalismo moderno.

A fim de assistirmos mais de perto à exploração e à apropriação privada do trabalho campesino, devemos citar a balança comercial gonçalense entre os anos de 1935 e 1939, há pouco mais de nove décadas do tempo presente, para o pescado, a laranja e o abacaxi, em que somente estão disponíveis os dados entre 1938 e 1939 quanto à atividade pesqueira; em 1938 a produção de pescado chegou a um total de 1.522.138 de quilos cuja exportação gerou 2.413.411 milhões de contos de réis, ao passo que no ano seguinte foram 2.331.718 quilos exportados a proporcionar 2.404.874 milhões de contos de réis; o caso das laranjas, em 1935, nos mostra que houve a produção de 62.550 mil caixas exportadas a um preço médio de 13 mil réis num total de 813.150 mil réis obtidos, enquanto em 1936 foram 49.436 mil caixas a 14 mil réis gerando 692.104 mil réis, 88.677 mil caixotes em 1937 a 11 mil réis responsáveis por 975.447 mil réis ganhos, igualmente, em 1938 são 70.627 mil caixas exportadas a 7 mil réis totalizando 494.389 mil réis e, para o ano de 1939, percebemos 126.349 mil caixotes exportados a um preço médio de 5 mil réis dos quais se obteve um valor de 694.919 mil e 500 réis⁸.

O abacaxi, particularmente, não está muito distante da produção laranjeira, cujos

⁷ CF. PALMIER, Luiz. *São Gonçalo Cinquentenário*. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Instituto de Geografia e Estatística, 1940. p.169.

⁸ PALMIER, Luiz. *São Gonçalo Cinquentenário*. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Instituto de Geografia e Estatística, 1940. p. 179-180.

números são estes: 44.526 mil caixas exportadas a um preço médio de 450 réis totalizando 222.150 mil e 400 réis em 1935 contra 50.530 mil caixas a 450 réis gerando um ganho de 272.862 mil réis no ano seguinte; para 1937 foram 88.791 mil caixas exportadas a 400 réis por caixote individual gerando um ganho de 426.193 mil e 800 réis contra 63.688 mil pacotes exportados a 350 réis totalizando 267.489 mil e 600 réis em 1938. Em 1939 assistimos à exportação de 90.871 mil pacotes, cada qual a 7 mil réis, dos quais pode ser ganho 678.097 mil réis.

A produção agrícola gonçalense e seu escoamento eram fartamente beneficiados pela existência de um sistema de transportes, vitais à esfera da distribuição, no caso o hidroviário, ferroviário e rodoviário, os quais, obviamente, serão de imensa relevância e utilidade no momento em que a grande indústria assume o protagonismo das atividades econômicas locais, seguindo o percurso das transformações históricas objetivas por que o Brasil passaria. Seu destino, por sua vez, era abastecer principalmente o mercado externo.

Porém, não foram esquecidas as cidades do Rio de Janeiro e Niterói, as mais próximas a São Gonçalo, da mesma forma, era o capital privado estrangeiro o responsável pela maioria dos transportes, o qual faria a apropriação privada dos lucros dos trabalhadores camponeses gonçalenses, escancarada, assim, a exploração do Trabalho pelo Capital no sistema capitalista brasileiro, a mesma de que falaremos adiante quando o termo for o processo de industrialização.

O transporte por vias marítimas⁹ era possibilitado por alguns portos na cidade, a saber, o de Maruí, Neves, Madama, Guaxindiba, Alcântara e Aldeia, transportando passageiros e as mercadorias produzidas destinadas à comercialização, em que as canoas, faluas e traineiras apareciam na qualidade de principais embarcações disponíveis, ao passo que somente nos anos 1830 é que São Gonçalo passou a fazer da navegação a vapor, possibilitando a ligação com o município de Niterói. O sistema fluvial de São Gonçalo, apesar de sua relevância e impacto para o desenvolvimento econômico do município, foi incapaz de ir mais longe, em virtude principalmente dos limites ligados a seus portos além da capacidade dos meios de transporte marítimos, porém, abordaremos este aspecto com mais profundidade durante a discussão da desindustrialização futuramente.

Ligadas à produção cafeeira, em enorme evolução no Brasil no Oitocentos, de tal modo que tornar-se-ia no principal vendedor ao mercado mundial até 1929, com destaque para as fazendas e herdades baseadas no Velho Oeste Paulista, lar da elite burguesa econômica e

⁹ Boa parte do que foi exposto no texto a respeito dos transportes, assim como a agricultura, está em *O município de São Gonçalo e sua história*, especialmente o capítulo “Transportes”.

política do Partido Republicano Paulista, dissidência do Partido Liberal imperial, e no Vale do Paraíba Fluminense, sobretudo Vassouras, as ferrovias não deixariam de se fazer presentes em São Gonçalo, mesmo que as lavouras de café terem fracassado no município em decorrência do solo pouco e clima pouco propícios a seu cultivo, cujos caos mais emblemáticos são as construções dos ramais ferroviários da Estrada de Ferro Cantagalo e da Estrada de Ferro Maricá aos quais serviram as estações de Guaxindiba, Pedro de Alcântara, Laranjal, São Gonçalo e Porto de Madama.

Há de ser mencionada, igualmente, a Estrada de Ferro Industrial, de uso particular, cuja construção fora financiada pela Companhia de Cimento Portland às margens do rio Guaxindiba, com um percurso total de 18 km, no afã de facilitar tanto o escoamento quanto o transporte de minério extraído das jazidas calcárias localizadas na propriedade São José, atualmente pertencente ao município de Itaboraí.

A Estrada De Ferro de Maricá, particularmente, estava integrada à dinâmica de transporte de passageiros, a maior parte de trabalhadores, de bens e de matéria-prima, começava seu trajeto na rua Alberto Torres, em Neves, até terminá-lo em Cabo Frio, próxima à divisa com Maricá, percorrendo, deste modo, 30 km, sendo contemplados em tal caminho os bairros de Areal, Sete Pontes, Barro Vermelho, Santa Catarina, Rocha, Galo Branco, Raul Veiga, Sacramento e Santa Isabel.

Era parte da *Leopoldina Railway Company Limited*, de capital britânico e responsável pela Estrada de Ferro Leopoldina, tornando-se o Ramal Cabo Frio, cuja desativação acontecera em 1964, ano da derrubada do governo socialdemocrata de João Goulart, encerramento este responsável por beneficiar o avanço das rodovias e estradas no Brasil de que falaremos adiante.

Figura 1- Estação de Maricá e suas paradas



Fonte: Página "Vilaturonline".¹⁰

Figura 2- Estação de trem sediada no bairro de Neves



Fonte: Blog "Estrada de Ferro de Maricá".¹¹

¹⁰ Disponível em: <https://vilaturonline.com.br/2016/03/estrada-de-ferro-marica/>. Acesso em: 30 abr. 2024.

¹¹ Disponível em: <https://estradaferromarica.blogspot.com/p/fotos-antigas.html>. Acesso em: 30 abr. 2024.

Figura 3- Leopoldina e seus ramais e linhas



Fonte: Tirada do verbete "Estrada de Ferro Leopoldina" da Wikipédia.¹²

Antes de adentrarmos no transporte rodoviário, é extremamente necessário destacar a relação entre tais empreendimentos nos transportes em São Gonçalo e no Rio de Janeiro com a expansão do capital financeiro tão bem estudada por Lênin na obra *Imperialismo, estágio superior do capitalismo*³⁰, cujo mérito é ter fornecido uma análise marxista, isto é, dialética, histórica e ontológica, para o fenômeno do Imperialismo dos países europeus, ao qual Marx na sua *magnum opus- O Capital-* não pôde dar atenção, haja vista que faleceu ainda durante a predominância da fase concorrencial no interior do sistema capitalismo da qual, paradoxalmente, os monopólios surgiram e se desenvolveram.

No quarto capítulo de *Imperialismo* Lênin analisa, precisamente, o predomínio da exportação de capitais no estágio financeiro ou monopolista do modo capitalista de produção, isto é, a partir da fusão entre os bancos e as empresas em certos países da Europa a vivenciar um progresso inédito a partir do desenvolvimento e aprimoramento de suas forças produtivas, superado, desta maneira, a fase concorrencial voltada a comercializar mercadorias e bens manufaturados por trabalhadores cuja força de trabalho, em si, já havia passado à condição de mercantilização, isto é, compra e venda através do uso de dinheiro.

¹² Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Estrada_de_Ferro_Leopoldina. Acesso em: 30 abr. 2024

O caso mais emblemático de potência imperialista, assinalado não somente pelo revolucionário russo, mas também por outros pensadores marxistas e não marxistas, era o da Inglaterra para cujas possessões coloniais e semicoloniais, em que o Brasil e a América Latina encontravam-se em meados do século passado, eram enviados enormes somas e quantias de capitais a serem aplicados em financiamentos de diversos empreendimentos nos países de destino, no caso, estamos a lidar com a construção de ferroviárias e trens, através de empréstimos a juros altíssimos¹³, o que demandou, obviamente, a participação de bancos e instituições financeiras britânicas, além dos empresários e empreendedores nacionais e estrangeiros, com menção necessário à família germânica dos Rothschild, cujos tentáculos já haviam penetrado a maioria quicá todo o débil sistema financeiro brasileiro a partir da Independência realizada em 1822.¹⁴

Lênin, diga-se de passagem, ressalta a relevância dos bancos metropolitanos nas posses das nações imperialistas, sobretudo as filiais e sucursais, no afã de expandir e assegurar o controle da região, em que os ingleses, unicamente, detinham 50 bancos instalados em seus domínios junto a 2.279 sucursais.¹⁵

Além de Lênin, o advogado Gustavo Barroso (1888-1959) também fizera a denúncia dos abusos e das “farras” cometidos pelo capital financeiro britânico em terras nacionais, com a anuência e a cumplicidade das classes dominantes brasileiras, em sua obra *Brasil: colônia de banqueiros*, levada a público em 1934, na qual demonstra a seus leitores todos os empréstimos realizados pelo Brasil para com os ingleses na Monarquia (1822-1889) e na República Velha (1889-1930), mas avança ainda mais ao detalhar o endividamento dos estados e dos municípios brasileiros, o que iria, indubitavelmente, agravar a dependência brasileira no interior do capitalismo mundial.

¹³ Para tratar de outro exemplo, poderíamos citar os empréstimos feitos pelo governo monárquico Pedro II (1840-1889) durante a Guerra do Paraguai (1864-1870), tratando-se, então, de poder permitir ao Brasil ter armamentos desenvolvidos e modernos. A quantidade de empréstimos realizada se deu maneira tão abundante que teria dado início ao endividamento externo brasileiro para com os ingleses num contexto de fortalecimento do mercado mundial controlado por um punhado de nações europeias.

¹⁴ Para tratar de outro exemplo, poderíamos citar os empréstimos feitos pelo governo monárquico Pedro II (1840-1889) durante a Guerra do Paraguai (1864-1870), tratando-se, então, de poder permitir ao Brasil ter armamentos desenvolvidos e modernos. A quantidade de empréstimos realizada se deu maneira tão abundante que teria dado início ao endividamento externo brasileiro para com os ingleses num contexto de fortalecimento do mercado mundial controlado por um punhado de nações europeias.

¹⁵ Para mais detalhes cf. DAVIS, Mike. *Holocaustos coloniais*. Rio de Janeiro: Editora Record, 2002. O último capítulo trata, ainda que não seja seu tema principal, a dominação financeira do Banco de Londres no Brasil, permitida pela monarquia e preservada pelo governo republicano.

Barroso, unicamente com o caso do Rio de Janeiro, apresenta ao leitor os empréstimos milionários em princípios do século passado aos bancos britânicos, apesar de não explicitar qual a sua finalidade específica, isto é, de que maneira tal capital seria usado na então capital federal da república, com juros exorbitantes a serem pagos, quase a vinte milhões de libras esterlinas; Barroso também cita as atividades financeiras em Niterói, a capital da capital, na qual os Lazard Brothers fizeram um empréstimo de setecentos milhões de libras, em 1928, aos quais eram garantidos vinte impostos municipais como garantia até o ano de 1968, o que custou aos cofres niteroienses dois milhões e quatrocentas e oitenta mil libras de que mais da metade, um milhão e seiscentos milhões e oitenta mil, eram somente os juros.¹⁶

Antes de voltarmos a Lênin e sua discussão a respeito do imperialismo, cabem dois breves excertos de Barros a respeito da dominação financeira no Brasil, devendo, acima de tudo, ser rechaçado o viés antissemita que o autor manifesta em um deles. Ei-los a seguir:

Essa *intrepidez calamitosa* nos tomou em período posterior, de 1891 a 1927, nas delícias da era republicana federativa. Achando pouco o que a União já devia no estrangeiro, cada Estado, usando de sua autonomia e da indisciplina geral, sob o pretexto de desenvolver seus recursos naturais, vendeu-se também ao judeu internacional. A venda do grande todo estava realizada, faltava torna-la definitiva alienando cada pedaço de per si e, assim, se completaria a obra nefasta, encalacrando mais tarde os próprios municípios (BARROSO, 1934, p.139).

O Estado do Rio de Janeiro fez um empréstimo, em 1912, com os banqueiros Boulton & Cia. de Londres, que tinham negócios nas Índias e já faliram. Foi de £ 2.500.000. Em 1927, realizou outro para converter £ 1.743.380 que remanesciam daquele, garantindo-o com todos os direitos de exportação, 21, 2% *ad valorem* sobre o açúcar e o imposto das propriedades de Niterói. Recebeu £ 1.926.500, a 51,2%, por 22 anos. No mesmo ano, tomou mais £ 1.300.000, a tipo 97 e juros de 7%, até 1964, garantidas pelas receitas gerais do Estado e, especialmente, a taxa sobre o café. No ano de 1929, arranjou *para resgate dos saldos das operações anteriores*, com primeira hipoteca do imposto do selo, das transmissões de propriedade e de indústrias e profissões, com segunda hipoteca de todos os outros impostos, £ 6.000.000, de tipo 91 1/2 e juros de 6 1/2 ouro, até 1959 (BARROSO, 1934, p. 155).

Uma das dimensões mais complexas no seio do imperialismo, diretamente relacionada com a economia de São Gonçalo e a do Brasil, é o engendramento do desenvolvimento nas nações e territórios para os quais são exportados, isto é, as forças produtivas- trabalhadores, tecnologia, instrumentos e materiais de trabalho- ficam cada vez mais aprimoradas, especializadas, em suma, modernizadas, ao custo da expansão e do aprofundamento do modo de produção capitalista ao redor do globo, risco alertado pelo revolucionário russo.

Neste sentido, torna-se bastante perceptível o fato de que os países metropolitanos desenvolvem as localidades controladas direta ou indiretamente, para, em seguida, delas se apropriar privadamente da riqueza gerada pelos trabalhadores, o que está, eventualmente, ligado

¹⁶ BARROSO, Gustavo. *Brasil: colônia de banqueiros (História dos empréstimos de 1824 a 1934)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1934. p. 175.

ao *desenvolvimento desigual e combinado*, em virtude da introdução de técnicas e meios de produção muitíssimos superiores nos países atrasados; porém, é necessário destacar ao leitor a presença da teoria do *desenvolvimento* nas obras de Marx, a saber, quando o intelectual prussiano volta suas atenções à campanha inglesa que resultará na dominação da Índia.

Num breve artigo de 1853, publicado no jornal *New York Daily Tribune* para o qual Marx trabalhava na qualidade de correspondente internacional, intitulado *Futuros resultados do domínio britânico na Índia*, o prussiano chega à conclusão segundo a qual os ingleses, mesmo como invasores e conquistadores, iriam beneficiar a população indiana, fato longe de ser uma novidade, pois os indianos já haviam sido dominados muitas vezes antes, aspecto assinalado pelo próprio Marx, por mongóis e turcos, porém, a Inglaterra iria destruir a manufatura e a produção locais para, por assim dizer, modernizar o trabalho entre a população indiana; estaríamos, portanto, ante a uma suposta *missão civilizadora do capital* a que Marx se refere enquanto o processo de destruição e regeneração da formação social e econômica indiana no Oitocentos, a qual era, basicamente, um modo de produção asiático em que predominavam diversas células camponesas autossuficientes compelidas ao pagamento de taxas e tributos à elite estatal composta pelo déspota, os funcionários, burocratas, sacerdotes, militares e comerciantes.¹⁷

É interessante ao leitor exhibir as próprias considerações de Marx sobre o processo de domínio britânico na Índia, mas, antes, devemos ressaltar, assim como o fizemos em relação a Barroso, que o prussiano não era entusiasta tampouco admirador da empreitada neocolonial europeia na Ásia, e, sim, um verdadeiro crítico e opositor da expansão do capitalismo pelo mundo, ao passo que, certamente, Marx fazia uma análise realista e dialética do evento supracitado, preocupando-se com a condição da formação futura da classe trabalhadora indiana e sua relação com a burguesia inglesa e a elite indiana subserviente ao controle da Inglaterra.

Assim sendo:

Até agora, as classes governantes da Grã-Bretanha só estiveram interessadas no progresso da Índia de modo acidental, transitório e a título de exceção. A aristocracia queria conquistá-la; a plutocracia saqueá-la e a burguesia industrial ansiava por submetê-la com baixo preço das suas mercadorias. Mas agora a situação mudou. A *burguesia industrial descobriu que os seus interesses vitais reclamam a transformação da Índia num país produtivo e que, para isso, é preciso sobretudo proporcionar-lhe meios de irrigação e vias de comunicação interior*. Os industriais se propõem cobrir a Índia com uma rede de estradas de ferro. E o farão. Com isso serão obtidos resultados inapreciáveis (MARX, 1976, p.294, grifos nossos).

Continua Marx:

¹⁷ Cf. LACOSTE, Yves. *Geografia do subdesenvolvimento*. São Paulo: DIFEL. 1982.

Os hindus não poderão colher os frutos dos novos elementos da sociedade, que semeou entre eles a burguesia britânica, enquanto na própria Grã-Bretanha as atuais classes governantes não forem desalojadas pelo proletário industrial, ou enquanto os próprios hindus não forem bastante fortes para acabar de uma vez para sempre com o jugo britânico (MARX, 1976, p.294, grifos nossos).

Apresentados tais trechos, é possível adentramos no setor rodoviário, o último tópico antes de nos determos quanto ao processo de industrialização de São Gonçalo, o qual estivera representado, no município, pelas diligencias e carruagens urbanas voltadas para locais específicos não servidos pelas linhas férreas, como já mencionada a Estrada de Ferro Leopoldina, contudo, foi preciso aguardar até a década de 1920 para que começassem a circular os primeiros ônibus abertos, a que se dava o nome de jardineiras, cujo trajeto era do bairro Alcântara até Santa Isabel; havia duas linhas com que os habitantes de São Gonçalo poderiam se locomover, a saber, a primeira a seguir por Sete Pontes e outra por Porto Velho, cujos donos eram Domício Correia e Amado Dias Filho, a respeito de cuja vida pouco sabemos, porém, é o suficiente para percebermos a presença do capital privado a controlar, na cidade, os meios de transporte rodoviários no Rio de Janeiro responsáveis pela locomoção dos trabalhadores seja para fora de São Gonçalo ou para outras partes do território.

Posteriormente iriam ser fundadas empresas privadas capazes de controlar as frotas de ônibus em São Gonçalo, como a ABC, Mauá ou Galo Branco, das quais não teremos tempo de analisar profundamente em nosso texto, apenas sendo citadas para demonstrar a presença da iniciativa privada e do Capital entre a vida da população gonçalense. No ano de 1939 Palmier consegue listar quase 990 veículos presentes em São Gonçalo, entre os quais estavam automóveis (211 particulares, 88 alugados e 4 oficiais), caminhões (166 usado para serviços de frete e 9 oficiais), ônibus (1 particular, 33 alugados e 1 oficial), bem como havia os “diversos- 1 ambulância, 7 coches, 1 autopatrol, 2 tratores, 2 plainas e 2 compressores- carroças (16 para frete e 114 privadas), além de 302 bicicletas¹⁸.

O capital rodoviário em São Gonçalo e no Brasil, contudo, será mais preponderante no transporte a partir dos anos 1960, em especial devido à política econômica do governo de Juscelino Kubitscheck (1956-1961), herdeiro direito de Getúlio Vargas (1882-1954) e seu nacional desenvolvimentismo, de fortalecimento das rodovias e estradas em detrimento das ferrovias e trens enquanto meios para a circulação de mercadorias, trabalhadores, capitais, uma vez que os investimentos para a malha ferroviária acabaram por decair décadas após décadas,

¹⁸ PALMIER, Luiz. *São Gonçalo Cinquentenário*. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Instituto de Geografia e Estatística, 1940. p. 178.

até sua desativação, como, por exemplo, a desativação do ramal da Rede Ferrovia Federal Sociedade Anônima o qual ligava Niterói, município vizinho, a Campos, em 1973, ano no qual diversas linhas férreas foram desativadas e ocupadas pela população sem moradia, cujo caso mais famigerado é a Estação do Porto da Madama.

Dito isto, é necessário avançar até a constituição da grande indústria no Brasil e, particularmente, na cidade de São Gonçalo para a qual os meios de locomoção e transporte citados até aqui ainda serão de grande valia para o seu funcionamento e reprodução.

1.3- Industrialização e trabalho assalariado

Quanto à industrialização, apenas tornar-se-ia preponderante entre as décadas de 1930 e 1950 com a instalação de empresas e companhias industriais, sejam de capital estrangeiro ou nacional, se bem que havia estabelecimentos e empreendimentos fabris existentes em São Gonçalo desde o fim do século XIX, talvez em virtude do surto industrial no qual o Brasil se viu a partir de 1870, bem como na década de 1920 o governo municipal criara um decreto por meio do qual visava facilitar o funcionamento de fábricas no município, cujo atrativo se localizava em subsídios e isenções fiscais às primeiras companhias a operar suas atividades na localidade.

Contudo, a descrição acima não ultrapassa o nível da aparência, do empírico caso o fenômeno da implementação e avanço da indústria, *grosso modo*, a modernização tardia conservadora no Brasil não for apresentada e explicada em nosso texto. Tal modernização tem duas facetas, a saber, a internacional, marcada pelo período entre Guerra (1919-1939) dentro do qual a economia de mercado capitalista é atingida pelos efeitos da Grande Guerra interimperialista (1914-1918), como a destruição material dos países europeus belicosos, desempregos, inflação, aumento da pobreza, mazelas todas agravadas pela queda da Bolsa de Valores de Nova Iorque em 1929, haja vista a posição de credor mundial assumido pelos Estados Unidos da América após findado o conflito, cujo pano de fundo foi a crise de superprodução engendrada pelas forças produtivas das nações vencedoras da 1ª Guerra.

De um lado, chegou ao fim sepultou a retomada do crescimento a que se assistia na economia mundial capitalista desde 1924, nascendo, do outro, grupos de ultradireita no Velho e no Novo Mundo como resposta à crise e mecanismo da burguesia de manter seu poder econômico baseado no Capital, o que explica a formação do Nazifascismo enquanto movimento reacionário, racista, imperialista, anticomunista, antiliberal e, acima de tudo, a favor da preservação do Capital nas sociedades industriais, cujos representantes mais notórios foram

Adolf Hitler (1888- 1945) e Benito Mussolini (1889-1945) ao lado de figuras menores da Europa Latina, no caso, o ministro lusitano Antônio Salazar (1889-1970) e Francisco Franco (1892-1975).

Havia ainda o avanço do socialismo bolchevique triunfante na Rússia Tzarista a partir da Revolução de Outubro do qual boa parte da classe trabalhadora, sobretudo sua fração operária, iria se aproximar. Além disto, iria lutar por ela em seus respectivos países, como na Itália e na Alemanha, aqueles, diga-se de passagem, mais afetados pelo *crash* de 1929, marcando o nascimento de um cenário da luta de classes europeia inédito em que forças contrarrevolucionárias de extrema-direita iriam até as últimas consequências para salvar o capitalismo contra o fortalecimento dos movimentos socialistas, comunistas e socialistas democráticos a favor de sua extinção.

O cenário da luta de classes no Brasil, por sua vez, também estava marcado por conflitos e disputas desde, pelo menos, os anos 1920, quando a Primeira República (1889-1930) havia fracassado em sua missão de ser símbolo da modernidade contra o atraso encarnado na Monarquia dos Bragança em virtude da manutenção da dependência e do atraso nacionais ligados à condição agroexportadora no mercado mundial capitalista. Tal contestação começa a principiar entre aqueles responsáveis, junto aos latifundiários do café, pelo nascimento governo republicano, a saber, os militares, sobretudo os de baixa patente, cujas denúncias se tornaram verdadeiras revoltas contra a Primeira República e seus mandatários, com destaque para Luís Carlos Prestes (1898-1990) e sua Coluna Prestes a rodar o interior nacional entre 1925 e 1927.

Somam-se a tal cenário de contestação a Revolta dos 18 do Forte de Copacabana, em 1922, durante o governo do presidente Arthur Bernardes (1875-1955), e a Revolução de 1924 organizada pelos oficiais descontentes com oligarquia cafeeira, cujo fim era derrubar o governo de Bernardes, pois ainda fazia parte do movimento tenentista militar.

Entrementes, as forças produtivas brasileiras experimentavam um tímido e débil processo de urbanização e industrialização, especialmente no Rio de Janeiro e em São Paulo, acompanhado pela formação de, por um lado, uma pequena burguesia ligada ao capital industrial e ao de serviços nas cidades, e, por outro, de um operariado urbano bastante militante e politizado, a maioria do qual de imigrantes italianos e espanhóis ligados ao anarquismo e ao socialismo, de tal modo que, inspirado pela Revolução Bolchevique de 1917, organizou no mesmo ano uma greve geral nos principais distritos industriais, demonstrando a todos o grande poder mobilizador dos trabalhadores operários contra o Capital, mesmo dentro de uma nação atrasada e subdesenvolvida no cenário internacional.

Todavia, a produção nacional de riquezas, seguida da sua apropriação privada,

encontrava-se, fundamentalmente, na agricultura da grande propriedade monocultora e voltada, principalmente, à exportação de café, mas outros gêneros eram comercializados, como açúcar, erva-mate, borracha e algodão; as forças produtivas brasileiras rurais, como assinalamos anteriormente com base no desenvolvimento desigual e combinado, conviviam com as cidades e espaços urbanos industrializados, com preponderância das primeiras, possuidores de um certo grau de avanço e de modernidade, seja em São Paulo ou no Rio de Janeiro, porém, toda a formação social e econômica nacional, assim como a latino-americana com a qual carregava inúmeras semelhanças, enfrentaria uma enorme recessão causado pelo já mencionado *crash* de 1929, de consequências mais graves e aterradoras se tivermos em mente que estamos a lidar com um país muitíssimo atrasado.

Em termos políticos-administrativos chega ao fim a República Oligárquica após a Revolução de 1930 liderada por Getúlio Vargas, deputado gaúcho, latifundiário, já próximo das classes médias urbanas formadas no começo século passado. Contudo, se aproximou de empresários e empreendedores, bem como dos tenentes revoltosos e, acima de tudo, com a latifundiários de São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e afins. Deste modo, a dimensão política estatal nacional passaria a estar sob comando de Vargas ao lado de vários extratos das classes dominantes e pequeno-burguesas, contando com o apoio e a fidelidade de um aparato de defesa e violência- os militares- para cujo governo havia se manifestado o colapso do Mercado mundial, ao qual o Brasil servia por meio da venda de café, incapaz, neste sentido, de manter a acumulação capitalista com base na agricultura agroexportadora.

O antropólogo húngaro Karl Polanyi (1886-1964), apesar de nunca ter se filiado à tradição marxista ou a qualquer projeto de extrema esquerda, assinala em *A grande transformação*, sua obra máxima escrita em 1945, que a falência do Mercado enquanto instituição que nunca pôde ser auto regular, ou seriam eliminadas a Humanidade e Natureza¹⁹, levou ao surgimento de duas respostas da Sociedade, a saber, o Socialismo e o Fascismo, em que o primeiro, como já mostramos, saiu-se vitorioso na Rússia ao passo que o segundo triunfou na Alemanha e na Itália.

O Estado brasileiro, longe de ser uma potência capitalista civilizada clássica, mas participante da História Mundial, do Mercado já internacionalizado, precisou encontrar sua saída da falência do liberalismo através da do que, na literatura econômica, se chama de

¹⁹Confrontar com *O Caminho da Servidão* de Friedrich Hayek (1899-1992), também escrito em 1945, para o qual era preciso dar mais liberdade ao Mercado ao invés de tentar controlá-lo.

substituição de importações, cuja finalidade é que as forças produtivas, doravante, sejam capazes de criar todos os bens, produtos e mercadorias antes importados das nações imperialistas, em grandes quantidades, diga-se de passagem, objetivo para o qual é indispensável um grande desenvolvimento e aprimoramento do setor industrial nacional, de pesquisas e investimentos voltados aos meios técnicos e científicos, porém, tal necessidade é pouco, ou quase nada, ressaltado na modificação de um economia política agrária para uma industrial.

Em outras palavras, as forças produtivas nacionais estavam em vias de produzir mercadorias e bens cuja tecnologia teria de ser importada dos países centrais, haja vista a inexistência de uma produção tampouco fomento a tais meios de produção e, assim, a dependência nacional parecia manter-se incólume, contudo, por ora, não nos aprofundaremos nesta contradição no seio da produção brasileira.

O processo de industrialização de São Gonçalo, inserido neste contexto de *substituição de importações* adota pelo Estado brasileiro, seria cada vez levado a cabo não por uma burguesia industrial local, particularidade da qual falaremos posteriormente, mas pelos agentes e instituições públicos, porém, devemos salientar ao leitor a existência das atividades fabris baseadas em São Gonçalo anteriores à crise do Mercado mundial em 1929. Dito isto, passamos a lidar com a historicidade do parque industrial gonçalense no século XX, o que necessariamente, implica em apresentar e problematizar, sua gênese, condições de possibilidade e seus desdobramentos.

Mais uma vez a teoria do *desenvolvimento desigual e combinado* mostra-se de extrema utilidade, uma vez que a zona rural atrasada de São Gonçalo esteve ligada à nascente indústria fluminense na assim chamada *Orla Oriental da Baía de Guanabara*, no caso certas propriedades improdutivas ou tornaram-se bairros através da política de loteamentos, graças à qual foi constituída a maioria dos bairros gonçalenses²⁰, ou aquelas fazendas e terras a serem o locus produtivo de frutas e alimentos de que se serviram o Rio de Janeiro e Niterói, quase como uma “indústria rural”; relacionada à chegada da grande indústria fluminense em direção a Niterói e a São Gonçalo está a proliferação de cidades e espaços citadinos, isto é, a urbanização se desenvolveu em São Gonçalo, assim como destacamos anteriormente quando falávamos do débil processo de modernidade nacional em princípios da República Velha, a qual se caracterizou, de um lado, por diminutas localidades mal distribuídas e cercadas por uma grande quantidade de propriedades e latifúndios, tanto pequenos quanto grandes, enquanto, do outro,

²⁰ Gradim, Paraíso, Porto da Pedra são exemplos de sítios, chácaras e terras loteadas e hoje bairros dispersos pelos cinco distritos, quais sejam, São Gonçalo, Neves, Monjolos, Sete Pontes e Ipíba.

as habitações e moradias relativamente distantes das cidades, cuja causa ²¹teria sido a especulação financeira efetuada pelos donos de terras responsáveis pelo desaparecimento da produção agrícola aos arredores de Niterói e São Gonçalo, fenômeno ao qual não poderemos ceder nossa atenção no resto de nosso texto.

Para a penetração da grande indústria em São Gonçalo foram necessários os fatores espaciais que permitiriam sua chegada, permanência e desenvolvimento no interior da localidade, a saber, I) um mercado consumidor da produção gonçalense, especialmente a cidade do Rio de Janeiro, II) a disponibilidade de matéria-prima de cuja fonte de abastecimento as fábricas se instalaram, como, por exemplo, a fábrica de cimento Mauá baseada em Guaxindiba, onde havia uma mina de calcário necessária a tal produção, III) a abundância de água, a qual é indispensável para o trabalho fabril, com destaque ao rio Alcântara, IV) eletricidade fornecida pelas linhas da Companhia Brasileira de Energia Elétrica ao longo de Niterói e São Gonçalo, V) disponibilidade de força de trabalho tanto de Niterói quanto de São Gonçalo, em virtude das pequenas propriedades e sítios de frutas, assim como houve a migração de moradores da capital para São Gonçalo, cujo contingente foi fundamental para se estabelecer uma classe trabalhadora local, incapaz de existir com a população gonçalense já residente, VI) terrenos disponíveis, a maioria dos quais baratos, encontrados nas planícies costeiras ao norte e nos vales chatos entre as colinas, nos quais as fábricas seriam instaladas, e VII) a existência de um setor de comunicação estruturado e organizado, fato o qual já fora assinalado quando tratamos da agricultura, com a navegação via mar, as ferrovias, as rodovias bem como os bondes.²²

Logrados sua penetração e desenvolvimento em terras gonçalenses, as atividades industriais encontraram-se espalhadas por alguns ramos e setores específicos, cinco ao todo, quais sejam, a transformação de minerais não metálicos, como cimento, cerâmica e vidros, a metalurgia, química e farmacêutica, produção alimentar e de papelão e papel, cuja ordenamento apresentado apresenta qual a era a predominante- minerais não metálicos- e a menos relevante –papelão e papel.

O número de fábricas e estabelecimentos industriais, contudo, aumentaria cada vez mais nos anos 1930, sobretudo depois de 1939, com a eclosão da 2ª Guerra Mundial (1939-1945), quando a política da *substituição de importações* ganhou maior protagonismo na economia nacional concomitante à queda de participação da economia agroexportadora; se entre as

²¹ GEIGER, Pedro et al. Urbanização e industrialização na orla oriental da Baía de Guanabara. *Anuário Geográfico do Estado do Rio de Janeiro* 1956. Rio de Janeiro, n.9, 1957. p. 518.

²² Ibid. p. 500

décadas de 1920 e 1930 apenas havia seis fábricas, sete entre 1930 e 1940, o número salta para 23 entre 1940 e 1948, cai para 21 após 1948. Porém, em meados de 1953 encontramos 70 estabelecimentos industriais em São Gonçalo com quase sete mil empregados, mostrando que, nos anos 1950, aproximadamente 15% da população local se encontrava empregadas nas fábricas em São Gonçalo.

Dito isto, iremos, mormente, localizar espacialmente onde estava a maioria dos estabelecimentos, para vermos de mais perto como opera a teoria do *desenvolvimento desigual e combinado*, em seguida abordaremos o significado da proliferação do trabalho livre assalariado industrial com base nos apontamentos de Marx (1976). Segundo a listagem levantada por Maria Nelma Braga (2006), é possível notarmos a relevância do 4º distrito de São Gonçalo, o de Neves²³, quanto à aglomeração de fábricas e estabelecimentos industriais assaz significativos para a modernização de São Gonçalo, bem como a seu desenvolvimento em termos urbanos, sociais, culturais e etc. Isto não significa, todavia, a ausência de tais estabelecimentos nos demais distritos gonçalenses, ao contrário, pois a fábrica de cimentos Portland da *Lone Star Cement* localizava-se em Guaxindiba, bairro do 3º distrito, Monjolos, assim como a Companhia Eletroquímica Fluminense, baseada em Alcântara, integrante do distrito de São Gonçalo, próxima das margens do rio com o mesmo nome do bairro.

Os estabelecimentos industriais mais significativos para a produção gonçalense, além de serem lembrados com grande ternura pelos setores de idade mais avançada, estiveram localizados e operantes no 4º distrito, não de se espantar, assim sendo, que seja tal localidade a mais afetada e impactada assim que tais fábricas forem desativadas e transferidas a partir dos anos 1980, porém, de tal fenômeno falaremos no próximo capítulo com maior profundidade. Podemos mencionar algumas em nosso texto a fim de que os leitores saibam quais estabelecimentos eram estes, onde atuavam e em quais setores estavam especializados. Eis alguns deles:²⁴

I- **Loyde Brasileiro:** fundação em 1888, sede em Neves e do ramo da navegação;

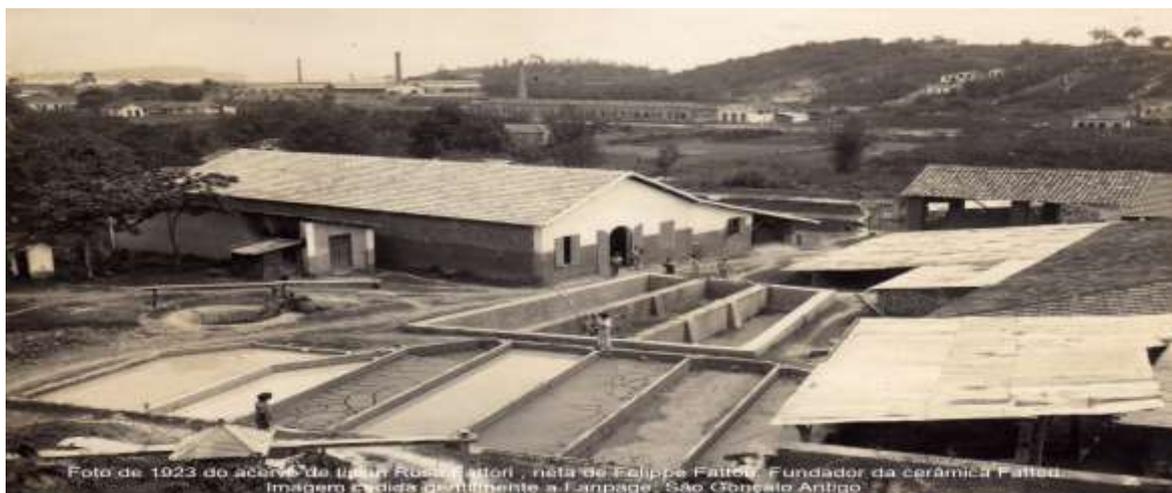
II- **Companhia Brasileira de Usinas Siderúrgicas:** fundação em 1926 e produzia parafusos;

²³ Os bairros pertencentes a tal distrito são Paraíso, Gradim, Porto da Pedra, Porto Novo, Parada 40, Porto Velho, Camarão, Boa Vista, Neves, Vila Lage, Mangueira, Patronato e Porto da Madama.

²⁴ Cf. BRAGA, Maria Nelma Carvalho. *São Gonçalo e sua história*. 3ªed. Niterói: Nitpress, 2006. p. 156 et seq.

- III- **Acieira Martins**: sediada em Neves e do setor de metalurgia;
- IV- **Indústrias Reunidas S/A**: fundada em 1941, produzia vidros, sobretudo vidro neutro, e porcelanas; localizava-se em Neves;
- V- **Indústrias Reunidas de Pesca S.A. Netuno**: baseada no Gradim e trabalhava com peixes em conserva;
- VI- **Companhia Vidreira do Brasil**: fundada em 1941, baseada em Neves e produzia isoladores de vidros;
- VII- **Companhia Fiat Lux**; baseada em Neves e produzia fósforos da Fiat-Lux;
- VIII- **Curtume Zoológico São Sebastião**: baseado no Gradim e produzia couro;
- IX- **Indústria de Conservas Coqueiro**: baseada em Neves, fundada em 1937 e produzia sardinhas em conserva;
- X- **Indústria de Cerâmica Fatore**: fundada em 1923, estava sediada no bairro do Vila Lage, e produzia tijolos, telhas, filtros de barros e etc.;

Figura 4- Cerâmica Fattori nos anos 1920



Fonte: Página “São Gonçalo Antigo” do *Facebook*.²⁵

Figura 5- Cerâmica Fattori nos anos 1920



Fonte: Página “São Gonçalo Antigo” no *Facebook*.²⁶

²⁵ Disponível em: <https://encurtador.com.br/MwMht>. Acesso em: 17 fev. de 2025.

²⁶ Disponível em: <https://encurtador.com.br/MwMht>. Acesso em: 17 fev. de 2025.

Figura 6- Interior do Curtume São Sebastião



Fonte: Blog “Cuiqueiros”.²⁷

Figura 7- Ron Merino vista exteriormente

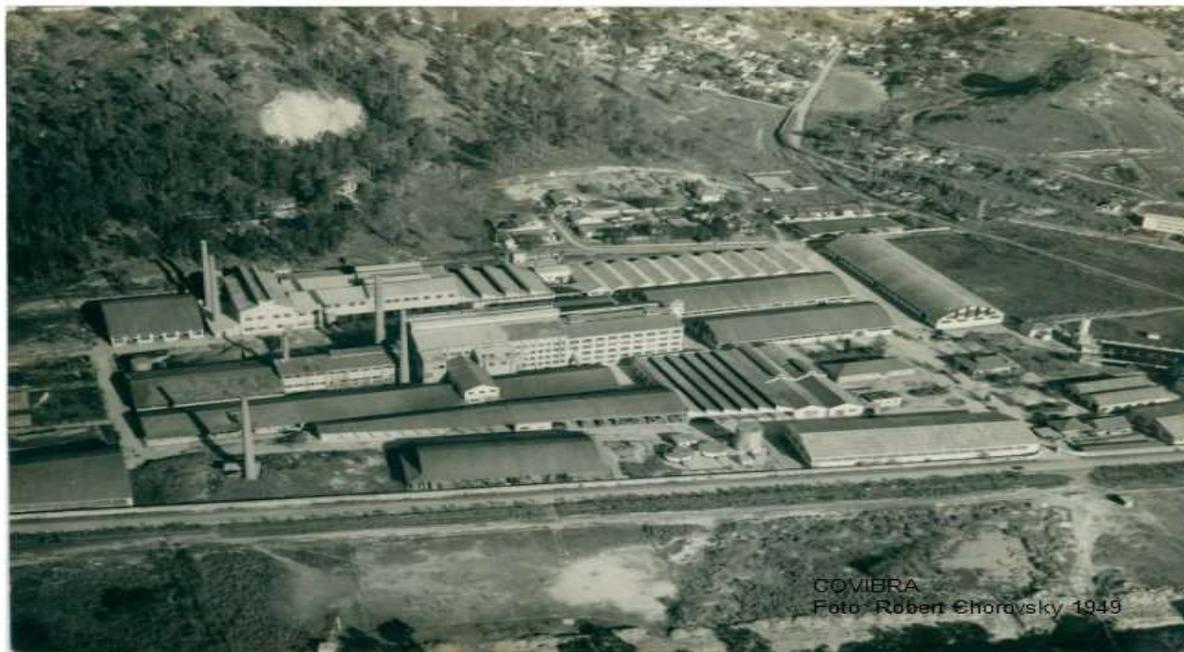


Aspecto parcial da fábrica de Ron Merino.

Fonte: Página “São Gonçalo Antigo” no *Facebook*.²⁸

Figura 8- Companhia Vidreira do Brasil vista por cima em 1949

²⁷ Disponível em: <https://cuiqueiros.blogspot.com/2011/05/curtume-sao-sebastiao.html>. Acesso em: 17 fev. de 2025.

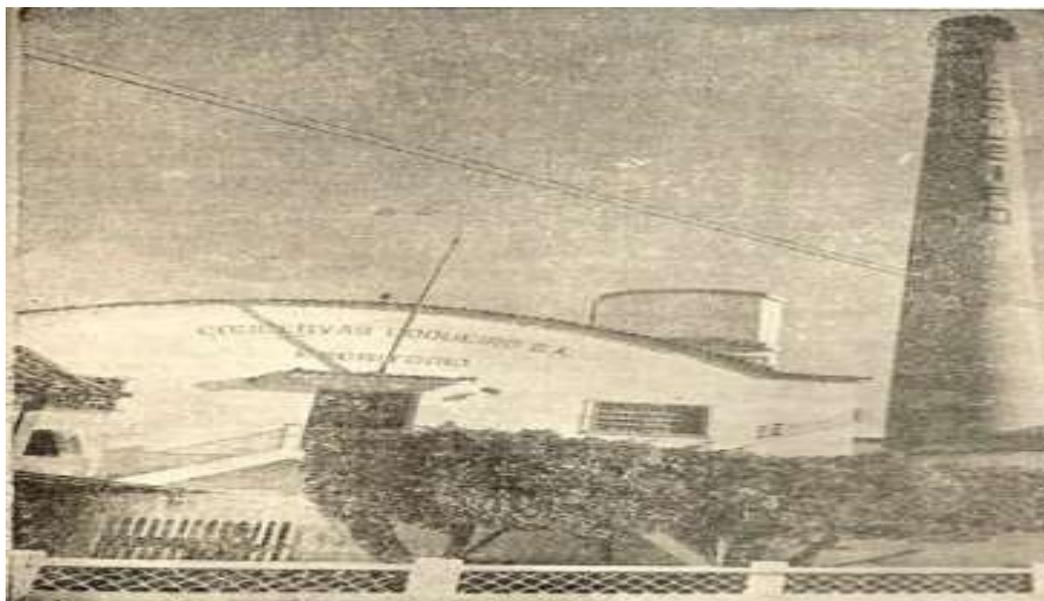


Fonte: *Página “São Gonçalo Antigo” no Facebook.*²⁹

²⁸ Disponível em: <https://encurtador.com.br/MwMht>. Acesso em: 24 nov. de 2024.

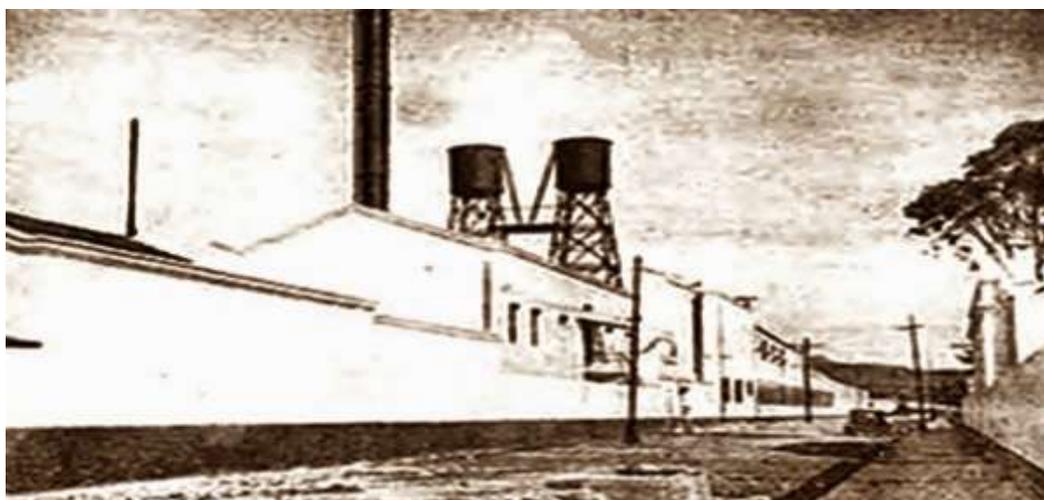
²⁹ Disponível em: <https://encurtador.com.br/MwMht>. Acesso em: 17 fev. de 2025.

Figura 9- Fábrica Coqueiro nos anos 1970



Fonte: Página “Sim São Gonçalo”.³⁰

Figura 10- Interior da Fiat Lux



Fonte: Página “Clube Prazer de Jogar Niterói”.³¹

Destacadas tais fábricas baseadas no 4º distrito, havendo, todavia, muito mais tanto em seu interior quanto em outras partes de São Gonçalo, claro está a maioria foi instalada de

³⁰ Disponível em: <https://simsaogoncalo.com.br/yes-nos-temos-sardinhas/>. Acesso em: 20 ago. de 2024.

³¹ Disponível em: <http://grupoprazerdejogar.blogspot.com/2014/10/fabrica-de-fosforo-fiat-lux-barreto.html>. Acesso em: 18 fev. de 2025.

maneira tardia, extremamente retardatária, formando o parque industrial local, dentro do próprio processo de modernização pelo qual as forças produtivas nacionais passavam entre as décadas de 1930 e 1950.

Entretanto, chama-nos a atenção o fato de que a formação da grande indústria gonçalense se assemelha, sem exageros, à da Rússia, em meados dos séculos XIX e XX, assim descrita por Trotsky no primeiro capítulo de sua obra *A revolução russa*, em seu primeiro volume mais especificamente, no qual faz uma breve apresentação da história da Rússia segundo uma concepção materialista, mas, acima de tudo, destaca a teoria do *desenvolvimento desigual e combinado* de maneira explícita e direta. Conforme o revolucionário russo:

A lei do desenvolvimento combinado está demonstrada como sendo a mais incontestável na história e no caráter da indústria russa. Tardamente nascida, essa indústria não percorreu, desde o início, o ciclo dos países adiantados, porém neles se incorporou, adaptando ao seu estado atrasado as conquistas mais modernas. Se a evolução econômica da Rússia, em conjunto, passou por cima de períodos do artesanato corporativo, e da manufatura, muitos de seus ramos industriais pularam parcialmente alguma etapa da técnica que exigiu, no Ocidente, dezenas de anos. Como consequência, a indústria russa desenvolveu-se em certos períodos com extrema rapidez. Entre a primeira Revolução e a guerra a produção industrial da Rússia quase dobrou. (TROTSKY, 2017, p.37, grifos nossos)

Posteriormente, ele acrescenta:

A fusão do capital industrial com o capital bancário efetuou-se na Rússia, de forma tão integral como talvez não se tenha visto semelhante em qualquer outro país. A indústria russa, porém, subordinando-se aos bancos, demonstrava efetivamente sua submissão ao mercado monetário da Europa ocidental. A indústria pesada (metais, carvão, petróleo) estava quase inteiramente sob o controle financiador estrangeiro que criara, na Rússia, para uso próprio, uma rede de bancos auxiliares e intermediários. A indústria leve seguia o mesmo caminho. Se os estrangeiros possuíam, no total, mais ou menos 40% de todos os capitais investidos na Rússia, esta percentagem nos ramos principais da indústria era bem mais elevada. Pode-se afirmar, sem receio de exagero, que o centro de controle das ações emitidas pelos bancos, pelas fábricas e manufaturas russas encontrava-se no estrangeiro, e a participação da Inglaterra, da França e da Bélgica no capital atingia o dobro da participação alemã (TROTSKY, 2017, p.39, grifos nossos)

Porém, isto não é tudo: Marx, ainda no século XIX, fora capaz de salientar tal “salto” realizado por países e nações atrasadas em relação à história e ao desenvolvimento dos avançados e civilizados, quando conheceu a socialista, posteriormente menchevique, russa Vera Ivanovna Zaslitch (1849-1919), cuja preocupação explicava-se pelo possível destino da Rússia ser aquele pelo qual havia passado a Inglaterra pós Revolução Industrial, isto é, os socialistas russos estavam receosos de que o Capital pudesse promover a mesma barbárie entre os trabalhadores locais aquela já feita contra o proletariado inglês e parte do irlandês algumas décadas anteriores. Marx, então, adverte Zaslitch de que apenas na Europa Ocidental, onde a

propriedade privada estava estabelecida e se reproduzia nas relações sociais, os efeitos da industrialização, tal como analisou na Inglaterra, seriam experimentados pelos trabalhadores.³²

Diferentemente dos russos, no Brasil, em virtude de ter integrado a acumulação primitiva de capital na condição de colônia de Portugal, a propriedade privada, no caso, a da terra, era praticada entre a classe dominante desde, pelo menos, a aprovação da Lei de Terras em setembro de 1850, ainda durante o reinado de Pedro II (1840-1889), o que, neste sentido, faria com parte dos trabalhadores brasileiros encarassem condições relativamente semelhantes às do proletariado anglo-irlandês³³, isto é, *separação dos meios de produção e reprodução da vida e disponibilidade da força de trabalho a ser comprada pelos donos dos meios de produção, ou seja, pessoas juridicamente livres.*

Para que houvesse o desenvolvimento da grande indústria em São Gonçalo durante os anos 1930, além daqueles fatores elencados algumas páginas acima, foram necessários trabalhadores “livres” e desprovidos de meios de produção, muitos dos quais eram de outras partes do estado do Rio de Janeiro e da cidade de Niterói, uma vez que a população local, à época, encontrava-se bastante reduzida em termos quantitativos (GEIGER, p.), ao passo que, uma vez instalada em terras gonçalenses, assistiríamos ao conflito entre Capital e Trabalho, no caso, no cenário do trabalho fabril dominado pelo capital industrial. O excerto a seguir demonstra bem o que queremos dizer:

O modo de produção capitalista está, portanto, fundado em uma relação de classe muito específica: por um lado, uma *classe de proprietários* (detentores do dinheiro e dos meios de produção) e, por outro lado, *uma classe de trabalhadores e trabalhadoras despossuídos, mas legalmente livres*. É essa relação de classe que Marx tem em mente quando analisa não o capital, mas a relação de capital. (HEINRICH, 2024, p.101, grifos do autor)

Cabe ressaltar ainda a própria constituição de uma suposta “classe trabalhadora gonçalense” a partir do engendramento do parque industrial local. Geralmente, o conceito de “classe” no marxismo é destacado a fim de apresentar e explicar a localização das pessoas no interior do processo de produção capitalista, o qual é ignorado ou subestimado por inúmeros autores ligados à tradição liberal, isto é, quem são aqueles detentores do maquinário, das

³² Cf. MARX, Karl. “Carta de Karl Marx a Vera Ivanovna Zaslitch”. In: Idem. *O capital, crítica da economia política, livro I: o processo de produção*. 3ª ed. São Paulo: Boitempo, 2023. p.849-851.

³³ É preciso salientar, contudo, que os recursos naturais assim e os escravizados africanos no Brasil foram explorados por quase quatro séculos por potências estrangeiras europeias, o que, em termos qualitativos, diferencia assaz as realidades inglesa e brasileira durante seus processos de industrialização, haja vista que a segunda será, como mencionamos anteriormente, dependente da primeira, esta nunca dependente de qualquer outra nação. Para mais detalhes, Cf. JUNIOR, Caio Prado. *História econômica do Brasil*. 24ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1980.

fábricas, dos instrumentos e ferramentas de trabalho, bem como possuidores de dinheiro – a classe capitalista- e os desprovidos de tudo isto, donos apenas de suas capacidades mentais e físicas para trabalhar ou exercer alguma atividade em troca de salários- o proletariado- o que, à primeira vista, não está equivocado.

Entretanto, o conceito de “classe” apresentado pelo próprio Marx, e não por Engels e pelos posteriores marxistas³⁴, refere-se apenas ao conjunto de indivíduos presentes na produção no sentido *estrutural*, isto é, em determinadas relações de trabalho orientadas pelo capital ao lado de forças produtivas particulares cuja finalidade é “satisfazer” o mesmo capital, isto é, lhe proporcionar lucros cada vez maiores que o mantenham vivo e capaz de se reproduzir eternamente. Mencionamos essa definição com que trabalha Marx por ser, justamente, a que adotamos durante todo o restante de nosso trabalho, encontrando respaldo histórico na própria constituição da classe trabalhadora latino-americana durante a primeira metade do século passado.

Ian Roxborough³⁵ salienta, primeiramente, que o engendramento de classes sociais se dá dentro do espaço urbano, das cidades, o que será fundamental para sua expansão, ocupação, seja das fábricas ou do aumento de moradias dos trabalhadores, cujo exemplo, para São Gonçalo, encontra-se na Vila Operária Vila Lage baseada em Neves, igualmente, para o aumento demográfico, bem como, poderiam ser destacados três elementos, no contexto latino-americano, a discernir uma suposta “classe trabalhadora”, a saber, os trabalhadores mineiros e petroleiros em países como Chile, Bolívia e México, os trabalhadores encontrados nas grandes empresas tanto em cidades pequenas como na zona rural, como era o caso das indústrias têxteis, além daqueles empregados no setor portuário, nas ferrovias, nos transportes municipais e no serviço público, o que, para o mesmo autor³⁶, nos permitiria apontar, por assim dizer, para a existência de um proletariado latino-americano com uma forma social definida entre os anos

³⁴ Sobretudo os autores ligados ao assim chamado “marxismo ocidental”, um conjunto de intelectuais, especialmente localizados na Alemanha, cujos trabalhos teóricos voltavam-se, mormente, ao afastamento do “marxismo” oficial da URSS, e à análise de fenômenos e eventos para além da crítica da economia política realizada por Marx nos três volumes de *O capital*, como a reificação, a consciência de classe, a cultura, a arte, a literatura, em que a filosofia desempenhou um papel fundamental, de tal modo que as produções filosóficas do “jovem” Marx, como os *Manuscritos de Paris* e *A ideologia alemã*, passaram a ser citados com maior frequência. Georg Lukács (1885-1971) e Karl Korsch (1886-1961) são considerados seus fundadores ao publicarem, respectivamente, *História e consciência de classe* e *Marxismo e Filosofia*, ambas de 1923, enquanto Antonio Gramsci (1891-1937), Theodor W. Adorno (1903-1969), Max Horkheimer (1895-1973), Maurice Merleau-Ponty (1908-1961), Jean-Paul Sartre (1905-1980) e Louis Althusser (1918-1990) foram alguns dos mais notórios expoentes do “marxismo ocidental”.

³⁵ Cf. BETHELL, Leslie (org.). *História da América Latina, volume VII: A América Latina após 1930: Estado e Política*. São Paulo: 2015. p. 277.

³⁶ Ibid. p.279.

1930, se bem que o autor não descarta as distinções presentes entre os trabalhadores latinos, inclusive, aquelas ocorridas no interior de um mesmo país ou da mesma região, como era o caso dos trabalhadores de São Paulo e Santos e entre estes e os que eram do Rio de Janeiro.

São Gonçalo, particularmente, estava mais adequada ao segundo elemento listado acima, sobretudo não somente pelo setor têxtil, mas também pelo de alimentos e de minerais não metálicos, os mais significativos, os quais eram de propriedade de empresas ligadas ao grande capital, seja ela nacional ou estrangeiro, como era o caso da Portland, da empresa estadunidense *Lone Star Cement*, porém, havia companhias nacionais, qual seja, a HIME, com uma siderurgia instalada em Neves a serviço do empresário Francis Hime, sobre cuja vida pouco sabemos, portanto, da qual não trataremos aqui.

Dito isto, cabe destacarmos, quanto à relação de classes no interior da qual São Gonçalo se encontra uma vez bem-sucedido o avanço de sua industrialização tardia, a própria forma de dominação que encontramos nas formas sociais e econômicas em que o capital é dominante, a saber, a *dominação impessoal*. Ao contrário do que se passava nas sociedades antigas, feudais, asiáticas, bem como durante a colonização do Novo Mundo, havia uma dependência direta e pessoal dos produtores em relação aos seus senhores não produtores, ou seja, servos, escravizados, camponeses e afins estavam em contato direto com aqueles que os dominavam e viviam de seu trabalho, especialmente do excedente produzido pelos indivíduos dominados.

Soma-se a isto um outro fator assaz significativo, qual seja, a preponderância do consumo, ou seja, nas formações pré capitalistas, ou capitalistas ainda bastante rudimentares, a maioria da produção voltava-se para que necessidades e desejos dos indivíduos fossem atendidos, afinal de contas, isto garantiria a sobrevivência e reprodução daquelas formações sociais e de seus membros, enquanto que a busca por lucros e enriquecimento era, neste sentido, extremamente marginalizada, pouco relevante antes do advento do modo de produção capitalista.

Uma vez que o capital se transforma em uma relação social dominante num curso histórico de quase quatro séculos, em suas múltiplas formas, como o comercial, o industrial, o portador de juros e o financeiro, modifica-se a maneira pela qual as distintas classes se relacionam em seu interior, isto é, ao contrário dos senhores de escravos ou dos lordes latifundiários feudais, os capitalistas, mero agentes da lógica do capital, “desaparecem”, tornam-se “invisíveis” no processo de produção, o que, de um lado, engendra a ilusão compartilhada pela maioria dos “cidadãos” no capitalismo de que são livres e que têm uma suposta igualdade jurídica, de outro, agora o consumo passa a exercer cada vez menos relevância, pois as trocas, mediadas pela forma-dinheiro, é que se tornam dominantes.

Nesse sentido, o modo de produção capitalista está orientado, indubitavelmente, por relações de classes cuja dominação deixa de ser marcada dependência pessoal e direta, agora *indireta* e “*livre*” junto à produção de mercadorias a serem trocadas no mercado, cuja finalidade é, então, gerar lucros e valorização do capital.

Nas passagens a seguir, o leitor poderá compreender melhor o que tentamos apresentar. Eis a primeira:

Nas sociedades pré-capitalistas, a exploração tinha por base a *relação pessoal de dominação e dependência*: enquanto o escravo era propriedade de seu senhor, o servo dependia do senhor feudal. Este tinha poder direto sobre aquele. Desse modo, o “senhor” apropriava-se de parte do produto que o “servo” produzia. Já nas condições capitalistas, os trabalhadores assalariados firmam um contrato de trabalho com os burgueses. Ambos são *formalmente livres* (não há violência externa obrigando-os a celebrar contratos, que, por sua vez, podem ser rescindidos) e são postos como formalmente iguais (embora existam vantagens decorrentes da propriedade, não há privilégios jurídicos “de nascimento”, como havia na sociedade aristocrática). No capitalismo não há relação *pessoal* de poder- pelo menos essa não é a regra nos países capitalistas desenvolvidos. Por esse motivo, para muitos teóricos sociais, a *sociedade burguesa*, com seus cidadãos livres e iguais, parece ser o oposto da sociedade medieval feudal, com seus privilégios de classes e relações pessoais de dependência. Do mesmo modo, muitos economistas, pelos menos na Alemanha, negam que exista exploração capitalista, preferindo falar de “economia de mercado”. Eles falam de concorrência entre diferentes “fatores de produção” (trabalho, capital e renda), os quais recebem parcelas correspondentes do produto (salário, lucro e renda da terra). Mais adiante discutiremos como, no entanto, a dominação e a exploração no capitalismo são realizadas *por meio* dessa liberdade formal e dessa desigualdade dos “indivíduos que trocam”. (HEIRICH, 2024, p.26, grifos do autor)

A próxima passagem diz:

Nas sociedades pré-capitalistas, a exploração da classe dominada serve principalmente para o consumo da classe dominante, cujos membros levam uma vida luxuosa e utilizam a riqueza apropriada para seu próprio prazer, para a diversão pública (apresentações teatrais na Grécia Antiga, jogos na Roma Antiga) ou para fazer guerra. A produção tem por objetivo *imediate a satisfação de necessidades*: tanto aquelas (forçosamente) simples dos setores populares como as mais suntuosas e bélicas dos abastados. Apenas em casos excepcionais a riqueza apropriada é usada para aumentar a base de exploração (por exemplo, renunciar ao consumo para comprar ainda mais escravos, de tal modo que estes possam produzir uma riqueza ainda maior). O lucro de uma empresa capitalista *não* serve predominantemente para proporcionar uma vida agradável ao seu proprietário. Ele deve ser reinvestido, gerando ainda mais lucro no futuro. A finalidade *imediate* da produção é a *valorização do capital*. A satisfação das necessidades e a vida agradável do capitalista são apenas um produto secundário desse processo, não seu objetivo: se os lucros forem suficientemente altos, então uma pequena parte deles é direcionada para financiar a vida luxuosa do capitalista, enquanto a maior parte é utilizada para a “acumulação” (o aumento do capital). (HEINRICH, 2024, p.26-27, grifos do autor)

Por fim:

Cada capitalista se vê *forçado* pela concorrência com os demais a esse movimento incessante de acumulação permanente, aumento da produção, introdução de novas técnicas etc. Se não houver acumulação, se o aparelho de produção não for constantemente modernizado, a empresa corre o risco de ser superada por concorrentes em condições de produzir a um custo menor ou fabricar produtos melhores. Quanto mais um capitalista individual se esquivar da necessidade de acumulação e inovação constantes, mais a falência o ameaçará. Portanto, ele é forçado a participar do processo da valorização, queira ele ou não. No capitalismo, “a ganância desmedida por lucros” não é uma falha moral dos indivíduos, mas uma necessidade para se sobreviver enquanto capitalista. *Como ficará mais claro nos próximos capítulos, a sociedade capitalista baseia-se em uma relação sistêmica de dominação que produz coações às quais estão submetidos tanto os trabalhadores e a as trabalhadoras quanto os capitalistas.* (HEINRICH, 2024, p.27, grifos do autor e grifos nossos, respectivamente)

Deste modo, as relações de trabalho e as forças produtivas brasileiras e as latino-americanas, estavam, cada uma com suas particularidades e especificidades, em vias de adentrar, seguindo a teoria do desenvolvimento desigual e combinado, no mesmo percurso percorrido pelas potências desenvolvidas, isto é, a industrialização na qual, como explicamos acima, o capital assume como força dominante contra o trabalho, exercendo a dominação *impessoal* e orientando-se pelas trocas, bem como, além disto, a urbanização, o aumento demográfico, a expansão do dinheiro e afins.

Para nosso objeto, a indústria em São Gonçalo, havíamos ressaltado as *condições de possibilidade* algumas páginas, porém, cabe assumirmos que tal possibilidade tornou-se, se quisermos utilizar o pensamento do Estagirita³⁷, *ato*, isto é, efetivou-se na realidade do Estado do Rio de Janeiro, de tal modo que seu parque industrial fora um dos principais para, à época, a capital federal, cuja posição, quanto à arrecadação, era o terceiro lugar. Entre as décadas de 1940 e 1950 suas atividades industriais desenvolver-se-iam tão profundamente que faria com fosse apelidada de *Manchester Fluminense*, epíteto um tanto quanto exagerado, todavia, de maneira alguma sem fundamento.

A seguir, veremos melhor o processo de industrialização dentro de nações semicoloniais nas quais São Gonçalo se encontra.

³⁷ Falamos de Aristóteles (384 a.C.- 322 a.C.), aluno de Platão (428 a.C.- 348 a. C.), fundadora do Liceu em Atenas e preceptor de Alexandre Magno (356 a.C.- 326 a. C.), notório imperador da Macedônia e divulgador, por assim dizer, da cultura helênica entre seus domínios na era antiga.

2- UM PASSEIO PELA INDUSTRIALIZAÇÃO E PELA EXPLORAÇÃO INDUSTRIAL

No capítulo anterior apresentamos e explicamos, brevemente, a constituição da grande indústria em São Gonçalo, parte da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, em meio aos turbulentos anos 1930, quando Vargas passou a ser o presidente do Brasil e “protagonista” da modernização capitalista em terras brasileiras seguindo, especialmente, o sistema de *substituição de importações*, ao passo que parte do Velho Mundo e os Estados Unidos da América adotaram a política econômica com inspiração nos trabalhos de John Keynes, enquanto se assistia à ascensão da extrema-direita nazifascista em solos italiano e alemão. Tudo isso, não se pode esquecer, fora engendrado pela crise de superacumulação das forças produtivas estadunidenses pós 1ª Guerra Mundial.

Dito isto, nossa finalidade com esse segundo capítulo é entender o caminho pelo qual passou a grande indústria nacional e gonçalense com base na exposição de Marx a respeito do capital industrial contido no primeiro volume de *O capital*, bem como outros autores, fora e dentro da tradição marxista, cujos trabalhos trataram da industrialização no Brasil na primeira metade do século passado.

2.1- São Gonçalo industrial dentro da acumulação capitalista industrial: o que significa industrializar-se

O encerramento dos anos 1930 não foi, nem para os que nele viveram tampouco para a posterioridade, marcado por paz, prosperidade ou sequer um otimismo, afinal de contas, em 1937, no Brasil, o Estado-Novo havia sido instituído por Vargas após levantes organizados por militantes comunistas e socialistas, uma ditadura bonapartista de quase uma década a qual contou com elementos de forte inspiração fascista. Porém, em 1939, a 2ª Guerra Mundial se efetivou após a invasão da Polônia pela *Wehrmacht* [Forças Armadas] da Alemanha liderada por Adolf Hitler, ato a desencadear o conflito mais mortífero de toda a história do gênero humano, para Eric Hobsbawm, contudo, não era nada senão a continuação da 1ª Guerra, apenas com uma breve pausa de duas décadas.

Adentramos, neste sentido, nos anos 1940 em meio à 2ª Guerra Mundial cujo desenrolar se mostrou um tanto quanto fundamental para a indústria dos países latino-americanos, o que, de um lado, não significa absolutamente menosprezo de nossa parte quanto a todos os atos de

desumanidade, barbaridade, e um sem fim de monstruosidades cometidas pelo Eixo e pelos Aliados, sobretudo por Hitler e seu governo movidos pelo racismo pseudocientífico, conhecido como o mito da “raça ariana”, bem como outros fatores de natureza econômica, qual seja a obtenção de matérias-primas no Leste Europeu – a União Soviética seria o principal alvo da política expansionista dos nazistas - mas, de outro, a eclosão da 2ª Guerra impulsionou o avanço da grande indústria no Brasil e demais nações da América Latina, afinal, uma vez impossibilitados seus principais mercados consumidores, a América Latina pôde realizar sua acumulação capitalista direcionada mais aos mercados internos do que os externos.

A partir das circunstâncias engendradas pelo *crash* de 1929 no mercado mundial, cabe fazermos uma breve análise a respeito da preponderância dos fatores endógenos e exógenos na industrialização brasileira e latino-americana como um todo. A interpretação segundo a qual os acontecimentos internacionais tiveram mais relevância no desenrolar da industrialização tardia nacional fora difundida pela CEPAL e seus intelectuais, entretanto, Wilson Cano encabeça a fileira de economistas opostos a tal maneira de interpretar a adoção do *sistema de substituição de importações* pela política econômica do governo de Vargas. Para Cano³⁸ devemos dar maior destaque aos fatores endógenos das nações subdesenvolvidas – preferimos nos referir a elas como semicoloniais e coloniais – sem deixar de reconhecer o papel exercido pelos exógenos.

Sua posição quanto à industrialização dos países latino-americanos é esta:

A análise da industrialização latino-americana feita pela Cepal e vários de seus técnicos entendeu-a como decorrente de um processo (o de *substituição de importações*), estimulado por longos e profundos desequilíbrios externos, notadamente causados pela ‘crise de 1929’ e pela Segunda Guerra Mundial, quando os diferentes países da região – embora de maneira diversa e cronologicamente defasada – reagiram a essas crises e aproveitaram os estímulos delas decorrentes (crise e desvalorização cambial), para internalizar a produção de alguns bens antes importados. Essa interpretação teórica é hoje reconhecida como *insuficiente* para dar conta do fenômeno, haja vista que, segundo ela, o processo decorre, fundamentalmente, por fatores externos – as crises – não levando em conta a dinâmica endógena da acumulação. Ainda assim, há que se entender que a visão cepalina detém-se na análise de um *processo* que não pode ser interrompido, a menos que o estrangulamento externo se torne absoluto, paralisando a industrialização, a qual, entretanto, quando o desequilíbrio diminuir, deverá continuar sob pena de que a industrialização seja abortada. *Assim, a industrialização não resulta da ocorrência de ‘alguns choques externos’, mas sim da sequência de vários desequilíbrios externos ou de um de longa duração, este gerado a partir de um ponto de grave ruptura, que, no caso da América Latina, foi a ‘crise de 1929’.*” (CANO, 2002, p.78, grifos do autor e nossos respectivamente)

Desta forma Cano escancara outro deslize cometido pela CEPAL, além daquele apresentando no capítulo anterior, destacando a insuficiência da tese de que a industrialização

³⁸ CANO, Wilson. *Ensaio sobre a formação econômica regional do Brasil*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2002.

pautada pelas substituições de importações deve mais à crise econômica global nascida no entre guerras do que qualquer outra coisa. Victor Bulmer-Thomas³⁹, ao contrário da interpretação de Cano, ressalta a preponderância da economia exportadora praticada pelas nações latino-americanas durante os anos 1930 anterior ao avançar da substituição dos bens importados do Velho Mundo.

Porém, ambos os autores convergem quando defendem que a industrialização segundo o modelo de produção de mercadorias para o mercado interno não seria adotada por todas as nações semicoloniais do Novo Mundo, apenas por Brasil, México, Argentina e Chile, a partir dos anos 1940 e 1950, iriam recusar a economia agroexportadora de produtos primários, como açúcar e café, ao passo que as repúblicas da América Central não acharam de mau grado preservar o caráter exógeno de sua economia, isto é, as contas nacionais ficariam dependentes das exportações.

O que desperta nossa atenção, em relação ao trabalho de Cano especificamente, é a caracterização do processo industrial dos países latino-americanos anteriores a 1950, esta que tem a ver diretamente com a situação do polo industrial tanto de São Gonçalo quanto o do estado do Rio de Janeiro em princípios do século passado, a saber, a assim chamada *industrialização restringida*⁴⁰, cujo qualidade de “restrição” é justificada pela falta de conclusão na montagem de suas bases técnicas, cuja dependência em relação às divisas, ao mercado e ao excedente do setor primário exportador se mantém, interpretação esta que, novamente, está de acordo com o posicionamento de Thomas, para o qual as exportações foram fundamentais, mesmo após a ocorrência da crise dos anos 1930, afinal, a recuperação das economias agroexportadoras do Novo Mundo dependia das exportações de produtos e bens primários absorvidos pelos mercados europeus.⁴¹

Ante a tal apontamento, podemos, seguramente, classificar a primeira fase de industrialização de São Gonçalo – do ERJ, do ESP e do Brasil como um todo, como uma fase restringida, na qual dominava, entre os projetos industriais, o setor de bens de consumo e uma fraquíssima gama de bens de produção. Porém, entre 1880 e 1929, não poderíamos sequer chamar de industrialização a instalação de indústrias e estabelecimentos fabris, seja no Brasil

³⁹ Cf. BETHELL, Leslie (org.). *História da América Latina, volume VI: A América Latina após 1930: Economia e Sociedade*. SP: Editora da Universidade de São Paulo/ Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2009.

⁴⁰ CANO, Wilson. *Ensaio sobre a formação econômica regional do Brasil*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2002. p.77.

⁴¹ THOMAS-BULMER, Victor. *História da América Latina, volume VI: A América Latina após 1930: Economia e Sociedade*. SP: Editora da Universidade de São Paulo/ Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2009. p.19.

ou nos demais países do Novo Mundo – e lembremos da existência de algumas poucas fábricas em São Gonçalo na época supracitada - por duas razões, a saber, a predominância quase total da produção de bens de consumo e o fato de tais investimentos industriais serem controlados pelo setor exportador que lhes determinava o tamanho dos mercados de bens e de trabalho, das divisas para a compra dos meios de produção e do excedente responsável pela acumulação (era o setor agroexportador quem ditava as regras do investimento industrial latino-americano).

A implantação industrial pré-1930 variou de acordo com as nações em virtude do gênero exportado, da sua acumulação, suas estruturas econômicas e sociais e de outras condições necessárias para a industrialização tais como mercado de trabalho, taxa de salários, divisas para comprar novos bens de capital, produção das principais matérias-primas, da urbanização e de um certo grau de protecionismo tarifário.⁴²

Deste modo, contra a interpretação cepalina mais interessada nos fatores exógenos, Cano apresenta cinco condições necessárias, em matéria política e econômica, para que a industrialização e seu desenvolvimento, pelo menos nas nações semicoloniais, possam ser sustentados, a saber, a) a existência prévia de uma implantação industrial com capacidade produtiva o suficiente para satisfazer a demanda interna e a fração decorrente da recuperação e expansão da renda e do emprego, b) a restrição de divisas suficiente para pagar as importações mais importantes de insumos e equipamentos industriais não fabricados no Brasil, c) “vontade política” explícita representada por um Estado nacional atuante e ao mesmo tempo indutor do setor privado, Estado esse comprometido com a adoção de meios e uma política econômica reativos à crise e a favor da industrialização, bem como um Estado que tem por obrigação fazer a produção industrial nacional avançar quanto à internalização de meios de produção, d) a queda das restrições internas quando as crises se agravarem, importante para fortalecer o apoio político à industrialização, e, por fim, e) a depender da profundidade e da duração da crise no mercado mundial, a industrialização será beneficiada, pois a soberania nacional será melhor exercida, com mais liberdade, afinal, os países imperialistas estarão ocupados demais com suas próprias problemáticas econômicas.⁴³

Então, no contexto pós-crise, os países semicoloniais e coloniais do Novo Mundo estavam em vias de instalar plantas industriais em seus territórios como parte de sua política econômica, porém, os países menores, como aqueles presentes na América Central, o fariam a

⁴² CANO, *Ensaio sobre a formação econômica regional do Brasil*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2002. p.78.

⁴³ *Ibid.*, p.79.

favor de sua estrutura agroindustrial. Já os maiores – Brasil, Argentina, México – iriam possuir fábricas e estabelecimentos industriais ligados ao setor de bens de consumo, sobretudo de não duráveis – são os setores têxteis, vestimentas, mobiliário, químicos – e alguns de bens intermediários – metalurgia, material de construção.

Seguindo a teoria do desenvolvimento desigual e combinado, nos deparamos com sua faceta interna, o crescimento industrial protagonizado pelos estados de São Paulo e do Rio de Janeiro contra os demais estados brasileiros, e a externa, a necessidade de importar bens estrangeiros para sustentar o processo de avanço industrial através das exportações de produtos agrícolas. O ERJ, o Distrito Federal à época, era uma exceção em meio ao cenário de pouca integração nacional, uma vez que contava com mercados próximos integrados com a cidade do Rio de Janeiro, o núcleo da industrialização fluminense. O município de São Gonçalo era, ao lado de Niterói, a capital do Estado, um destes mercados capazes de absorver a oferta carioca, cujo caso mais notório era encontrado na produção cítrica, em que a cidade do Rio aparecia como uma grande consumidora das laranjas plantadas em São Gonçalo, ao passo que São Gonçalo consumia muito da produção alimentícia e têxtil carioca durante as primeiras décadas de industrialização, assim como absorveu muita força de trabalho oriunda do ERJ.

Para André Gunder-Frank, fundador da Teoria da Dependência, estaríamos diante da situação em que um estado-satélite, aquele que exporta boa parte de sua produção às metrópoles europeias, tem internamente localidades cuja situação emula, por assim dizer, a dinâmica de dominação internacional, isto é, existem locais satélites explorados por outros mais desenvolvidos. A cidade do Rio Janeiro teria São Gonçalo e Niterói, por exemplo, na qualidade de seus satélites, uma vez que sua produção seria absorvida pela primeira, cujo desenvolvimento ocorreria às custas dos dois municípios.⁴⁴

Igualmente, São Paulo farias as vezes de “metrópole” dentro do Brasil, afinal de contas, muitos estados do Nordeste ou do interior nacional, nos quais a indústria era inexistente ou insipiente, iriam se tornar “satélites dependentes nacionais” da indústria paulista avançada, mas, São Paulo, internacionalmente, estaria subordinada ao controle da burguesia imperialista, minando suas possibilidades de desenvolvimento. Nesse sentido, dentro do desigual processo de industrialização brasileiro, não seria surpresa alguma que coube ao estado de São Paulo o grande papel de protagonismo em virtude das grandes somas de capitais acumuladas pela produção de café – e os paulistas tinham a liderança da produção cafeeira nacional nos anos

⁴⁴ Cf. FRANK, Andre Gunder. O desenvolvimento do subdesenvolvimento. [*Monthly Review*, v. 18, nº. 04, setembro 1966].

1920 – as quais iriam ser direcionadas aos investimentos industriais, levando-o à concentração industrial brasileira por muitas décadas, além de, obviamente, ultrapassar o Rio de Janeiro tanto em capitais aplicados e pessoal ocupado nas indústrias⁴⁵.

Por isso mesmo, Cano argumenta que houvera o amadurecimento das condições econômicas nacionais ao fim da década de 1920 para, mormente, pressionar a sociedade brasileira na superação da crise cafeeira, e, em segundo lugar, aprofundar o processo de desenvolvimento industrial nacional, com o conhecimento por parte das frações da classe dominante – fazendeiros, comerciantes, banqueiros – de que tal instabilidade deveria ser superada, da mesma forma que, conforme ressaltado, não fora a crise do mercado mundial o mais importante na ruptura e modificação no padrão de acumulação capitalista nacional – agroexportador para industrial com substituição de importações – apenas atuou como reforço de um processo já em construção no cenário nacional⁴⁶. Deste modo, o Brasil pôde fazer parte de um restrito grupo de estados nacionais semicoloniais cujo embate contra a situação de crise nos anos 1930 se deu pela via industrial, necessária para que entrássemos, de uma vez por todas, na modernidade capitalista.

Ainda dentro desta mesma problemática, deve ficar claro que a industrialização brasileira, seguindo a *lei geral da acumulação capitalista* desenvolvida por Marx no primeiro volume de *O Capital*⁴⁷, esteve ligada à condição subalterna dentro da divisão internacional do trabalho, isto é, apesar da modernização capitalista em solo latino-americano, especialmente o Brasil, a grande indústria teve por afã sustentar e exportar sua riqueza produzida para a indústria dos países avançados, beneficiando tanto a burguesia quanto a classe trabalhadora europeia e estadunidense.

⁴⁵O economista Celso Furtado (1920-2004), mesmo não marxista, parece se aproximar de Trotsky na última parte da obra *Formação econômica do Brasil*, cuja primeira edição data de 1959. Em tal seção Furtado teria tecido uma breve análise comparativa, sob uma perspectiva de um, por assim dizer, *desenvolvimento desigual e combinado* a nível regional, entre o estado de São Paulo e a região Nordeste quanto à industrialização de ambos, porém, ao que pudemos perceber, não há quaisquer considerações a respeito do elemento de combinação entre a desigualdade paulista e nordestina, apenas o desenvolvimento industrial desigual, ou seja, a complementaridade entre modernidade e atrasado está excluída na análise de Furtado. Para mais detalhes, cf. FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. 34ª ed. São Paulo: Cia das Letras, 2007.

⁴⁶ CANO, Wilson. *Ensaio sobre a formação econômica regional do Brasil*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2002. p.92-107.

⁴⁷ Marx tratou do caso inglês, tido por ele como o capitalismo mais desenvolvido, porém, a universalidade do Capital faz com que os mesmos processos e movimentos nos países metropolitanos também se manifestem de maneira específica, e quiçá ainda de modos mais dramáticos, nos países menos desenvolvidos e civilizados. *A lei geral da acumulação capitalista* aqui referida é, neste sentido, um destes fenômenos que citamos acima, porém, sua particularidade está no enriquecimento e desenvolvimento das potências estrangeiras e não das nações periféricas.

Deste modo, devemos explicar, brevemente, a maneira pela qual ocorre a expansão do capital industrial em países subdesenvolvidos para que possamos vislumbrar e compreender o funcionamento do sistema fabril, inclusive a da indústria localizada em São Gonçalo⁴⁸, nosso objeto. Para tal tarefa, Caio Prado Junior⁴⁹ e Trotsky, além das contribuições de Boris Koval, serão fundamentais quanto à explicação do processo de industrialização capitalista, sobretudo em lugares atrasados. Tentaremos, em seguida, abordar com mais detalhes as etapas do capital industrial e as consequências da acumulação capitalista a partir da industrialização, seguindo os passos de Marx no 23º capítulo do primeiro volume de *O Capital – A lei geral da acumulação capitalista* – mas afastando-nos de uma transferência mecânica da exposição de Marx para a realidade brasileira, sem nos esquecermos também que todas as determinações expostas no *Capital* são universais, válidas para os territórios em que o capital penetra e se torna dominante nas relações sociais e econômicas.

A história da grande indústria no Brasil e em São Gonçalo, como mencionamos no capítulo primeiro, não nasceu e desenvolveu com suas próprias particularidades em meados do século passado, mas, sim, havia antes daquela o predomínio da pequena indústria manufatureira, a qual faz uso de uma quantidade circunscrita de maquinário e ferramentas mais modernos, capaz de alcançar até duas máquinas, situação esta que predominou por quase a totalidade do Oitocentos. Apesar da privatização da terra a partir de 1850, o que beneficiaria na separação dos produtores diretos com seus meios de produção, pressuposto necessário para que o capital avance e se torne dominante em qualquer lugar do planeta, num país extremamente rural, não havia qualquer proletariado brasileiro no século XX, afinal de contas, a escravidão africana prevalecia nas relações de trabalho bem como a indústria moderna, analisada minuciosamente por Marx, nem sequer estava estabelecida na formação social brasileira tal como explicamos mais acima.

A situação nacional assemelhava-se à realidade russa, ambas muitíssimo atrasadas e subdesenvolvidas no Oitocentos, conforme Trotsky nos mostra em algumas de suas obras, porém, entre o dominante campesinato russo predominavam as relações de dependência e submissão típicas da servidão, logo, pré-capitalistas, concomitante à penetração da indústria moderna em algumas cidades russas, como Petrogrado, cujos capitais eram de origem estrangeira, ao passo que era a escravidão africana a dominar no mundo laboral brasileiro na

⁴⁸ Mas também a do estado do Rio de Janeiro, sobretudo a da Região Metropolitana, apesar desta ter sido criada apenas em 1974.

⁴⁹ Os respectivos textos são *História Econômica do Brasil, Balanços e Perspectivas*, *História da Revolução Russa* e *História do proletariado brasileiro (1857-1967)*.

época supracitada⁵⁰. Contudo, as forças produtivas russas, ainda no século XIX, tornaram-se bastante avançadas e pujantes, para as quais foi de grande valia a participação estatal czarista, enquanto o mesmo não procedeu no Brasil.

Por que a situação se passou de tal modo para as forças produtivas nacionais? Ora, além do colonialismo, do qual a Rússia nunca fora vítima, existiram alguns estorvos específicos com os quais a grande indústria teve de lidar, impedindo tanto a sua expansão quanto a formação de um proletariado, quais sejam⁵¹ a pobreza nacional quanto a fontes de energia necessárias – carvão, por exemplo – a ausência de siderúrgicas, mesmo que houvesse ferro disponível, o qual de acesso difícil para ser consumido, bem como o mercado consumidor nacional era, naquelas circunstâncias históricas, irrisório, com uma população e renda pouco adiantados quanto à capacidade de consumo das mercadorias e bens produzidos dentro da sociedade capitalista, somando-se a tal dificuldade a ausência de uma integração nacional consolidada, isto é, as diferentes regiões brasileiras careciam de transportes capazes de unir umas às outras – as ferrovias eram a principal forma de transporte no Oitocentos, mas não as únicas – permitindo-nos, deste modo, a afirmação de que o Brasil não era uma nação unificada no século XIX, em termos de transporte e comunicação.

Porém, como veremos adiante, tais óbices e restrições espaciais são, sem dúvidas, indiferentes ao capital. Diga-se de passagem, não há entre nós muitas coisas capazes de resistir ao poder do capital, mas não poderemos nos deter com mais detalhes a respeito de sua potência em nosso texto.

A faculdade do Brasil em permitir a penetração da grande indústria moderna⁵², a fim de modernizar suas forças produtivas, esteve associada, mormente, aos fomentos e impulsos direcionados à produção industrial nacional, em consequência da assimetria nas contas externas brasileiras geradas pela importação de bens estrangeiros, especialmente os de origem inglesa, da mesma forma, o “protecionismo” firmado pelas altas tarifas alfandegárias de 1844⁵³, das

⁵⁰ Não é nosso interesse fazer uma história comparada entre Brasil e Rússia, porém, como ambos os países gozam de elementos em comum, como o atraso crônico pela falta de domínio e controle das técnicas e meios tecnológicos mais sofisticados, esta, eventualmente, aparecerá em nosso texto conforme acharmos necessário ou oportuno.

⁵¹ Cf. PRADO JÚNIOR, Caio. *História econômica do Brasil*. 24ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1980. p.257-258.

⁵² *Ibid.* p.258-259.

⁵³ Caio Prado Jr defende que a proteção ao ramo industrial não era a principal preocupação de tais tarifas. Era, contudo, o sistema financeiro brasileiro, de tal modo que os gêneros produzidos industrialmente foram bastante encarecidos em razão das taxas de 1844, desdobramento um tanto quanto estranho, se considerarmos que sua finalidade se voltava à taxação das manufaturas inglesas, as quais eram verdadeiras avassaladoras no mercado brasileiro no século XIX.

quais o industrialismo fora muito beneficiado, além do algodão, indispensável para o ramo têxtil, no qual as forças produtivas tornar-se-ão fortemente especializadas, demonstrando o caráter retardatário das industrializações nos países atrasados⁵⁴ e, finalmente, da disponibilidade de uma força de trabalho a baixo preço, cujos “representantes”, por assim dizer, eram os homens livres e arrancados de seus meios de produção e reprodução de vida, embora, mais uma vez, deva ser destacada predominância do uso de escravos africanos na produção nacional.

Conseqüentemente, o capital industrial pôde avançar em terras brasileiras, ainda dominadas pela grande propriedade rural agroexportadora de café e por uma população, como não poderia deixar de ser, assentada no campo no encerramento do Oitocentos.⁵⁵

Nas palavras de Caio Prado Júnior:

Depois de seus modestos princípios, a indústria brasileira terá seu primeiro surto apreciável no último decênio do Império (1880-89), coincidindo com esta fase já assinalada de geral recrudescimento das atividades do país. *O número de estabelecimentos industriais, de pouco mais de 200 em 1881, ascende no último ano da monarquia para mais de 600. O capital invertido sobe então a 400.000 contos (cerca de 25 milhões de libras), sendo 60% na indústria têxtil, 15% na de alimentação, 10% na de produtos químicos e análogos, 4% na indústria de madeira, 3 1/2% na de vestuário e objetos de tocador, 3% na metalurgia.* (1980, p.259, grifos nossos)

Em 1907 realiza-se o primeiro censo geral e completo das indústrias brasileiras. Serão encontrados 3.258 estabelecimentos industriais com 665.663\$000 de capital, e empregando 150.841 operários. Quanto à distribuição geográfica da indústria, 33% da produção cabia ao Distrito Federal (capital da República, a que se podem acrescentar os 7% do Estado do Rio de Janeiro, vizinho e formando geograficamente na mesma unidade); 16% a São Paulo e 15% ao Rio Grande do Sul. Nenhum outro Estado alcançará 5%. Com exclusão do Rio de Janeiro, que continuava, como sempre fora no passado, a encabeçar a produção industrial, a transformação desde o tempo do Império fora considerável. Seria particularmente notável o caso de São Paulo que se tornaria logo o maior produtor do país, com a grande parcela de 40% do total. (1980, p.260, grifos nossos)

Da mesma maneira que a 2ª Grande Guerra beneficiou a industrialização brasileira, a 1ª também o fez, porém, sem o mesmo impacto proporcionado pelo contexto dos anos 1930,

⁵⁴ Cf. LACOSTE, Yves. *Geografia do subdesenvolvimento*. 5ª ed. São Paulo: Difel, 1975.

⁵⁵ No Censo de 1872, o primeiro da história nacional, foram contabilizados 10 milhões de habitantes, entre os quais estavam os escravos africanos, enquanto no de 1890, a população cresceu e chegou a um total de 14 milhões. No de 1872, as populações de capitais, ou seja, as que moravam nas cidades representaram 10%, neste sentido, as cidades não carregavam a mesma importância da zona rural. Rio de Janeiro e Salvador, em 1872, eram as capitais mais populosas com, respectivamente, 274.972 e 129.109 almas dentro da categoria “população presente”. Porém, bastar olharmos a maior profissão, em termos quantitativos, recenseada em 1872, a de lavradores, cujo total era de três milhões de profissionais, a maioria do sexo masculino, para vermos o caráter rural do Brasil no XIX. Os operários têxteis, particularmente, representavam 1,44% ou 139.342 mil, majoritariamente homens, números poucos expressivos, de tal modo eram ultrapassados pelos serviços domésticos, com 1 milhão de trabalhadores, a maioria composta por mulheres, que representaram 10,77%.

agravado, como se sabe, pela quebra da bolsa em outubro de 1929. Os números, para um país em posição desfavorável na divisão internacional do trabalho no capitalismo imperialista, eram razoavelmente impressionantes em 1920, após a realização de um mais censo industrial: treze mil fábricas dentro das quais estavam duzentos e setenta mil operários, em que quase seis mil estabelecimentos instalados entre 1915 e 1919⁵⁶.

As principais características da industrialização nacional eram, por assim dizer, *fábricas distantes entre si*, voltadas a mercados *regionais e locais*, *especialização em ramos ligados à alimentação e tecidos*⁵⁷, e, acima de tudo, *o nível técnico-produtivo muitíssimo fraco* se comparado com outras nações, como Inglaterra ou Estados Unidos, somando-se a este débil parque industrial brasileiro a presença de empresas estrangeiras cada vez mais intensa entre a Grande Guerra de 1914, porém, antes de tal conflitos algumas subsidiárias já haviam se instalado; na indústria automobilística São Paulo “acolheu” a *Ford* e a *General Motors* com a finalidade de montar, e não produzir, seus veículos, ao passo que o setor de carnes congeladas estava em atividade no Brasil, a maioria de origem estadunidense, cujos casos foram a *Wilson*, *Armour*, *Swift*. O capital germânico, particularmente a sua fração bancária, não era absolutamente estranho à realidade brasileira em virtude da instalação de algumas instituições no Rio de Janeiro, no caso eram três bancos, a saber, *Brazilien Bank für Deutschland*, o Banco Alemão Transatlântico e o Banco Germânico cujos ativos, à época, chegavam a 169,6 mil contos de réis, conforme informa Koval.⁵⁸

Ainda a respeito desta estreita relação entre imperialismo e a indústria brasileira, Koval nos diz o seguinte:

No geral depois da abolição da escravidão (até o início da Primeira Guerra Mundial) o Brasil deu um passo considerável à frente no caminho do desenvolvimento capitalista. Cresceu em ritmo sobretudo alto a indústria nacional. *O rápido crescimento quantitativo não levou a mudanças qualitativas na estrutura da indústria, pois isto era impedido pelo imperialismo estrangeiro, que não estava interessado na realização da industrialização autêntica na América do Sul e pela oligarquia latifundiária*, que temia o fortalecimento das posições da jovem burguesia (KOVAL, 1980, p.81, grifos nossos).

Claro deve ficar que tanto o imperialismo europeu quanto a atuação de cumplicidade das classes dominantes brasileiras, ligadas ou ao latifúndio ou ao capital, devem ser apontados como responsáveis pela debilidade do desenvolvimento da indústria brasileira, especificidade

⁵⁶ Cf. PRADO JÚNIOR, Caio. *História econômica do Brasil*. 24ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1980. p.261.

⁵⁷ Isto é, uma indústria caracterizada como leve.

⁵⁸ Cf. KOVAL, Boris. *História do proletariado brasileiro (1857-1967)*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1982. p.81.

ignorada nos escritos de André Gunder Frank quando tentou explicar o modo pelo qual os países do terceiro mundo se constituíram como “subdesenvolvidos” na divisão internacional do trabalho⁵⁹. Contudo, mencionamos previamente a relevância do grande conflito mundial de 1914 à industrialização nacional, sem ressaltar que as potências beligerantes se tornaram incapazes de conduzir seu imperialismo da mesma forma que o faziam antes de 1914, incapacidade esta fundamental para não apenas haver um salto quantitativo, mas também um qualitativo, o qual pode ser cotejado entre as estatísticas e dados disponíveis.

O sociólogo marxista Florestan Fernandes (1920-1995), algumas décadas depois de Caio Prado Júnior⁶⁰, resalta tanto as circunstâncias externas- as duas guerras mundiais e a crise de 1929 - e internas – o papel do Estado brasileiro na industrialização - que foram significativas para que o Brasil e o demais países latino-americanos pudessem adotar uma política econômica voltada à produção industrial, incapaz, contraditoriamente, de superar as relações de produção marcadas pelo predomínio da economia agroexportadora. Nas palavras de Fernandes:

Por outro lado, durante os períodos em que as influências capitalistas externas decresceram, os países da região encontraram oportunidades para a expansão interna, de acordo com aquele modelo (isso aconteceu em conexão com a 1ª Guerra Mundial, a Grande Depressão, ou a 2ª Guerra Mundial). **O melhor estratagema sempre consistiu na absorção de meios para a produção de produtos importados e na seleção estratégica de importação de bens e serviços. Finalmente, em alguns países, o Estado foi capaz de construir e desenvolver indústrias básicas, através de empresas públicas ou semipúblicas**, como uma base para a diferenciação da produção industrial, a aceleração autônoma do crescimento econômico e a integração nacional da economia. (FERNANDES, 1972, p.22, grifos nossos)

Posteriormente Fernandes, além de ressaltar corretamente a hegemonia dos Estados Unidos dentro do capitalismo mundial, leia-se aquele mesmo imperialismo estudado por Lênin, na América Latina após a Segunda Guerra, uma vez que houve um aprofundamento maior entre os estadunidenses e os países latino-americanos, destaca duas “ásperas realidades” enfrentadas por tais nações – estruturas econômicas, sociais, culturais e políticas internas capazes de absorver as mudanças capitalistas as quais inibem tanto a integração nacional e o autônomo

⁵⁹ Para mais detalhes deve-se conferir os verbetes “Teoria da dependência” e “Desenvolvimento e subdesenvolvimento” na obra *Dicionário do pensamento marxista*, organizado por Tom Bottomore, no qual é mostrada a divergência entre os marxistas e os teóricos da dependência além de Gunder Frank, como Arghiri Emmanuel, Paul Baran e o já mencionado Ruy Mauro Marini. Além disto, também está visível o caráter antidemocrático das classes dominantes nos países de capitalismo atrasado, as quais são, sem dúvidas, aliadas da burguesia internacional imperialista, confirmando as teses de Trotsky a respeito de sua incapacidade de conduzir uma “revolução democrático-burguesa” para desenvolver as forças produtivas sob a condução do capital do mesmo modo das burguesias estadunidense, inglesa e, sobretudo, a francesa. Marx, ainda no século XIX, fizera uma, por assim dizer, “denúncia” do caráter antirrevolucionário da burguesia atrasada da Alemanha em meio à Revolução de 1848-1849 ou a Primavera dos Povos.

⁶⁰ *História Econômica do Brasil* fora publicada pela primeira vez em 1945, três anos depois da magnum opus de Prado Junior, *A formação do Brasil contemporâneo*, ter sido lançado.

desenvolvimento e a dominação externa estimuladora da modernização e o crescimento mas contrária à revolução nacional e à uma autonomia real ⁶¹- que estão unidas e são, para ele, benéficas para os Estados Unidos e para a burguesia latino-americana.

Porém, o que mais chama nossa atenção, dentro do processo de industrialização discutido por nós, é que Fernandes reivindica Trotsky e Marx e *a teoria do desenvolvimento desigual e combinado*. A isso se deve sua participação no Partido Socialista Revolucionário entre as décadas de 1940 e 1950, seção brasileira da Quarta Internacional fundada pelo revolucionário russo em 1938, cujo líder era Hermínio Sacchetta (1909-1982), jornalista e militante trotskista, concomitante ao início da carreira acadêmica de Fernandes na Universidade de São Paulo em 1945.

Diga-se de passagem, o *desenvolvimento desigual e combinado*, segundo Osvaldo Coggiola⁶², era um dos conceitos – apesar de ser uma teoria – mais preferidos e usados por Florestan Fernandes, presente implícita e explicitamente em muitos de seus escritos. Logo, Fernandes reconhecia o caráter desigual e combinado da realidade brasileira, em que modos de produção pré-capitalistas, resquícios do passado, conviviam com o capitalismo, atual modo de produção vigente, de tal modo que tal contraste, de maneira similar à experiência de Gramsci quando esteve em Turim⁶³, era perceptível simplesmente quando percorríamos o Brasil.

Entretanto, Fernandes, ao lado de Caio Prado Junior, Koval e Cano, estavam conscientes da ligação entre a industrialização e o desenvolvimento econômico comandado, obviamente, pelo capital e seus agentes nas sociedades semicoloniais e qual sua ligação com a *lei geral da acumulação capitalista*, cujas consequências são, à classe trabalhadora, desastrosas. Apresentaremos nossa posição quanto a este problema – desenvolvimentismo nos países periféricos – na Conclusão de nossa dissertação. Dito isto, é preciso avançarmos.

2.2- Capital industrial, exploração e mais-valia

Encerrado o primeiro tópico, veremos mais de perto o que acontece nas relações de produção industriais no Brasil no começo do século passado.

⁶¹ FERNANDES, Florestan. *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1972. p.26.

⁶² COGGIOLA, Osvaldo. “Florestan Fernandes e o socialismo”. In: FERNANDES, Florestan. *Em busca do socialismo: últimos escritos e outros textos*. São Paulo: Xamã, 1955. p.9

⁶³ Mais detalhes serão apresentados no Apêndice.

Para vermos com mais clareza o avanço fabril, basta citarmos, em relação ao ano de 1920, a presença de 790 empresas com mais de 50 HPs⁶⁴, cujo peso particular no valor total da produção era de 61,5%, ao passo que a indústria artesanal manufatureira com até 50 Hps estava estagnada com 30,1%, mesmo apresentando uma quantidade de 5.958 fábricas que representavam, para o ano supracitado, 44,7% do número de empresas⁶⁵. O que querem dizer tais informações? Ora, apesar da quantidade inferior, o sistema fabril era o principal entre as forças produtivas nacionais, acarretando no recuo dos setores manufatureiros e artesanais, cujo peso na produção total passaria, neste sentido, a ser reduzido se comparado às fábricas mecanizadas. A contradição de tal avanço reside no fato, já destacado, diga-se de passagem, de que a indústria leve é que predomina no Brasil, da mesma forma que a maioria do maquinário era importada da Inglaterra, ou dito de outra maneira, o sistema fabril se consolidou nas forças produtivas nacionais nos ramos mais atrasados e menos vitais para que uma nação pudesse encontrar seu lugar ao sol dentro do conjunto de nações desenvolvidas e modernas no capitalismo.⁶⁶

Devemos ressaltar, outrossim, uma qualidade muitíssimo importante, ainda que bastante negativa em diversos aspectos, especialmente humanos, a saber, a alta taxa de exploração à qual está submetida a classe trabalhadora brasileira durante o avanço da grande indústria no Brasil. Koval, com toda a razão, ressalta o poder o capital sobre os trabalhadores quando afirma:

As consequências sociais do surto industrial consistem não somente na mudança da estrutura social da sociedade e na elevação do papel da classe operária. Não foi menos importante a circunstância do extremo agravamento do antagonismo entre o trabalho e o capital. O reflexo mais claro disto foi o brusco reforço da exploração dos operários. (KOVAL, 1980, p. 133, grifos nossos)

O brasilianista soviético, ao analisar os dados contidos no censo de 1920, nos apresenta a relação entre *capital constante* e *capital variável*, onde o primeiro consiste, *grosso modo*, a todo capital voltado aos meios de produção (máquinas, ferramentas, utensílios, matéria-prima) enquanto o outro nada mais é do que o capital responsável pelos salários dos trabalhadores, em que, para o caso brasileiro, a indústria de transformação despendia quase 2 milhões de contos de réis em capital constante contra 349,4 mil contos de réis! Isto significa, para o leitor bronco quanto à relação entre capital e trabalho, um elevado gasto com todas as máquinas para o

⁶⁴ Do inglês *horse-power*, mas traduzido como cavalo-potência, é a unidade de medida cuja finalidade é medir a potência de motores.

⁶⁵ KOVAL, Boris. *História do proletariado brasileiro (1857-1967)*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1982. p.81

⁶⁶ Ibid. p.122-123.

funcionamento das fábricas para cuja operação estão os trabalhadores com remunerações irrisórias.

Poderá o leitor fazer a seguinte indagação: onde estão o parque industrial de São Gonçalo e a classe trabalhadora dentro de tudo que fora dito até agora? Ora, encontram-se precisamente nesse surto industrial na qualidade de *parte específica* da grande indústria concentrada no Rio de Janeiro, o Distrito Federal, o qual equivale à cidade do Rio de Janeiro. Mas mais ainda, a indústria em São Gonçalo, do segundo surto industrial nos anos 1910 até a industrialização promovida por Getúlio Vargas nas décadas de 1930 e 1940, encaixa-se naquela especialização em ramos típicos da indústria leve e de bens de consumo não durável, como o de alimentos e tecidos, bem como houve a instalação de fábricas e empresas estrangeiras, especialmente o de capital estadunidense, apesar da condução do Estado quanto aos rumos da industrialização.

Entretanto, cabe a nós adentrar agora no movimento do capital industrial, o mais importante na sociedade burguesa, seja ela dos países imperialistas ou das nações atrasadas, ao qual todos os demais capitais estão ligados – prestador de serviços, financeiro, bancário, mercantil – e o qual é a força propulsora para o desenvolvimento técnico e produtivo. O professor Francisco José Soares Teixeira, comentador do *Capital*, sobreleva o quão significativo é o capital industrial, quando diz o seguinte:

A categoria de capital industrial expressa o capital em geral, a exploração capitalista de todo e qualquer ramo da economia. Ela diz, portanto, respeito à forma capitalista de produção, independentemente da divisão do capital por ramos distintos da produção social. Nesse sentido, essa categoria não pode ser confundida com a categoria de capital comercial, financeiro ou a de capital industrial propriamente dito. Isso é claro na seguinte passagem de O Capital, quando Marx diz que 'nos estágios de circulação, o valor-capital assume duas formas: a de capital-dinheiro e a de capital-mercadoria; no estágio de produção, a forma de capital produtivo'. O capital que no decurso de todo o ciclo ora assume ora abandona essas formas, executando através de cada uma delas a função correspondente, é o capital industrial, industrial aqui no sentido de abranger todo ramo de produção explorado segundo o modo capitalista. De outra perspectiva poder-se-ia determinar o capital industrial como sendo a unidade entre essas três funções que ele assume no seu movimento cíclico. É o que Marx esclarece na seguinte passagem: 'Capital-dinheiro, capital-mercadoria, capital produtivo designam aqui, não espécies autônomas de capital, cujas funções estejam ligadas ao conteúdo de ramos de atividade igualmente autônomos e separados uns dos outros. Aqui designam apenas formas específicas de funcionamento do capital industrial, que as assume sucessivamente'. (TEIXEIRA, 1995, p.209, grifos nossos)

Examinar o avançar do capital industrial no primeiro quartel do século XX no Brasil é viável, o qual está relacionado com o enfraquecimento da pequena manufatura e dos estabelecimentos artesanais no interior das forças produtivas nacionais, logo não será cabível acusar-nos de fazermos uma simples transferência mecânica e vulgar da análise empreendida

por Marx em sua *magnum opus* para a materialidade brasileira na época já mencionada. Feito tal esclarecimento, sigamos com o estudo do capital industrial.

Aquele é constituído de três “papéis”, se interpretarmos o capital como um *ator*⁶⁷, a saber, o capital-dinheiro, o capital-mercadoria e o capital produtivo, formas assumidas do capital industrial em funcionamento, nunca autônomos e independentes uns dos outros, como uma leitura desleixada por levar a crer. O capital industrial, dentre suas funções, deve tanto conceber quanto se apropriar do mais-valor engendrado pelos operários, e, neste sentido, a luta de classes entre capitalistas e proletários já se torna implícita quando se trata da produção capitalista industrial.

O primeiro “papéis” apresentado é o de capital-dinheiro, cujo ciclo é descrito pela fórmula D-M...P....M’-D’ ou, de maneira resumida D-D’, que consiste em três momentos: o D-M é o primeiro momento do capital na esfera da circulação na qual o capital, esta a mais significativa nas abordagens econômicas ortodoxas e em estudos sociológicos de autores simpatizantes ao liberalismo ou até mesmo liberais assumidos⁶⁸; sob tal forma o capital-dinheiro é convertido em meios de produção e força de trabalho, havendo a passagem para ...P..., quando se dá o consumo do capital-dinheiro, para, em seguida, ocorrer o estágio M’-D’, em que há a realização das mercadorias produzidas anteriormente. O capital retorna à forma dinheiro e poderá ser adiantado e reiniciar o ciclo.⁶⁹

O momento em que os capitalistas individuais teriam de se dirigir ao mercado em busca de meios de produção e força de trabalho, tal como se procedeu na Inglaterra analisada por Marx no século XIX, teria de ser um tanto quanto distinto no Brasil em virtude de suas particularidades – *domínio colonial, imperialismo agressivo, presença do latifúndio*

⁶⁷ Tal analogia, que consideramos bastante didática e esclarecedora, foi elaborada por Eleutério Prado quando resenhou a obra *O enigma do capital e as crises do capitalismo*, do geógrafo britânico David Harvey (1937-), publicada no Brasil em 2011. São intrigantes os erros e equívocos cometidos por Harvey, os quais apontados por Prado, ao analisar o capital, como, por exemplo, afirmar que o capital é “dinheiro que sai em busca de mais dinheiro”. A resenha encontra-se no blog de Eleutério, cujo link é este aqui: <https://eleuterioprado.blog/wp-content/uploads/2023/03/o-marxismo-pc3a9-no-chc3a3o-de-david-harvey.pdf>. Acesso em: 06 ago. de 2024.

⁶⁸ Uma breve leitura dos escritos do sociólogo alemão Max Weber (1864-1920) a respeito da ciência burguesa chamada “economia” não nos deixa mentir. Friedrich Hayek (1899-1992), representante da Escola Austríaca, é outra figura de destaque quanto a estudos econômicos permeados de empirismo e destaque mais para a aparência do que ao conteúdo da sociedade capitalista- a exploração dos trabalhadores – realizando, assim, uma *fenomenologia econômica subjetivista*, pois apenas há “indivíduos livres e egoístas em busca de seus próprios interesses e objetivos”. O capital nunca se mostrou tão grato com intelectuais cuja missão de vida é escamotear a extração de mais-valor e, portanto, a exploração capitalista.

⁶⁹ Cf. MARX, Karl. *Salário, preço e lucro*. Neste breve artigo escrito na *Nova Gazeta Renana* Marx apresenta, apesar de qualidade inferior se comparado com *O Capital*, todo o processo de produção capitalista e os conceitos que dele derivam como o *capital adiantado*, fundamental para que ocorra a produção.

monocultor, uma classe dominante simpática vassala da política imperialista, uma desigualdade racial brutal entre brancos e negros – especialmente no que tange à aquisição de todo o maquinário necessário à produção industrial, a maioria do qual importado, afinal de contas, o Brasil não contava com um ramo de produção de meios de produção fabris pujante, e naquelas circunstâncias históricas, assim como atualmente, as possibilidades de desenvolver uma eram bastante limitadas.⁷⁰

Contudo, havia uma oferta de força de trabalho, dentro daquelas condições destacadas no capítulo anterior – separação dos meios de produção e reprodução da vida e estatuto jurídico de liberdade – muito abundante nas cidades brasileiras a qual irá compor o proletariado brasileiro em constituição; a compra da força de trabalho, em relação ao ciclo do capital industrial, assume a forma de D-F, quando o capital adiantado sob a forma capital-dinheiro se transforma em capital produtivo, momento em que a força de trabalho é adquirida pelo valor ligado a sua sobrevivência para produzir mais-valor e gerar mais capital. O essencial aqui é notarmos a necessidade das classes sociais para que haja a aquisição da força de trabalho, o que deve ser ressaltado, pois tudo que dissemos até aqui e diremos ulteriormente tem como pressuposto a exploração de uma classe por outra dentro da industrialização em curso, especialmente no parque industrial de São Gonçalo.

Enquanto pressuposto, não precisamos apresentar quaisquer provas físicas e documentação para validar o que afirmamos, porquanto a existência de distintas classes já se afigura como uma realidade a partir da qual iniciamos nosso estudo; teríamos de fazê-lo, isto é, apresentar provas empíricas, se estivéssemos ante uma hipótese, em momento algum pretendida em nossa prosa. A passagem a seguir nos auxilia a compreender melhor o que Marx percebeu quando estudava a esfera da produção capitalista:

Nesse sentido, a transformação do dinheiro em força de trabalho (D-F) acentua a característica eminentemente capitalista do mercado, porque pressupõe a existência das classes sociais. Realmente, a conversão D-F seria impossível na ausência da classe trabalhadora, enquanto classe despojada das condições materiais para realização de seu trabalho, isto é, enquanto não proprietária de meios de produção. Sem essa condição o dinheiro não pode se transformar em capital. É o que sugere Marx, quando diz que o dinheiro (D) ‘já aparecia em tempos remotos como comprador dos chamados serviços, sem que D se transformasse em capital-dinheiro ou sem que mudasse o caráter geral da economia’. (1995, p. 211, grifos nossos)

⁷⁰ Basta lembrarmos do fato de que as empresas estrangeiras donas do maquinário moderno dominavam o cenário industrial nacional, porém, em momento algum, tais companhias iriam ceder sua tecnologia e fomentar o desenvolvimento das forças produtivas brasileiras, especialmente a burguesia industrial e com ela, obviamente, a indústria. Ao contrário, quaisquer empreendimentos nacionais capazes de concorrer diretamente com os países metropolitanos eram aniquilados como, por exemplo, o caso de um industrialista inglês baseado no Nordeste, responsável por comprar uma fábrica apenas para jogar seu equipamento nas águas do São Francisco.

Ao tomarmos consciência do antagonismo de classes no seio da produção capitalista e da metamorfose do capital-dinheiro em capital produtivo, chega-se ao mais-valor, ao *tempo de trabalho não pago* ao qual fizemos menção algumas páginas atrás, embora sem defini-lo. Ao ser concebido, estamos ante o capital-mercadoria, o estágio M'-D', momento no qual o capital já está acrescido do mais-valor extraído dos trabalhadores e, neste sentido, todo e qualquer bem, mercadoria e produto são, acima de tudo, nascem na qualidade de capital, ou melhor, o capital e as mercadorias, portadoras de valores de uso e de valor, nunca estão desassociados um do outro. Uma nota esclarecedora deve ser evocada:

Se todas as mercadorias nascem de um capital, dizer quais delas funcionam ou não como tal é um problema sem sentido, porque 'sob a forma de mercadoria tem o capital de exercer a função de mercadoria. Os artigos que o constituem, produzidos em sua origem para o mercado, têm de ser vendidos, transformados em dinheiro, de realizar portanto o movimento M-D'. Mas, o que faz com que a simples transformação da mercadoria em dinheiro seja ao mesmo tempo função de capital? Simplesmente o fato de que o processo de produção já imprimiu na mercadoria o caráter de ser capital-mercadoria, uma vez que ela já sai desse processo acrescida de mais-valia, embora na circulação, no mercado, esse capital-mercadoria não traga escrito na testa esse acréscimo, apresentando-se somente como mercadoria, como algo a ser trocado por outro de igual valor. (TEIXEIRA, 1995, p. 214-215)

Ora, se todos os bens que se consomem carregam aquele mais-valor do qual os capitalistas se apropriam no processo de produção, mercadorias a serem adquiridas no “livre” mercado de compras e vendas, não é errôneo afirmar que o capital e o mercado não vivem em realidades distintas e separadas, mas, sim, o mercado é o espaço no interior do qual o mais-valor se realiza, afinal de contas, ele está “dentro” dos produtos comercializados na esfera da circulação. Michael Heinrich, outro comentador de *O Capital*, reforça a problema da desconsideração da relação entre o capital e o “livre” mercado ao dizer:

Daí advém a impressão de que a esfera do consumo está relacionada somente com as necessidades dos consumidores, ao passo que à esfera da produção importaria apenas as condições técnicas. Desse modo, a circulação é tida como o âmbito propriamente econômico. Mas esse reducionismo tem consequências importantes. Se a circulação se restringe à compra e venda, ou seja, aos processos nos quais – pelos menos em princípio – pessoas livres e iguais se defrontam, e considerando que as mercadorias trocadas têm o mesmo valor, ninguém seria enganado, roubado ou explorado. Com isso, o máximo que se poderia afirmar diante de pessoas materialmente desiguais – porque uma possui muito dinheiro e a outra, pouco ou nada – seria a existência de uma circunstância infeliz, nunca um argumento contra a “economia de mercado”. Por esse motivo, as disparidades de propriedade não têm relevância teórica significativa nas diversas teorias liberais: para o processo de compra e venda e, portanto, para a economia de mercado como um todo, elas parecem ser algo tão externo quanto o adoecimento de um dos participantes da troca. O ‘mercado’ aparece, assim, como uma instância neutra para a distribuição de bens e a satisfação das necessidades, ou seja, uma instituição eficiente (e completamente desburocratizada) para a transmissão de informações sobre o que é necessário, onde e em qual quantidade. (HEINRICH, 2024, p.92-93, grifos nossos)

Concluído tal equívoco presente em demasia nas formas de pensar cotidianas, devemos seguir rumo à lei de acumulação capitalista a qual, obviamente, pressupõe a existência do capital industrial de que tínhamos tratado até aqui. Tal lei, presente na sétima e última seção do primeiro volume de *O Capital- O processo de acumulação do capital-* diz respeito às consequências e desdobramentos da acumulação capitalista aos proletários, especialmente os britânicos no século XIX, os quais passam, apesar das melhorias e ganhos inegavelmente conquistados, a se tornar cada vez mais dominados pelo capital.

Como dissemos previamente, estamos comprometidos a não realizar uma transferência mecânica, que se apresenta cega às especificidades da realidade brasileira no começo do século passado, da crítica à economia política burguesa de Marx, levando-nos a tentar compreender a acumulação capitalista dentro de um contexto de industrialização tardia e periférica, na qual o parque industrial de São Gonçalo está inserido. *Grosso modo*, a acumulação das nações atrasadas acaba por ser mais um processo complementar a dos países já industrializados e imperialistas, isto é, a modernização de suas forças produtivas capitalistas volta-se mais ao mercado externo do que interno, o que, à primeira vista, aproximaria nosso texto dos teóricos da dependência, como Marini e Gunder Frank.

Contudo, a TMD comete o grave erro, já destacado, de pouco explicar o papel da realidade interna⁷¹ dentro da divisão internacional do trabalho e da dominação imperialista, cujo desdobramento era mais responsabilizar as ações da burguesia metropolitana sem muito destacar o papel das classes dominantes periféricas. Porém, o conceito de *superexploração*⁷² do trabalho poderá, ao desconsiderar algumas das limitações da Teoria Da Dependência citadas, ser incorporada em nossa análise, este um dos mais fundamentais e notórios desenvolvidos por Marini ao lado de outros como *subimperialismo* e *dependência*. Antes de nos aprofundarmos na relação entre capitalismo periférico e exploração, cabe uma breve nota em relação à Teoria da Dependência de cunho marxista:

Por sua vez, a TMD é um conjunto de formulações teóricas no âmbito da economia política marxista. Elaborada inicialmente por teóricos como Ruy Mauro Marini, Vânia Bambirra e Theotônio dos Santos, e grande tributária da teoria leninista do imperialismo, sua preocupação central é concernente à polarização centro-periferia

⁷¹ Lênin já havia demonstrado como está errada quando estudara o capitalismo russo e a produção dos populistas russos chamados de *narodniks*, isto é, o consumo dos trabalhadores nos países da periferia do capitalismo é pouco relevante para explicar o seu atraso.

⁷² Contrário ao que se vê na consciência cotidiana, *exploração* não significa trabalhar em condições severas, degradantes ou desumanas, mas, sim, consiste no fato de que os indivíduos devem, nos diversos empregos encontrados na sociedade capitalista, trabalhar para si mesmos e para outros, a saber, os proprietários dos meios de produção. Claro deve estar que quando trabalham para os proprietários, realiza-se um trabalho pelo qual nada recebem, a que damos o nome de *mais-trabalho*.

reproduzida no seio do capitalismo. *De tal modo, entender as desigualdades, hierarquias e assimetrias de força que saturam as relações entre a periferia e o centro da economia mundial foi e é o grande eixo temático dessa tradição.* Em coerência com essas preocupações, Marini definiu dependência como “*uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes*” (2011, p. 134). Isso quer dizer que a dependência é a forma com a qual a polarização global passa a ser estruturada no período histórico posterior ao colonialismo, quando o capitalismo verdadeiramente se consolida como modo de produção. (ALMEIDA, 2022, p.471, grifos nossos)

Apesar de outros equívocos da TMD presentes no excerto acima, como aquele segundo o qual nações “exploram” outras nações, revelando-se uma avaliação errônea uma vez que são empresas, companhias e instituições comandadas por seres humanos de uma classe oriundas de certa localidade específica, a serviço do capital, as responsáveis pelo processo de exploração a que serão submetidos outros indivíduos de outra classe estrangeira – assim a luta é *entre burguesia imperialista contra proletariado internacional*⁷³ com a anuência da burguesia periférica – podemos, neste sentido, pensar a industrialização de São Gonçalo em tal contexto internacional de divisão do trabalho ocupado nações desenvolvidas e periféricas através do conceito de *exploração*.

Contudo, para muitos intelectuais e figuras já, por assim dizer, seduzidas pela cosmovisão burguesa e liberal, a realidade de oposição entre capital e trabalho, mais-valor, mais-trabalho e afins deve ser, a todo custo, escamoteada, afinal de contas, a formação social capitalista é aquela mais comprometida em não revelar a expropriação dos excedentes produzidos pelo proletariado⁷⁴, engendrando aqueles mesmos equívocos já apresentados por Marx quando desloca sua análise da esfera da circulação para a produção, a saber, “liberdade, igualdade, propriedade e Bentham” (MARX, 2023, p.50). Luiz Palmier, cuja produção foi visitada no primeiro capítulo na qualidade de *documentação histórica* a respeito da grande indústria de São Gonçalo, era, certamente, um entre vários entusiastas da industrialização a partir da cosmovisão liberal a que fizemos menção, de tal modo que, ainda na década de 1940, considerava São Gonçalo a *Manchester Fluminense*⁷⁵.

⁷³ Contra o nacionalismo exortado pelo estalinismo dominante na tradição marxista por boa parte do século passado, defendemos em nossas páginas o papel fulcral do internacionalismo enquanto única arma capaz de derrotar o capitalismo, pois o capital não se consolidou “em um só país”, ao contrário, universalizou-se para a maioria dos continentes do planeta e adquirindo, obviamente, especificidades por onde se instalou.

⁷⁴ Tratamos das diferenças qualitativas quanto às relações de trabalho nas sociedades pré-capitalistas e capitalistas no primeiro capítulo.

⁷⁵ Segundo o autor: “O parque industrial de São Gonçalo, considerado o mais importante do Estado do Rio e dos mais notáveis de todo o Brasil, coloca o Município em posição de grande destaque entre as demais regiões industriais do país. *Bem merecida é a denominação de ‘Manchester Fluminense’ dada à cidade*”. (PALMIER, 1940, p.121, grifos nossos).

É pouquíssimo provável que Palmier tenha problematizado o capital industrial, sobretudo num país colonial como o Brasil, e suas consequências para os trabalhadores e trabalhadoras, tampouco deverá avaliar os pressupostos para haver o predomínio do capital em qualquer nação. Ele afirma que, em algumas das principais indústrias em São Gonçalo, foram investidos mais de 300.000:000\$000 (lê-se trezentos mil contos de réis) que poderiam, caso convertidos, ser R\$ 300.000.000.

O médico, ademais, já mostra consciente quanto à relevância das indústrias para São Gonçalo ao afirmar que “estão localizadas no perímetro da cidade e representam a maior riqueza da cidade”⁷⁶, porém, demonstra nada compreender a respeito da produção e distribuição das riquezas no seio das formações sociais e econômicas capitalistas, uma vez que aquelas nunca ficam com os trabalhadores, mas, sim, são sugadas pelos donos do capital, da mesma forma, e isto é extremamente indispensável de dizer, o *dinheiro não é a riqueza*, é, na verdade, *uma expressão da riqueza*.⁷⁷

O dinheiro, enquanto forma independente do valor e equivalente geral, apenas nos possibilita acesso às riquezas concebidas na esfera da produção e, posteriormente, encontradas na circulação. Todavia, são os trabalhadores e seu trabalho a verdadeira riqueza da sociedade capitalista, e não o dinheiro tampouco as mercadorias⁷⁸, em que, assim como afirmamos no capítulo anterior, o capitalismo não é voltado para o consumo e sim para a troca, aspecto este que nos leva a outro conceito fundamental, do qual falaremos com mais detalhes posteriormente, a saber, o de *trabalho abstrato*.

A respeito dos trabalhadores baseados em São Gonçalo, Palmier nos fornece dados bastante interessantes, mesmo sem se dar conta da luta de classes existente no município, ao contrário, subjaz uma certa conotação corporativista quando aborda tanto os proletários quanto a pequena burguesia de São Gonçalo. Mormente, Palmier destaca a existência de sete sindicatos operários no município, se bem que pouco desenvolvidos se comparados ao avanço da grande indústria, cujas causas e meios para o movimento sindical gonçalense ser débil Palmier não nos

⁷⁶ PALMIER, Luiz. *São Gonçalo: cinquentenário*. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1940. p.101.

⁷⁷ Para o caso exclusivo do Brasil, a moeda, enquanto uma derivação do dinheiro, até 1942 era o Réis, passando a ser o Cruzeiro até 1964. Nesse sentido, as documentações com as quais trabalhamos terão, antes de 1942, a moeda Réis e até os anos 1960 o Cruzeiro.

⁷⁸ Se lermos cuidadosamente o primeiro parágrafo do primeiro volume de *O Capital*, Marx nos diz que “a riqueza das sociedades em que predomina o modo de produção capitalista *aparece* enquanto uma imensa coleção de mercadorias”, e a *aparência* é, justamente, a mistificação que Marx realiza em toda a obra.

revela; eram os sindicatos legalizados a Concentração Proletária Gonçalense, a Associação Proletária Gonçalense, o Sindicato dos Operários Estivadores de São Gonçalo, o Sindicato dos Operários da Cia N. Cimento Portland, o Sindicato dos Operários em Fábricas de Fósforos de São Gonçalo, o Sindicato dos Operários Metalúrgicos de São Gonçalo e, por fim, o Sindicato dos Operários de Construção Civil de São Gonçalo.⁷⁹ Não há qualquer menção ao total de operários sindicalizados por parte de Palmier, tampouco se tais trabalhadores teriam sido acesso a alguma corrente radical ou revolucionária, como o marxismo ou o anarco-sindicalismo.

Porém, aborda, brevemente, a Concentração Proletária Gonçalense⁸⁰, cuja direção é do operário Arlindo Pereira dos Santos, localizado no bairro de Neves. O autor afirma que tal Concentração chegou a contar com auxílios dos governos federal e municipal voltados à manutenção de escolas para os filhos e filhas dos operários. A Concentração, de acordo com o autor, também funciona enquanto um centro de recreação, bem como poderia ficar maior graças a novas organizações parecidas como ocorre em outros países empenhados na solução dos problemas proletários, assim fazendo menção às *Casas do povo* em Portugal e ao *Dopo Lavoro* na Itália.⁸¹

Quanto à produção industrial gonçalense, tema que mais nos interessa, Palmier nos legou poucos dados e informações a partir dos quais poderíamos calcular a taxa de exploração a que estavam submetidos os operários de São Gonçalo, pois não dispomos das quantidades de capital constante e capital variável, apenas em dois casos temos a possibilidade de apontar a quantidade de capital constante, a saber, em relação à fábrica de cimento da empresa Portland, cujo capital aplicado a toda aparelhagem era de 150.000:000\$000, ao passo que a Aciaria Martins, uma unidade da usina metalúrgica na qual há a transformação do ferro gusa em aço, contava com um capital aplicado de 50.000:000\$000, bem como havia 1.000 operários empregados em tal unidade.

Igualmente, Palmier afirma que para calcularmos o valor da produção em termos qualitativos e quantitativos, seria suficiente a arrecadação de impostos federais - setenta mil contos de réis em todo o Estado e trinta e um mil contos de réis em São Gonçalo – entretanto, isto em nada nos auxilia para vermos de perto o grau de exploração e a taxa de mais-valor no parque indústria gonçalense.

⁷⁹ PALMIER, Luiz. *São Gonçalo Cinquentenário*. Rio de Janeiro, Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1940. p.142.

⁸⁰ Com a exceção à obra de Palmier, não fomos capazes de encontrar mais referências a respeito da história, dos membros, da organização e da atuação da Concentração Proletária Gonçalense.

⁸¹ PALMIER, op. cit., p.142.

Deste modo foi preciso recorrer aos Censos Industriais de 1940 e 1950, para que pudéssemos calcular o quão os trabalhadores operários gonçalenses eram explorados durante os primeiros anos em que ocorria o desenvolvimento industrial local naquele contexto pós-crise de 1929 e avanço da industrialização nacional. Traremos, igualmente, os dados referentes ao estado do Rio de Janeiro em virtude de, em primeiro lugar, podermos ter um panorama maior e melhor a respeito da exploração fluminense, em segundo lugar, por São Gonçalo estar integrada à porção metropolitana fluminense e, por último, pelo fato de a industrialização do ERJ ter sido, ao lado de São Paulo, a mais significativa para a modernização capitalista nacional.

Somente com as informações extraídas de tais Censos, podemos apresentar o seguinte quadro econômico da indústria do município, porém, é necessário explicar a maneira pela qual obtivemos as somas de mais-valor e as taxas de exploração dos operários em São Gonçalo, no ERJ, no Distrito Federal e no ESP para as décadas de 1930 e 1940. A resposta é fornecida por Marx por meio de uma equação a partir da qual é possível calcular, mormente, o mais-valor a partir da quantidade total da produção industrial e da soma dos capitais constantes e variáveis, para em seguida realizarmos a divisão entre a quantidade mais-valor encontrada e o capital variável adiantado pelos capitalistas. As equações aparecem da seguinte maneira: *Mais-valor = valor total + (capital constante + capital variável)* e *Exploração = mais-valor/capital variável*.

Dito isto, poderemos tecer alguns comentários a respeito das informações extraídas dos cálculos.

Tabela 1- Mais-valor e exploração na indústria de São Gonçalo no censo de 1940

MAIS-VALOR	TAXA DE EXPLORAÇÃO
Cr\$36.302	283,7%

Fonte: O autor, 2025.

Tabela 2- Mais-valor e exploração na indústria fluminense e do DF no censo de 1940

MAIS-VALOR	TAXA DE EXPLORAÇÃO
Cr\$736.456	156,40%

Fonte: O autor, 2025.

Tabela 3- Mais-valor e exploração na indústria paulista no censo de 1940

MAIS-VALOR	TAXA DE EXPLORAÇÃO
Cr\$785.456	117,91%

Fonte: O autor, 2025.

Tabela 4- Mais-valor e exploração na indústria gonçalense no censo de 1950.

MAIS-VALOR	TAXA DE EXPLORAÇÃO
Cr\$119.963	206,45%

Fonte: O autor, 2025.

Tabela 5- Mais-valor e exploração na indústria fluminense e no DF no censo de 1950

MAIS-VALOR	TAXA DE EXPLORAÇÃO
Cr\$9.746.911	316,53%

Fonte: O autor, 2025.

Tabela 6- Mais-valor e exploração na indústria paulista no censo de 1940

MAIS-VALOR	TAXA DE EXPLORAÇÃO
Cr\$26.316.199	438,77%

Fonte: O autor, 2025.

Em primeiro lugar, é notável o aumento de todos os índices de exploração dos anos 1930 para a década seguinte, exceto São Gonçalo, especialmente na indústria paulista na qual houve um incremento de trezentos e vinte e um p.p. em dez anos ou 272,12%, junto da fluminense, cujo crescimento fora de cento e sessenta p.p. ou 102,40% numa década. São Gonçalo escapou de tal incremento, apresentando uma queda de setenta e sete p.p. ou 37,41% no intervalo entre os anos 1930 e 1940, anos de maior avanço da industrialização nacional.

Em segundo lugar, precisamos apresentar ao leitor dados ligados tanto à carga horária e aos salários das décadas de 1930 e 1940 no afã de enxergarmos melhor a exploração a que estavam submetidos os operários das localidades supracitadas, isto é, para sabermos quantas horas trabalhavam para si e quantas trabalhavam para seus patrões. Desde 1932 as jornadas de

trabalho no Brasil ocupam 8 horas diárias e 44 semanais, um dos maiores objetivos perseguidos pelos trabalhadores industriais a partir do avanço do capital industrial tanto nos países de industrialização clássica quanto nos de industrialização tardia, por meio do Decreto 21.364 baixado por Getúlio Vargas⁸², posteriormente incorporado à Consolidação das Leis do Trabalho em 1943.

Quanto aos vencimentos, não havia salário mínimo no Brasil até 04 de julho de 1940, quando, através do Decreto 2.162/40, Vargas estabeleceu o valor de 240 mil réis como quantidade base a ser paga aos trabalhadores, a qual, diga-se de passagem, variava entre as regiões brasileiras, em que unificação somente viria 44 anos depois, isto é, em maio de 1984. Logo, para a década de 1930, trabalharemos apenas com a carga horária fixada em lei para tentar entender a exploração contra os operários, sem apresentar o quanto ficava com eles e com os capitalistas. Para os anos de 1950, poderemos nos valer tanto dos salários quanto da duração das jornadas de trabalho, resultando numa análise mais pormenorizada da exploração capitalista em meados do século passado.

Dito isto, a taxa de exploração parte de um índice de 100% para ambas as partes – trabalhadores e patrões – o que vale dizer isto: 8 horas de jornada de trabalho representam os 100% contra as 4 horas que equivalem a 50% trabalhadores pelo operário para si mesmo e as outra metade na qual trabalha para pagar seu empregador. Vimos que São Gonçalo apresentou uma taxa de 283,7% nos anos 1930 e, com isso, teremos o seguinte cenário: das 8 horas de trabalho, os trabalhadores das indústrias São Gonçalo passaram, num cálculo estimativo, 3 horas realizando o que chamaremos de *trabalho necessário* e 5 horas no trabalho excedente. Nesse sentido, podemos supor que o tempo de trabalho não pago aos trabalhadores em São Gonçalo chegou ao total de 5 horas, tempo este que fora todo para valorizar o capital do empregador e gerar seu lucro, enquanto as três horas restantes foram unicamente para manter sua sobrevivência a ser garantida pelos salários. E podemos, igualmente, considerar o mais-valor dos capitalistas em São Gonçalo, de Cr\$36.302, que será destinado ao enriquecimento de tal classe.

⁸² Eric Hobsbawm, no prefácio presente na edição portuguesa de *A condição da classe trabalhadora na Inglaterra*, escrita pelo jovem Engels em 1845, nos alerta a respeito da interpretação liberal segundo a qual a legislação trabalhista não passara de uma dádiva por parte do governo, escamoteando as árduas lutas dos trabalhadores a favor de salários maiores e condições mais humanas de trabalho, porém, alertamos que essas mesmas lutas também são bem vistas pelo capital, afinal de contas, trabalhadores são e descansados produzem mais e melhor, valorizando ainda mais o capital.

Em suma, *podemos ver que cinco horas deixaram de ser pagas aos operários em São Gonçalo*, a situação de maior elevada taxa de exploração dentre o ERJ, o DF e o ESP para os anos 1930.

Entretanto, altera-se a situação na década seguinte: São Paulo e o ERJ mais o DF apresentam as maiores taxas de exploração. Começemos por São Paulo, líder da produção industrial brasileira: com 438,77%, podemos afirmar seguramente que os operários em São Paulo passaram em torno de 6 a 7 horas para enriquecer os capitalistas industriais e apenas 2 ou 1 horas para realizar seu trabalho necessário. Segundo o Departamento Intersindical de Estudos Socioeconômicos⁸³, o salário mínimo no estado de São Paulo nos anos 1940, convertido para o Real em 2011 com correção pela inflação, seria de R\$1.202,29, o qual já fora pago pelo trabalhador naquelas poucas horas de trabalho necessário. Estamos, então, diante da vitória do trabalho excedente não pago na indústria paulista da década de 1940.

Para o Rio de Janeiro e o Distrito Federal somados obtivemos um índice alto, porém, menor do que aquele apresentado por São Paulo, chegando a 316,53%. Isto quer dizer que, entre as 8 horas de trabalho, eram necessárias 2 a 3 horas para os operários pagarem seus salários, enquanto o tempo de trabalho não pago chegaria a 5 ou 6 horas. A situação de exploração se torna ainda mais evidente ao mencionarmos o mais-valor apropriado pelo capital industrial, Cr\$9.746.911, quase a metade do mais-valor apropriado em São Paulo, de Cr\$26.316.199.

Apesar da dificuldade imposta pela variação monetária na história econômica nacional, aqui chegamos ao conceito de *superexploração* de maneira mais visível e em proximidade com a realidade brasileira. Os operários fluminenses e paulistas, por exemplo, entre os anos 1930 e 1940, assistiram ao aumento da taxa de exploração a que estavam submetidos, o que já mostra como os burgueses brasileiros e estrangeiros acumularam cada vez mais capitais às custas da classe trabalhadora.

Para os casos estudados, ainda brevemente, baseamo-nos nos dados fornecidos pelos cálculos significativos elaborados por Koval, para o qual o proletariado nacional apenas trabalha para si por 1 hora e 15 minutos, assim que a carga de 8 horas fora estabelecida, ao passo que o tempo restante estava retida entre os capitalistas; nas jornadas de 10 horas, os operários tinham para si mesmos 3 horas e meia, situação de exploração indiscutível e que se agravou com a nova legislação trabalhista de 1943. Koval avança ainda mais quando nos apresenta até mesmo os minutos que são retidos pelos trabalhadores e aqueles tomados pelos

⁸³ VEJA evolução do salário mínimo desde sua criação, há 70 anos. **G1**, [S. l.], 16 fev. 2011. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2011/02/veja-evolucao-do-salario-minimo-desde-sua-criacao-ha-70-anos.html>. Acesso em: 19 jan. 2025.

empregadores no Brasil em quatro décadas, isto é, entre 1919 e 1959, em que neste último o operário, dentro do tempo de trabalho necessário, tinha apenas 7 minutos enquanto o capitalista individual retinha 53 minutos! Dessa forma, não é errônea sua afirmação de que a diminuição das jornadas de trabalho possibilitou a extração de uma fatia maior de mais-valor por parte da burguesia.⁸⁴

Tal alteração dentro da quantidade de horas de trabalho já fora ressaltada por Marx quando tratou dos conceitos de *mais-valor absoluto* e *mais-valor relativo*, em que o primeiro, *grosso modo*, apresenta a extração de mais-valor por meio de jornadas prolongadas, já a relativa deriva do contrário, ou seja, quando o mais-valor é apropriado após terem sido diminuídas as jornadas de trabalho⁸⁵. Neste sentido, não seria um equívoco em absoluto se afirmássemos que já predominava no sistema fabril nacional, a grande indústria, o *mais-valor relativo*, da mesma forma que passaria a prevalecer entre os operários da Europa durante a vigência do Estado de Bem-estar Social entre os anos 1940 e 1970, bem como Henry Ford (1863-1947), empresário e fundador da *Ford Company* em princípios do século passado, enriquecera bastante através da extração de mais-relativo, porém, seu *modus operandi* acabara, por assim dizer, escamoteado em virtude da melhoria das condições de vida de seus funcionários e operários, sobretudo no aumento dos salários capaz de lhes proporcionar a aquisição dos veículos da Ford.⁸⁶

A respeito de São Gonçalo particularmente, mesmo sem termos acesso aos dados para cada ramo industrial – extrativista, indústria de transformação, construção civil – é inegavelmente assustadora a taxa de exploração a que estava submetida a classe trabalhadora gonçalense entre as décadas de 1930 e 1940, durante as quais o parque industrial municipal se encontrava em vias de se tornar a *Manchester Fluminense*, de tal modo que, para 1940, o grau de mais-valor não ultrapassou a total do Estado do Rio de Janeiro e do Distrito Federal, mas se manteve elevado, confirmando as teses de Marx respeito do pauperismo absoluto do qual os trabalhadores no sistema fabril são vítimas, ao passo que aqueles nos países semicoloniais e coloniais, como é o caso dos países latino-americanos, sofrem uma espoliação mais brutal do que o proletariado nas nações imperialistas.

⁸⁴ KOVAL, Boris. *História do proletariado brasileiro (1857-1967)*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1982. p.434.

⁸⁵ MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política, volume 1: o processo de produção*. 3ª ed. São Paulo: Boitempo, 2023. p.390.

⁸⁶ Boa parte desse processo é explicado por Heinrich no capítulo “O processo de produção capitalista” contido na obra *Introdução a O capital de Karl Marx*.

Figura 11- A exploração no trabalho fabril



Fonte: Extraída do sítio “A tormenta social”.⁸⁷

No que concerne a esta taxa de mais-valor extraída dos operários de São Gonçalo cabe dizer que se apresenta como a forma de exploração particular da formação social e econômica capitalista, cujo conteúdo, por sua vez, se mostra o mesmo nas formas pré-capitalistas, isto é, o controle do excedente por parte de uma classe social não produtora, excedente este o mais-valor produzido pelo mais-trabalho ou tempo de trabalho não necessário dos trabalhadores fabris⁸⁸. Porém, a partir do que já dissemos e apresentamos no capítulo progresso, a exploração no interior do capitalismo está incrível e extremamente escamoteada à maioria dos indivíduos e seres sociais, tornando-a, nesse sentido, bastante difícil de perceber e denunciá-la, da mesma forma que, no entendimento de muitos trabalhadores empregados nas indústrias, é o capital responsável por toda a produção e não o trabalho, ou dito de forma mais precisa, a compra e o consumo da força de trabalho realizadas pelos capitalistas donos dos meios de produção.

Tanto a ocultação do mais-valor quanto os “créditos” concedidos ao capital pela fabricação das mercadorias derivam, indiscutivelmente, da *maneira particular* de dominação

⁸⁷ Disponível em: <https://tormentasocial.blogspot.com/>. Acesso em: 20 ago. 2024.

⁸⁸ MACHADO, Gustavo. *Marx e a história: das particularidades nacionais à universalidade da revolução socialista*. São Paulo: Sundermann, 2018, p. 265.

pela qual o capital é responsável, baseada na universalização da produção generalizada de mercadorias e bens cujo fim é lucrar para acumular capital infinitamente.

Dito tudo isto, ou seja, apresentado o particularismo capitalista, de explorar sem quase nunca parecer que o faz, voltado à realidade brasileira do capitalismo hiper-tardio da *via colonial*⁸⁹, podemos, finalmente, caminhar em direção à problemática da desindustrialização e da reestruturação produtiva na segunda metade do século passado em São Gonçalo, nossa maior preocupação nesse trabalho.

⁸⁹ Tal designação fora feita pelo filósofo marxista José Chasin (1937-1998) dentro da obra *O integralismo de Plínio Salgado*, fruto de sua tese de doutoramento. O excerto no qual caracterizou o capitalismo brasileiro de hiper-tardio ligado ao colonialismo transformou-se em um breve artigo denominado *A da via colonial de entificação do capitalismo*, o qual está presente, com outros textos de sua lavra, na coletânea *A miséria brasileira, 1964-1994: do golpe militar à crise social* publicada no ano de 2000, dois anos após sua morte.

3- A DESINDUSTRIALIZAÇÃO NO CAPITALISMO

A temática com a qual lideramos pelo resto do capítulo se figura, sem exageros, como uma das mais complexas e, por que não, controversas para a economia política e, o nosso campo, os estudos históricos, além do fato de ser um fenômeno inconcluso, responsável por afetar a realidade nos dias hodiernos. Não é nosso afã, de um lado, sermos neutros, limitando-nos apenas à exposição da problemática da desindustrialização em São Gonçalo como se estivéssemos alheios e acima da realidade em que estamos inseridos, o que seria extremamente petulante de nossa parte; ficará clara ao leitor a tomada de, por assim dizer, uma posição em nosso texto, de que nos identificamos com certa perspectiva analítica e teórica quanto à desindustrialização.

Do outro lado, em relação ao caráter pendente do tema abordado, é necessário afirmar que estamos longes de encerrar a discussão ou defender que nossa resposta é a correta por excelência, após a qual todas as investigações posteriores estarão vedadas e impossibilitadas; apenas acreditamos que nossa resposta tentará chegar mais perto de se aproximar da realidade, no caso, de entender a *desindustrialização tal como ela é*.

3.1- Desindustrialização e pós-industrialização: mistificando a realidade

Posteriormente a tais considerações, precisamos nos deter em apresentar a ocorrência da desindustrialização no espaço e no tempo, da mesma forma, conceitua-la e observar seu movimento no Brasil e, em particular, no município de São Gonçalo a partir dos anos 1960 e 1970. É na Inglaterra da década de 1970 o berço da desindustrialização, durante os últimos momentos do modelo keynesiano, em vigor desde a década de 1940, a ser substituído pelo neoliberalismo adoto pela primeira-ministra ultraconservadora Margaret Thatcher (1925-2013), cujo mandato se prolongou por uma década, isto é, de 1979 até 1990, quando renunciou ao cargo.

Pode-se, desse modo, entender a desindustrialização de enquanto *a retração da produção fabril e/ou do emprego no setor fabril da economia*, cujo caso mais notório, como mencionamos acima, fora o inglês, porém, há dois significados relativos a tal fenômeno bastante significativos⁹⁰, a saber, o péssimo resultado apresentado por algumas economias devido a

⁹⁰ Tal abordagem de cunho introdutório se baseia no conteúdo do verbete “Desindustrialização” assinado por John A. Hall e presente na obra *Dicionário do pensamento social do século XX*, organizada por Tom Bottomore e William Outhwaite e publicada originalmente em 1994 na Inglaterra e vertida para o português em 1996 pela editora Zahar.

causas estruturais, observável entre 1979 e 1987 na Inglaterra, em que pesem alguns fatores para explicar o desempenho abaixo do esperado em certos países, especialmente na Europa Central, tais como a criação de vantagem comparativa através do Estado ou a atenção concedida ao problema de tipos variados ligados à rigidez social interna, porém, o mais curioso é a amplitude da desindustrialização na Inglaterra e nos Estados Unidos, ambas nações de cultura anglo-saxônica para a qual as finanças são muito mais relevantes do que políticas que fomentem a indústria.

O outro significado, dos dois mencionados, está vinculado ao entendimento segundo o qual a desindustrialização figura na qualidade de um produto “natural” da transformação de uma formação social industrial para uma de tipo *pós-industrial*, em que se alargam os capitais ligados à prestação de serviços e ao comércio, os quais, geralmente, compõem o chamado setor terciário da economia, e passam, outrossim, a dominar o Produto Interno Bruto das economias nacionais, ao passo que o capital industrial ou fabril se encontra em declínio, ou dito de outra forma, há mais trabalhadores empregados em escritórios, lojas de departamento, bancos enquanto despencam os operários e obreiros ligados à grande indústria⁹¹.

Chegamos, assim, a um problema já adiantado no princípio de nosso capítulo, o da existência do *pós-industrialismo* como categoria para explicar as transformações econômicas, sociais e, sobretudo, tecnológicas no fim do século XX, em relação à qual já havíamos apresentado nossa oposição e a ela daremos maiores atenções.

Porém, cabe esclarecer aos leitores que não precisamos apresentar a situação do parque industrial de São Gonçalo nos anos 1970 anteriormente a fim de, seguidamente, tratar da pós-industrialização, afinal, trata-se de uma interpretação bastante débil para tentar compreender e explicar modificações no interior do modo de produção capitalista, transformando-se, como dissemos, mais numa apologia estreita do capitalismo do que qualquer outra coisa. O argumento central dos que advogam pela *pós-industrialização*, *grosso modo*, reside na supracitada queda do setor manufatureiro e industrial, agora ultrapassado pelo de comércios e serviços, com uma alta demanda relativa, junto à ênfase no conhecimento e nos saberes acumulados pela humanidade, os quais se tornam, por assim dizer, os responsáveis por gerar a riqueza, ao passo que a classe dominante seria formada não mais pelos distintos capitalistas, mas, sim, por

⁹¹ O sociólogo estadunidense Daniel Bell (1919-2011) investigou essa suposta *pós-industrialização* na obra *The coming of the post-industrial society: a venture in social forecasting* [*O advento da sociedade pós-industrial: uma tentativa de previsão social*] publicada em 1976 e preocupada mais com a realidade estadunidense do que a europeia, a asiática ou a latino-americana.

técnicos e sábios detentores daquele mesmo conhecimento necessário ao atualmente dominante setor de serviços.

O economista sul-coreano Ha-Joon Chang (1963-) nos apresenta o argumento-chave a partir do qual podemos questionar a assim chamada sociedade pós-industrial:

Podemos estar vivendo em uma sociedade pós-industrial no sentido que quase todos nós trabalhamos em lojas e escritórios e não em fábricas. Mas não ingressamos em um estágio de desenvolvimento pós-industrial no sentido que a indústria deixou de ser importante. **A maior parte (embora não a totalidade) do encolhimento da parcela da manufatura na produção total não se deve à queda na quantidade absoluta de bens manufaturados produzidos e sim à queda nos seus preços com relação aos dos serviços, o que é causado pelo seu crescimento mais rápido na produtividade** (produção por unidade de insumo). Hoje, embora a desindustrialização se deva principalmente a esse crescimento diferencial de produtividade através dos setores, e, portanto, talvez não seja uma coisa negativa em si mesma, ele tem consequências negativas para o crescimento da produtividade na economia como um todo e para o balanço de pagamentos, o que não pode ser desconsiderado. **Quanto à ideia de que os países em desenvolvimento podem em grande medida passar por cima da industrialização e entrar diretamente na fase pós-industrial, trata-se de uma fantasia. O escopo limitado deles para o crescimento da produtividade torna os serviços um mecanismo de crescimento ineficaz. A baixa negociabilidade dos serviços significa que uma economia mais baseada em serviços terá uma menor capacidade de exportar. Uma receita menor com a exportação significa uma capacidade mais fraca de comprar tecnologias avançadas do exterior, o que por sua vez conduz a um crescimento mais lento**". (CHANG, 2013, p.132, grifos nossos)

Eis outro excerto:

Entramos realmente na era pós-industrial? A indústria é irrelevante hoje? As respostas são: "apenas de algumas maneiras" e "não". É indiscutível que uma proporção muito menor de pessoas nos países ricos trabalha hoje em fábricas do que trabalhava antigamente. Houve uma época no final do século XIX e início do século XX na qual, em alguns países (particularmente na Grã-Bretanha e na Bélgica), cerca de 40% das pessoas empregadas trabalhavam na indústria manufatureira. Hoje, esse coeficiente é, no máximo, de 25%, e em alguns países (especialmente nos Estados Unidos, no Canadá e na Grã-Bretanha) ele mal chega a 15%". (CHANG, 2013, p.135)

Chang, segundo os fragmentos acima, mostra-se capaz de perceber a relevância conservada pelas manufaturas e indústrias, extremamente indispensáveis em relação ao desenvolvimento das forças produtivas no seio do modo capitalista de produção, apesar de seu decréscimo em termos quantitativos, das quais o capital prestador de serviços e o capital comercial dependem, e, diga-se de passagem, mostramos de maneira muitíssimo satisfatória o elo entre as mercadorias e o capital industrial no capítulo primeiro, em que é um equívoco bastante comum desassociar as esferas da produção e circulação. Para além disto, Chang igualmente destaca as diferenças qualitativas entre os operários e os trabalhadores de lojas de departamentos ou prestadores de serviços, estes últimos despendem muito menos força física do que os trabalhadores fabris assim como conhecem de perto sua clientela, ao passo que o proletariado industrial podem apresentar uma cooperação por meio das vias sindicais e

partidárias, algo quase desconhecido pelos empregados no terceiro setor, afinal de contas, seus ofícios apresentam um ambiente mais individualizado e, portanto, distanciado de outros empregados.

Quanto à uma suposta “nova classe social” composta por gênios, figuras sábias, eruditos e figuras dotadas de grande intelecto, afirmamos que ela simplesmente não existe e jamais poderia existir no interior da sociedade capitalista, uma vez que o *conhecimento não gera quaisquer riquezas por si só, tampouco as distribui ao resto da sociedade*. O conhecimento, especialmente o científico, apenas se torna capacitado a produzir riquezas a partir do momento em que o capital, na maioria das vezes o industrial, o conduz e o aplica no afã de fazer aumentar o seu valor, o que, neste sentido, vale dizer, primeiramente, que a chave por trás do desenvolvimento das sociedades capitalistas reside na predominância da industrialização e suas forças produtivas e técnicas, ao passo que os donos do capital industrial é quem se conservam *enquanto classe dominante*.

O pseudo novo grupo dominante na sociedade pós-industrial de quem falamos acima não é nada senão assalariados e trabalhadores extremamente bem remunerados e com uma ótima formação acadêmica e humanística, mas, frisamos, muito distantes de comporem uma classe social, da mesma forma, todos aqueles empregados em escritórios, lojas, bancos e afins partilham da mesma situação, ou seja, todos assalariados cuja força de trabalho precisa vendida para se manterem vivos, porém, acreditamos, tais trabalhadores se encontram numa situação mais drástica em relação aos operários em termos qualitativos, tal como abordamos anteriormente, em virtude de sua fragmentação e afastamento dos sindicatos e partidos comprometidos com os interesses dos trabalhadores.

Além da desmitificação de uma suposta sociedade pós-industrial, a qual, segundo queremos demonstrar, não passa de velamento da desindustrialização nos países capitalistas de via clássica, tardia e colonial, Chang nos indica uma série de causas para que ocorra a queda das atividades manufatureiras e industriais, quais sejam o aumento das importações de bens e produtos industrializados de nações em desenvolvimento com baixo custo de produção, cujo maior exemplo é a China, porém, ele descarta como a principal causa, uma vez que somente nos anos 1990 as exportações da China parecem ter impacto, bem como já estava em curso a desindustrialização há quase duas décadas; há o papel desempenhado pelas terceirizações de certas atividades realizadas anteriormente pelas empresas donas das fábricas – limpeza ou suporte técnico – porém, Chang acredita que não passam de uma ilusão de ótica, pois têm indicam transformações nas classificações estatísticas e não nas atividades industriais.

Todavia, chegamos a um determinante bastante interessante da desindustrialização, a saber, a queda dos preços de produtos manufaturados relativa não à degradação da produção industrial, mas, sim, ao exato oposto: ao aumento qualitativo das atividades industriais e manufatureiras. Há, desta maneira, uma celeridade muito maior do setor industrial em relação à produção do que o capital prestador de serviços, certamente ligada ao uso de processos químicos e, acima de tudo, a mecanização do trabalho, apesar do setor de serviços gozar do fato de que seus produtos não perderem a qualidade mesmo sem passar pelo aumento de produtivo visto na indústria.

Há, no entanto, uma armadilha oculta nesse raciocínio: a desindustrialização, então, decorre de algo positivo, o dinamismo industrial ou seu aumento de produção no interior das forças produtivas e produtoras do trabalho? Como Chang afirma, não necessariamente. Vejamos o que ele apresenta:

O fato de a desindustrialização ser causada principalmente pelo dinamismo comparativo do setor industrial vis-à-vis o setor de serviços nada nos diz a respeito do seu desempenho em comparação com os seus equivalentes em outros países. **Se o setor industrial de um país tiver um crescimento de produtividade mais lento do que os seus equivalentes em outros países, ele deixará de ser competitivo internacionalmente, o que conduz a problemas no balanço de pagamentos a curto prazo e na queda do padrão de vida a longo prazo.** Em outras palavras, a desindustrialização pode ser acompanhada tanto pelo sucesso quanto pelo fracasso econômico. **Os países não devem se deixar iludir por uma falsa sensação de segurança pelo fato de que a desindustrialização se deve a um dinamismo comparativo do setor industrial, porque até mesmo um setor industrial que seja muito pouco dinâmico segundo os padrões internacionais pode ser (e geralmente é) mais dinâmico do que o setor de serviços do mesmo país**". (CHANG, 2013, p.141-42, grifos nossos).

O que nosso economista buscar elucidar, a partir do excerto acima, é o perigo de se crer que a desindustrialização é incapaz de ser um fenômeno negativo ou responsável por piorar a qualidade vida da sociedade, sobretudo dos setores mais vulneráveis, como trabalhadores, subtrabalhadores, lumpemproletariados ou desempregados. Ao seguirmos o caso de possibilidade de lentidão do crescimento industrial de uma nação, como por exemplo, a indústria de transformação brasileira nos anos 1980, já podemos vislumbrar um cenário de ocaso para o capital industrial nacional e um distanciamento cada vez maior de um desenvolvimento dentro dos marcos do modo de produção capitalista. Porém, tal aspecto voltará a ser discutido quando tratarmos do parque industrial em particular posteriormente em nosso trabalho.

Por fim, persiste ainda mais uma artimanha engendrada pelo *pós-industrialismo*, a saber, a de que nações subdesenvolvidas, vulneráveis ao imperialismo e exploradas por empresas e corporações estrangeiras são capazes de se desenvolver e modernizar por meio do setor de

serviços, ou melhor, na especialização em tal setor. Isto é uma quimera! Já fora demonstrado a importância das atividades industriais e do trabalho mecanizado nas sociedades capitalistas, afinal de contas, as nações modernas capitalistas apenas o são pelo domínio de tais tecnologias, bastar olharmos para a história moderna da Inglaterra, a única nação do mundo que realizou a transição da manufatura à grande indústria entre os séculos XVIII e XIX, o que fez dos ingleses o primeiro país industrializado do mundo, mesmo com todas as consequências decorrentes de seu pioneirismo⁹². O capital prestador de serviços, bem assim, é servido e altamente dependente de um pujante parque industrial e, caso uma nação pensasse em investir mais em serviços e comércio sem desenvolver antes suas indústrias, tal escolha nem poderia se efetivar, pois é impossível criar um setor de serviços opulento sem um processo de industrialização. O pós-industrialismo se torna, nesse sentido, um verdadeiro inimigo de todos os países em busca de modernização e desenvolvimento, como ressaltamos, no interior do capitalismo, no caso, ser detentores de uma grande indústria com tecnologia avançada e competitiva no mercado externo.

Chang, portanto, é quem nos alerta para a nocividade da tese da *pós-industrialização*:

Resumindo, até mesmo os países ricos não se tornaram inequivocamente pós-industriais. **Embora a maioria das pessoas nesses países não trabalhe mais em fábricas, a importância do setor industrial nos sistemas de produção deles não caiu muito, uma vez que levemos em conta os efeitos dos preços relativos. Mas mesmo que a desindustrialização não seja necessariamente um sintoma de declínio industrial (embora frequentemente o seja), ela tem efeitos negativos no crescimento da produtividade a longo prazo e no balanço de pagamentos, ambos os quais precisam ser considerados. O mito de que vivemos hoje em uma era pós-industrial fez com que muitos governos desconsiderassem as consequências negativas da desindustrialização.** (CHANG, 2013, p.147, grifos nossos)

A baixa negociabilidade dos serviços significa que um país em desenvolvimento especializado em serviços enfrentará um problema maior de balanço de pagamentos, o que para um país em desenvolvimento significa uma redução na sua capacidade de modernizar a sua economia. **As fantasias pós-industriais já são bastante desfavoráveis para os países ricos, mas são seguramente perigosas para os países em desenvolvimento.** (CHANG, 2013, p.148, grifos nossos)

Em vista do que tratamos nesta breve seção, claro está que é um grande *nonsense* a pós-industrialização, do mesmo modo que o é a assim chamada *pós-modernidade*, afinal, ainda vivemos no seio de uma sociedade industrializada e urbanizada comanda pelos capitalistas, sobretudo os do setor industrial. Mesmo com a queda observada em várias nações, as indústrias ainda mantêm seu papel de protagonismo na modernização econômica. Soma-se ao que acabamos de apresentar um fenômeno tanto curioso como interessante, qual seja, a relevância cada vez menor da educação formal no interior da sociedade capitalista em virtude do avanço

⁹² Cf. DAVIDSON, Neil. *Desenvolvimento desigual e combinado: modernidade, modernismo e revolução permanente*. São Paulo. Editora Unifesp, 2020.

da informatização e da substituição dos trabalhadores por máquinas e equipamentos eletrônicos nas relações de trabalho. Nesse sentido, a procura pelo ensino superior, necessário à formação de trabalhadores assalariados qualificados, enfrenta uma grande queda, apesar de todo ganho filosófico e humanístico que proporciona, expressa nas baixas taxas de matrícula encontrada em alguma das mais industrializadas nações do planeta como os Estados Unidos e a Suíça.

3.2- Em busca da compreensão da desindustrialização e aqueles que a negam

Exatamente agora nos deparamos com a árdua tarefa de lidar com o que seria a desindustrialização dentro da sociedade capitalista, em particular à esfera da produção de mercadorias. Analisar a desindustrialização em curso nos países semicoloniais é muito mais moroso, haja vista o próprio caráter retardatário da sua industrialização, o seu completo oposto. Diga-se de passagem, a díade *industrialização-desindustrialização* deve ser levada em consideração em nosso trabalho, afinal de contas, a própria realidade, encarada de maneira dialética, mas uma dialética verdadeiramente crítica, afastada de misticismos e obscuridades, abriga em si processos cujos opostos estão a todo momento em movimento, em que uma direção carrega sempre contra si seu contrário.

Nesse sentido, industrialização tem por essência o predomínio do capital industrial, da maior relevância das fábricas e unidades fabris, as quais estão, na maior parte do tempo, instaladas nas cidades e localidades urbanas, algumas que se transformam em metrópoles e megalópoles, isto é, a urbanização é produto da industrialização ao lado qual está o dinheiro, o *valor independente*, o meio de troca universal no interior de uma formação social voltada à aquisição, à compra e venda de mercadorias e bens, e não ao consumo, agora a reboque da posse do dinheiro. Tudo isto compõe a modernização capitalista, o advento do verdadeiro capitalismo, o industrial e manufatureiro. Ora, se a industrialização se constitui do predomínio das atividades fabris, da urbanização, das trocas mediadas por meios monetários, a desindustrialização seria a sua completa negação, isto é, o abandono das cidades, o desaparecimento das fabricas, o enfraquecimento do capital industrial e etc. Nossa problemática, contudo, não se procede de maneira tão simples. Torna-se patente, neste sentido, apresentar ao leitor os múltiplos significados em torno do fenômeno da desindustrialização junto de suas determinações mais significativas.

Mormente, lidamos, quando fazemos menção à desindustrialização, com a indústria de transformação, a qual é, de um lado, a responsável pelo desenvolvimento e aprimoramento das

forças produtivas industriais, controladas e gerenciadas pelo capital industrial, e, do outro lado, está dividida em três grupos, a saber:⁹³

I- Bens de consumo não durável

- a) Produtos alimentícios;
- b) Bebidas;
- c) Fumo;
- d) Têxtil;
- e) Vestuário e artefatos de tecido;
- f) Mobiliário;
- g) Editorial e gráfica;
- h) Diversas;
- i) Farmacêuticos e veterinários
- j) Perfumaria, sabões e velas;
- k) Couros, peles e calçados;

II- Bens intermediários:

- a) Minerais não-metálicos;
- b) Metalurgia básica;
- c) Produtos de metal;
- d) Derivados de petróleo e álcool
- e) Outros produtos químicos
- f) Madeira
- g) Papel e celulose;
- h) Borracha;
- i) Matérias plásticas;
- j) Reciclagem;

III- Bens de consumo durável e bens de capital

- a) Máquinas e equipamentos;
- b) Máquinas para escritórios e informática;
- c) Equipamentos médicos, automação e cine-foto;
- d) Material elétrico e comunicações;

⁹³ Tal divisão foi extraída do artigo *A falácia da “inflexão econômica positiva”*: algumas características da desindustrialização fluminense e do “vazio produtivo” em sua periferia metropolitana, de Bruno Leonardo Barth Sobral.

- e) Material eletrônico;
- f) Veículos automotores;
- g) Construção naval;
- h) Outros equipamentos de transporte;

Claro ficará, doravante, o fato de que é a indústria de transformação a maior, por assim dizer, “vítima” do processo de desindustrialização com que lidamos. Devemos agora adentrar na discussão a respeito do seu significado e, mais especificamente, a sua particularidade no Brasil, país de capitalismo oriundo da *via colonial*, contudo, não negamos a ausência de produtividade e competitividade por parte dos setores extrativistas, de energia, o de construção civil e o agropecuário, apenas ressaltamos o protagonismo da indústria de transformação na sociedade industrial. Feito tal esclarecimento, podemos apresentar o debate em torno da desindustrialização, cujos autores e pesquisadores diferem bastante quanto às causas e até mesmo aos posicionamentos em relação a ela⁹⁴.

Para além da conceituação apresentada anteriormente, a de que a queda da indústria na economia figuraria uma situação de desindustrialização, uma abordagem um tanto quanto interessante a respeito de tal fenômeno fora realizada por Guilherme de Almeida, quando distingue dois tipos de desindustrialização, quais sejam a *absoluta*, na qual há a queda do valor agregado pelas indústrias, e a *relativa*, caracterizada pela redução da participação a longo prazo do valor adicionado industrial nas atividades econômicas. Não iremos, por ora, nos aprofundar nesta diferença, porém, ela será imperiosa quando formos ressaltar nosso posicionamento a respeito da desindustrialização no Brasil, o que será feito posteriormente em nosso trabalho. No interior da mesma problemática encontramos, de acordo com Paulo Kliass, para o qual predominam três abordagens quanto ao fenômeno, a saber, uma na qual há maior atenção no aumento relativo da participação dos setores de serviços com alto grau de complexidade e de setores com elevada tecnologia, abordagem essa ligada à tese da suposta *pós-industrialização* da qual já tratamos anteriormente; a segunda se preocupa com a elevação das importações de produtos industriais gerando, por consequência, o enfraquecimento do parque industrial local; a terceira e última abordagem trata da redução da participação industrial, especialmente a de transformação, diante dos estímulos direcionados a outros setores e áreas, como o agronegócio

⁹⁴ O artigo ao qual se recorreu para elencar o conjunto de autores e estudiosos a respeito da desindustrialização em curso no Brasil é elaborado por Rinaldo Aparecido Galete, cujo título é *A polêmica da desindustrialização no Brasil*. Além deste, a temática da existência ou suposta ausência da desindustrialização no Brasil fora tratado por Pedro P. Neto na dissertação *Industrialização ou pós-industrialização*, de 2012.

e a indústria extrativista, no que passou a ser denominado como *doença holandesa*, muito presente para explicar a desindustrialização no Brasil.

Grosso modo, seu nome se origina da descoberta de gases naturais na Holanda durante os anos 1960, os quais passaram a ser explorados e exportados de tal modo que acarretou numa especialização das atividades econômicas em torno de tais recursos naturais por parte das forças produtivas dos Países Baixos, cujas consequências foram, mormente, uma avassaladora dependência econômica dos gases naturais, o recuo em outros setores industriais, sobretudo os de transformação e o manufatureiro, acarretando em queda de investimentos e empregos, da mesma forma, houve a valorização excessiva da moeda holandesa à época, o Florim⁹⁵, e do câmbio, engendrando a queda de competitividade internacional dos produtos e bens daqueles setores industriais aos quais passou-se a dar cada vez menos atenção. Fora do Velho Mundo é a Venezuela outro caso emblemático da *doença holandesa* cuja dependência reside nas exportações de petróleo.

A desindustrialização por que passa o Brasil, segundo o economista Luís Carlos B. Pereira⁹⁶, tem sua razão de ser diretamente, junto a outras causas, na doença holandesa. Seguindo os mesmos passos dos Países Baixos, a economia brasileira também teve de enfrentar a valorização cambial e altas taxas de juros responsáveis pelo embaraço da indústria de transformação nacional em termos de competição internacional e diversidade na produção. Partilhava do mesmo posicionamento o também economista Wilson Cano (1937-2020)⁹⁷ ao analisar o mesmo processo de desindustrialização no Brasil e na América Latina, para o qual atuam, por assim dizer, cinco razões diretas e em conjunto, a saber:

1) A altíssima valorização cambial, desde a instauração do Plano Real em 1994, junto a juros altos e da chamada “âncora fiscal”⁹⁸;

2) A abertura econômica promovida pelo governo de José Sarney (1985-1989), o primeiro pós-redemocratização, a qual atacava diretamente o protecionismo presente na política econômica

⁹⁵ Em 2002 a Holanda passou a adotar o Euro como sua principal moeda, e, diga-se de passagem, fora a primeira nação europeia a realizar a transição completa de sua moeda nacional para o Euro.

⁹⁶ Cf. BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Taxa de câmbio, doença holandesa, e desindustrialização. *Cadernos FGV Projetos*, 5 (14): 68-73, 2010.

⁹⁷ Cf. CANO, Wilson. A desindustrialização do Brasil. *Economia e Sociedade*, Campinas, v.21, Número Especial, p.831-851, dez. 2012.

⁹⁸ Trata-se, em linhas gerais, de uma lei cuja finalidade é limitar as despesas de uma nação, garantindo que ela não gaste mais do que é capaz de pagar e acabe aumentando suas dívidas.

nacional, além de ser continuada pelos mandatos de Fernando Collor (1990-1992) e Fernando Henrique Cardoso (1994-2002), com baixas tarifas de importação de produtos estrangeiros e desmonte das políticas protecionistas industriais cujo produto, sem surpresas, foi alimentar o já valorizado câmbio;

3) A elevada taxa de juros no Brasil que, de um lado, aumenta os lucros do capitalistas ligados ao setor financeiro enquanto, do outro, limita consideravelmente os investimentos no setor industrial por parte do empresariado, engendrando num setor industrial vulnerável, envelhecido, obsoleto, pouco produtivo e competitivo, em suma, uma indústria em posição de estorvo ao desenvolvimento econômico nacional;

4) Há a participação dos investimentos diretos oriundos do estrangeiro, porém, Cano alerta para o fato de que aqueles têm, em geral, um caráter mais especulativo – estão presentes em títulos privados e na dívida pública sobretudo – enquanto a indústria de transformação recebeu U\$17 bilhões nos anos 1980, U\$25 entre 1990 e 1995 e apenas U\$8,5 bilhões entre 1996 e 2010, uma queda concomitante às maiores somas de recursos destinados ao setor de serviços, especialmente o financeiro, e outras áreas, seja de origem externa ou investimentos internos;

5) Há a desaceleração da economia mundial a partir de 2007, observada pela maioria dos economistas, durante a qual os Estados Unidos, por um lado, apresentam políticas econômicas agressivas de fomento às exportações no mercado internacional, a fim de obter elevados lucros capazes de amparar sua recuperação, enquanto, por outro, o Brasil e demais nações semicoloniais perdem sua posição na produção industrial mundial, especialmente a posição ocupada pela indústria brasileira na indústria de transformação global cuja taxa era de 2,8% nos anos 1980 e 2% na década seguinte;

Em uma nota técnica elaborada em junho de 2011, o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) segue a mesma linha da de Bresser-Pereira e Cano, porém, acrescenta outras determinações, algumas posteriormente analisadas quando tratarmos com mais atenção o caso de São Gonçalo, entre as quais estão a educação formal insuficiente e a baixa qualificação da força de trabalho nacional, o excesso de burocracia, problemas de infraestrutura e a acumulação insuficiente de poupança existente no Brasil. Todas, por assim dizer, estão interligadas, isto é, os elevados juros geram a valorização cambial, ao passo que a débil estrutura de tributação onera os custos dos investimentos no setor industrial, exigentes de volumosas taxas de retorno, ou, caso contrário, a instalação de estabelecimentos industriais se torna inviável; entretantes, os juros altos, a infraestrutura limitada e a insipiente

poupança somados ao excesso de burocracia reduzem as inversões, tão caras para o dinamismo e crescimento econômicos nacionais.⁹⁹

Apresentadas as causas por trás do processo de desindustrialização no Brasil, precisamos, no entanto, avançar quanto à apresentação de seu significado mais próximo da realidade, o que, como afirmamos anteriormente, não será fácil de fazer. Acreditamos que a desindustrialização em progresso no Brasil desde, pelo menos, os anos 1980, figura-se como uma *desindustrialização relativa*. Mas o que significa isto, uma desindustrialização relativa? E como ela se relaciona com o parque industrial de São Gonçalo? A estas perguntas tentaremos responder nas páginas que virão.

Citamos anteriormente a conceituação fornecida por Almeida, através da qual podemos notar a queda de participação a longo prazo do valor adicionado industrial nas atividades econômicas de qualquer país, estado, região e afins, contudo, apresentamos outra definição que julgamos mais correta para entendermos o significado da desindustrialização. Ei-la a seguir:

Nesse sentido, quando se fala de desindustrialização relativa do Brasil ou da América Latina não se quer dizer que os diversos setores que constituem a economia desses países deixaram de utilizar mercadorias com elevada intensidade tecnológica. A chave do processo não é o consumo das mercadorias manufaturadas no próprio processo de produção, mas sua criação. *O processo de desindustrialização relativa caracteriza-se, em primeiro lugar, pela redução absoluta e relativa do papel da indústria de manufaturados na economia de um dado país, sobretudo aqueles setores com mais intensidade tecnológica.* Mais tecnologia significa, aqui, em termos concretos, mais valor agregado, mais quantidade de trabalho e qualificação no processo de pesquisa, desenvolvimento e produção. Significa mais quantidade de riqueza produzida”. (MACHADO, 2021, p.81, grifos nossos)

A definição acima complementa perfeitamente o que afirmamos anteriormente a respeito da relação entre desindustrialização e a indústria de transformação: na posição de ser a principal na sociedade capitalista, de criar valores que serão repartidos e distribuídos entre os diversos capitais que dele dependem. Uma vez comprometido tal setor, a geração e divisão de riquezas no interior da sociedade capitalista, sem mencionar as particularidades de cada nação capitalista, irão, necessariamente, encontrar inúmeras dificuldades. Porém, podemos avançar ao apontar uma significativa dimensão da desindustrialização brasileira, qual seja, o agravamento da sua condição de dependência quanto às tecnologias e equipamentos responsáveis por tornar as mercadorias produzidas ainda mais refinadas e modernas. Mais uma vez, devemos citar as palavras de Machado:

O processo de desindustrialização relativa eleva a dependência com relação às cadeias produtivas situadas em países estrangeiros. Enquanto mero consumidor de

⁹⁹ Cf. Desindustrialização: conceito e situação do Brasil. *Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos*, nº 100, jul. de 2011. p.5-6.

produtos de tecnologia de ponta, torna-se necessário o conhecimento apenas para operá-los. A produção é reduzida à base da cadeia produtiva, com menos valor agregado e completamente subordinada ao processo de produção situado fora das cadeias nacionais. Tem-se, portanto, de um rebaixamento dos referidos países na divisão internacional do trabalho. (MACHADO, 2021, p.81, grifos nossos)

Investigaram a desindustrialização relativa brasileira a partir da dependência tecnológica os autores Osvaldo Colombo, Ednilson Silva e Daniel Pereira Sampaio¹⁰⁰ no que chamam de “desindustrialização relativa por redução do conteúdo nacional e aumento do importado”. *Grosso modo*, todos os insumos produzidos a nível nacional passam a perder espaço aos de origem estrangeira, engendrando mercadorias cujos componentes são oriundos de importações bem como acarretando na ruptura das cadeias produtivas nacionais, afinal, com a entrada de materiais asiáticos, europeus ou até mesmo de outras partes das Américas, todas as localidades – regionais, estaduais ou federais – se encontram desestabilizadas com a abertura comercial à qual se fez menção alguns parágrafos acima. Dentro desta dimensão da desindustrialização relativa, a indústria de transformação brasileira é inexoravelmente atacada e prejudicada, levando ao agravamento da posição de semicolônia ocupada pelo Brasil na divisão internacional do trabalho.¹⁰¹

Machado, Colombo, Silva e Sampaio, então, convergem quando apontam para o mesmo movimento: a especialização regressiva da indústria nacional ligada, mormente, à abertura comercial e financeira pela qual passou o Brasil nos anos 1980 e 1990, bem como ao fortalecimento das industriais extrativas, agroindustriais e, especialmente, do agronegócio, este último, diga-se de passagem, será um dos maiores beneficiários da desindustrialização relativa nacional. Colombo, Silva e Sampaio veem na internacionalização financeira e produtiva, à procura de maior competitividade, a responsável por tal regressão industrial no Brasil, quando boa parte das plantas industriais dos países desenvolvidos migrou sua produção em direção a outras nações semicoloniais e dependentes, cujo maior exemplo era a China.

Para podermos enxergar tal processo com maiores minúcias, podemos usar o caso da produção do Iphone, *smartphone* e um dos principais, quiçá o principal produto comercializado

¹⁰⁰ Cf. COLOMBO, Arthur Osvaldo; FELIPE, Ednilson Silva; SAMPAIO, Daniel Pereira. Desindustrialização no Brasil: uma análise empírica do processo em diferentes formatos. *Cadernos do Desenvolvimento*, Rio de Janeiro, vol. 15, n. 27, p. 83-112, jul-dez 2020.

¹⁰¹ Mesmo que esteja em nosso recorte temporal, o trio de autores menciona que em 2003, primeiro ano do primeiro mandato de Luís Inácio Lula da Silva (2003-2011), 16,6% dos insumos e materiais para a produção industrial nacional eram de origem estrangeira, enquanto que em 2011, a taxa aumentou para 26,2%, num aumento de 10 p.p. Então, concluem os autores que, sim, houve um aumento da dependência quanto aos bens intermediários de origem estrangeira em terras brasileiras a serem incorporados na produção industrial nacional.

pela empresa estadunidense *Apple*¹⁰². Os telefones celulares da companhia, como o leitor já pode começar a desconfiar a partir do parágrafo anterior, não são produzidos nos Estados Unidos, ou, caso contrário, custariam em torno de U\$30.000 por unidade, de um lado, enquanto, de outro, a *Apple* teria de arcar com 35% de impostos e tributações, porém, seus lucros são taxados apenas em 2%. Ao sabermos de tais informações, passamos a compreender os motivos da *Apple* levar sua planta produtiva para a China: uma força de trabalho muitíssima baixa para contratar, diferentemente dos caros trabalhadores estadunidenses, ausência de sindicatos e organizações trabalhistas, altas jornadas de trabalho, o papel desempenhado pelo Estado chinês quanto à flexibilização da regulamentação das atividades laborais e extração de recursos estratégicos para a produção industrial.

Somam-se à migração das fábricas dos Estados Unidos e da Europa rumo a países como a China, pertencentes a um suposto “Sul Global”, os aperfeiçoamentos na logística, transporte e comunicações bem como o aparecimento de satélites, a substituição dos livros-razão por bancos de dados e as modificações nos transportes das cargas portuárias, levando à constituição de uma cadeia global de valor extremamente descentralizada, cuja descentralização ou desverticalização é bastante significativa se quisermos compreender o comprometimento dos direitos trabalhistas conquistados pela classe trabalhadora, e operária especificamente, os projetos de desenvolvimento nacional, cada vez mais sabotados, e, acima de tudo, o aumento do grau de exploração possível a ser praticado pelo Capital Global, oriundo na maioria dos casos dos Estados Unidos e da Europa, contra os trabalhadores. Tal cenário será engendrado pelo estabelecimento da política econômica do neoliberalismo, em boa parte do Ocidente, nos anos 1980 e 1990, porém, falaremos disto com maiores detalhes.

O *iPhone* tem dois tipos de produtos presentes em sua constituição, há as matérias-primas e os componentes (ambos que vêm de mais de trinta países diferentes), bem como há a propriedade intelectual do iPhone, apenas um direito, dado pelo Estado, que é a base legal para a cobrança dos royalties, o que caracteriza uma situação de monopólio. O mérito da Apple em reivindicar tal propriedade estaria na criação das tecnologias contidas no iPhone, como a Internet, o sistema de GPS, a tela de toque, a Siri (assistente de voz), porém, quase todas essas tecnologias foram desenvolvidas com dinheiro público destinado para universidades e

¹⁰² Foram usados os dados do estudo realizado pelo Instituto Tricontinental intitulado Exploração dos trabalhadores chineses que produzem os celulares *iPhone* da empresa *Apple*.

laboratórios de pesquisa, ou seja, a Apple precisou e precisa de tecnologias desenvolvidas pelo Estado para que o iPhone fosse produzido.

Os lucros, no entanto, de tais inovações financiadas pelo Estado são privatizados, isto é, estão retidos com empresários capitalistas do setor privado. A *Foxconn*, empresa que produz e monta partes do iPhone, não pode rejeitar a Apple por conta da patente sobre o iPhone e do tamanho da marca, porém, cabe perguntarmos quem deveria lucrar com a tecnologia financiada pelo setor estatal, uma vez que a Apple não criou as tecnologias presente em seus produtos. Então, é interessante vermos mais de perto a descentralização produtiva, iniciada nas décadas supracitadas, em relação aos telefones da *Apple*:

1. **Ásia:** Baterias oriundas da *Samsung*, na Coreia do Sul e da *Huizhou Desay Battery*, na China; Memória *Flash* oriunda de *Toshiba*, no Japão, e da *Samsung*, na Coreia do Sul; *Display* oriundo da *Japan Display* e da *Sharp*, no Japão, e da *LG Display*, na Coreia do Sul.
2. **Europa:** Giroscópio oriundo da *STMicroelectronics*, na França e Itália; Acelerômetro oriundo da *Bosch*, na Alemanha.
3. **Estados Unidos:** Controlador de tela sensível ao toque é produzido pela *Broadcom*, os transmissores e módulos de amplificação são produzidos pela *Skyworks* e a *Qorvo*, e os semicondutores são fabricados pela *Texas Instruments*, *Fairchild* e *Maxim Integrated*.

Ao tomarmos nota da cadeia produtiva por trás da fabricação do iPhone, já ficamos impressionados, não será exagero afirmar que sentiremos a mesma coisa quando virmos a taxa de exploração a que estão submetidos os operários contratados para sua produção. Apesar de ser um cálculo estimativo e cheio de estorvos para sua realização, afinal, a fragmentação produtiva torna muito mais complicado o estudo da exploração do que poderia ser realizado caso o *iPhone* fosse fabricado, por assim dizer, somente nos Estados Unidos, veremos a confirmação da afirmação de Marx segundo a qual valores de uso jamais irão nos revelar as condições sob as quais são feitas as mercadorias adquiridas e consumidas por nós¹⁰³, isto é, as relações sociais de produção encontram-se ocultas.

Com o *iPhone X* na qualidade de exemplo, seu preço é de U\$999, o que nos leva de volta a dois conceitos com os quais já trabalhamos anteriormente, a saber, os de *capital constante* e *capital variável* que são, respectivamente, os capitais empregados para a obtenção

¹⁰³ Cf. MARX, Karl. *Contribuição à crítica da economia política*. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1983. p. 31.

de equipamentos, ferramentas e máquinas e a parte destinada à remuneração dos operários. O capital constante do *Iphone* é de U\$370,89 e o capital variável é U\$24,55 e, ao fazermos a seguinte equação:

$$\text{Mais-valor} = (\text{valor total}) - (\text{capital constante} + \text{capital variável})$$

Teremos:

$$\text{M.V} = 999 - (370,89 + 24,55)$$

$$\text{M.V} = 999 - (395,44)$$

$$\text{M.V} = \text{U\$ } 603,56$$

Os U\$603,56 são o mais-valor ao qual conseguimos chegar com base no cálculo realizado acima, agora poderemos fazer a equação através da qual iremos obter o grau de exploração, qual seja:

$$\text{Exploração} = \text{mais-valor} / \text{capital variável}$$

$$\text{E.} = 603,56 / 24,55$$

$$\text{E.} = 2.458\%$$

Da mesma forma que mostramos ao leitor o grau de exploração nas indústrias de São Gonçalo e outras localidades nas décadas de 1940 e 1950, foi relevado o tamanho da exploração de que são vítimas os operários responsáveis pela fabricação do *Iphone*, em que estes trabalham muito pouco para si mesmos, enquanto boa parte de seu tempo de trabalho é destinada ao capitalista. Claro está, então, que o trabalhador se torna cada vez mais pobre, ao passo que a riqueza que ele produz é apropriada pelo capital.

Abordamos o processo por de trás da produção dos telefones celulares da *Apple* apenas para mostrar a relação entre a desindustrialização relativa na América Latina e a descentralização e migração produtivas a partir dos anos 1980 e 1990, sobretudo este último, quando a China passa a ser protagonista dos investimentos estrangeiros pelas razões supracitadas, apesar de, sim, sabermos que o *Iphone* é um aparelho do século XXI, enquanto nosso objeto de pesquisa estar na segunda metade do século passado, em sua porção final mais especificamente.

Cabe a nós agora adentrar no lado oposto da desindustrialização, isto é, tratar daqueles economistas para os quais tal processo não existe nem no Brasil tampouco na América Latina, pois será fundamental apresentá-los para que possamos entender melhor, e nos opor, o posicionamento de José Honorato Lessa quanto ao destino do parque industrial de São Gonçalo no século XX.

A negação da desindustrialização é realizada por autores como Octávio de Barros, Robson Rodrigues Pereira, Samuel de Abreu Pessôa e André Nassif, em que alguns, como Marcos Sawaya Jank e Roberto Nakahodo em 2006, denunciam a falácia por trás da *doença holandesa* no Brasil, uma vez que, depois de um estudo dos dados entre 1996 e 2005, era falsa a ideia de que a explosão das exportações brasileiras estivesse ligada ao aumento do preço das *commodities* no mercado global. Os mesmos defendem que a exportação de *commodities* depende justamente da existência de uma indústria correlata e prestação de serviços de suporte, como melhoramento genético, agroquímicos, máquinas e implementos agrícolas, rações, medicamentos veterinários, armazéns, caminhões, trens, estradas, transporte e fluvial e demais segmentos.¹⁰⁴

Alexandre Schwartsman, por exemplo, que a participação dos empregos industriais no total teria permanecido constante ao longo do quinquênio 2003-2008 e que o investimento industrial teria acelerado, fatos esses que, juntos, seriam inconsistentes com a desindustrialização e a doença holandesa; Barros e Pereira negam desindustrialização com base nas variações absolutas na produção industrial, citando, por exemplo, mesmo com as dificuldades encontradas nos anos mais recentes, cerca de 37,7% dos subsetores da indústria de transformação teriam apresentado variação positiva da produção física em 1998, enquanto que em 2007 o mesmo indicador alcançou 84,5%.¹⁰⁵

Outro autor contrário à tese da ocorrência da desindustrialização, Gabriel Coelho Squeff defende que há uma excessiva concentração da pesquisa aplicada em torno da participação da indústria no PIB ou no Valor Adicionado Bruto, o VAB, bem como o autor defende que o setor manufatureiro ainda é relevante no Brasil, contrariando a desindustrialização. O autor, estuando os dados das Contas Nacionais, defende que é impossível afirmar que a indústria brasileira estivesse passando por um processo de primarização ou especialização em setores de baixo conteúdo tecnológico, afirmando que a relevante queda da produtividade da indústria deve ser avaliada com cuidado, pois ela teria sido decorrente de uma evolução mais favorável do emprego (31,9%) do que do valor adicionado bruto (26,7%), e não fruto de uma retração generalizada deste setor.

Barros e Pereira, então, defendem a tese segundo a qual todas as transformações formam um processo de *reestruturação* industrial e não uma desindustrialização, para os quais o “chão

¹⁰⁴ Pedrossian Neto, Pedro. *Desindustrialização ou pós-industrialização? Análise da queda da participação da indústria no PIB brasileiro*. 2012. 179 f. Dissertação (Mestrado em Economia) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2012. p.56-57.

¹⁰⁵ Ibid. p.62.

de fábrica” do Brasil estaria cada vez mais cimentado, sem parar de abrigar maquiladoras, mas para receber equipamentos modernos e trabalhadores mais qualificados, o que irá garantir o deslocamento do Brasil para um lugar produtivo mais eficiente e perto da fronteira tecnológica; Régis Bonelli e Pessôa¹⁰⁶, por outro lado, são céticos em relação à desindustrialização em curso no Brasil, defendendo que a queda acentuada da participação do PIB da indústria de transformação está relacionada a um erro estatístico decorrente da mudança de metodologia de apuração das Contas Nacionais nos períodos 1989 e 1990 e 1994 e 1995; a queda, para eles, seria significativamente menos acentuada do que se via nos dados sem correção, em que o percentual de participação da indústria de transformação era de 22,9% em 2008 e não 15,6% segundo o IBGE; Para eles a principal causa da queda na participação da indústria de transformação se liga à deterioração dos preços relativos deste setor com o resto da economia, que se deve ao processo de abertura comercial dos anos 1990, à valorização cambial e aos ganhos de produtividade do setor¹⁰⁷.

Os mesmos autores observam que os ganhos na produtividade industriais foram substanciais nos últimos vinte anos em virtude de quatro fatores, a saber, a abertura comercial, o emprego de novas técnicas de gerenciamento e de produção, o uso intenso da terceirização, privatização de diversas empresas estatais e o recurso a máquinas e equipamentos mais eficientes; ambos os autores também fizeram comparação a nível internacional, cuja finalidade era verificar se o caminho declinante da participação do PIB industrial no Brasil ocorreu em outros países, concluindo, usando dados de 156 países entre 1970 e 2007, que houve uma tendência de aumento da participação da indústria no PIB dos países até o final dos anos 1980, quando o indicador atinge a marca média de 15% e chegando a 12% em 2007; estudando 17 países desenvolvidos, com os critérios de dimensão ou nível de desenvolvimento aproximado, viram que a participação da indústria no PIB caiu de 25,3% no período 1970-1972 para 14,9% em 2005-2007- uma queda de 10,4 pontos percentuais-; enquanto que nos países comparáveis ao Brasil, a participação saiu de 20,4% para 14,6% no mesmo período- redução de 5,8 pontos percentuais.

Após estimarem um modelo de natureza *cross section* para a amostra de 156 nações e observarem variáveis como PIB *per capita*, PIB *per capita* ao quadrado, capital por trabalhador,

¹⁰⁶ Ambos os autores, futuramente, irão defender a ocorrência da desindustrialização no Brasil, até mesmo irão apontar quando começou.

¹⁰⁷ Pedrossian Neto, Pedro. *Desindustrialização ou pós-industrialização? análise da queda da participação da indústria no PIB brasileiro*. 2012. 179 f. Dissertação (Mestrado em Economia) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2012. p.63-66.

população, produção de petróleo e densidade populacional, concluem que no período 1970 e 1975 a participação industrial no PIB do Brasil estava cerca de 6% acima do padrão indicado pelas variáveis explicativas, 8% acima no período 1976-81, 9% no período 1982-87, porém, somente 4% entre 1988-93, e estava 3% abaixo do padrão tanto em 1994-2000 quanto em 2001-07.

Para os mesmos autores o receio de uma desindustrialização seria diluído pelas exportações, apesar de produtos básicos, serem muito mais diversificadas do que em anos anteriores da história do país e de outros que presumivelmente sofreram com a desindustrialização. Para eles a perda de participação industrial brasileira no PIB iria refletir, sobretudo, o contexto macroeconômico nacional, isto é, baixo crescimento do nível de atividade em diversas fases desde a década de 1990 em um ambiente de juros e carga tributária muito elevados¹⁰⁸.

* *
*

Tratamos, portanto, das causas por trás da desindustrialização, seja no capitalismo clássico, seja no capitalismo retardatário, este último o caso em que está inserido o caso brasileiro. Não abordamos, entretanto, São Gonçalo em nosso texto em virtude de acreditarmos ser necessária a apresentação prévia da ocorrência da desindustrialização no âmago do sistema capitalista, bem como das análises e debates que ela engendra, para podermos vermos melhor de que maneira São Gonçalo fora atingida, dentro de suas particularidades, pelo mesmo fenômeno, afinal, precisamos compreender o macro para fazer o mesmo com o micro. Dito isto, seguimos com a desindustrialização em São Gonçalo no capítulo a seguir.

¹⁰⁸ Pedrossian Neto, Pedro. *Desindustrialização ou pós-industrialização? Análise da queda da participação da indústria no PIB brasileiro*. 2012. 179 f. Dissertação (Mestrado em Economia) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2012. p.63-66

4- DESINDUSTRIALIZAÇÃO EM SÃO GONÇALO: O QUE REALMENTE HOUE?

Encerrado o momento em que discutíamos a respeito da desindustrialização no Brasil, ressaltando que houve, a partir dos anos 1980 em diante, o que chamamos de *desindustrialização relativa*, isto é, a perda relativa e absoluta da indústria de transformação na economia nacional, especialmente setores cuja demanda por alta intensidade tecnologia é notável – indústria farmacêutica, equipamentos e máquinas, informática ou nanotecnologia – agravando a posição semicolonial do Brasil na divisão internacional do trabalho, uma vez haverá mais dependência por tecnologias importadas, enquanto as forças produtivas industriais internas se especializam cada vez mais em setores de menor complexidade tecnológica, tais como indústria alimentícia, têxtil ou de mobiliário.

Além disto, é imperiosa afirmar que a desindustrialização relativa estará relacionada com outro fenômeno que julgamos significativo, qual seja, o da *reestruturação produtiva*, no caso, em São Gonçalo. Mas de que modo ambos se relacionam? Ora, somente podemos defender a existência da *reestruturação* produtiva em qualquer âmbito – local, regional, estadual ou nacional – se houver uma causa que leva a sua ocorrência na realidade, em que tal causa não é nada senão a desindustrialização. Nesse sentido, o fenômeno da desindustrialização relativa é o que move toda as forças produtivas a passar pela reestruturação produtiva enquanto uma saída da crise no interior do capitalismo, em direção, como veremos, à uma acumulação capitalista mais flexível.

Dito isto, cabe a nós ver mais de perto, ao contrário do que fizemos na seção anterior, os dados que expressam a desindustrialização relativa no Brasil, bem como nos aprofundar na crise por que o estado do Rio de Janeiro passou no segundo quartel do século passado, a partir da qual será enxergar e compreender a reestruturação produtiva fluminense e, sobretudo, do município de São Gonçalo, cuja industrialização e, obviamente, desindustrialização estão extremamente ligadas, quase que de maneira umbilical, à modernização da cidade do Rio de Janeiro.

Contudo, iremos destacar o fato de que a assim chamada reestruturação produtiva do parque industrial gonçalense, apesar da importância para a manutenção das atividades fabris locais, está longe de significar uma melhoria ou um avanço para os operários que no município trabalham, afinal, as circunstâncias eram as do neoliberalismo e do mundo pós-Guerra Fria, quando o Capital iria aumentar cada vez mais sua exploração contra a classe trabalhadora, especialmente a das nações semicoloniais.

Ligado à desindustrialização e à reestruturação produtiva está o conceito de crise no seio da sociedade capitalista, sem o qual é inviável entender aqueles dois fenômenos, logo é preciso dedicar um pouco de nossa atenção para tratar do significado das crises capitalistas. A crise econômica no modo de produção capitalista não passa de grave interrupção na própria reprodução, obviamente, econômica da formação social capitalista, quando as mercadorias se encontram na impossibilidade de serem vendidas em virtude da falta de uma demanda efetiva para elas. Disto se engendra uma grande dificuldade na transformação do capital-mercadoria em monetária, levando à uma valorização insipiente e insatisfatória do capital, bem como na diminuição do processo de acumulação, porém, o problema se torna ainda maior quando, em meio a este processo, a demanda das empresas capitalistas por meios de produção e força de trabalho se encontra em queda, em comparação às épocas de estabilidade, cujos resultados são tanto o desemprego em massa quanto o declínio do consumo por parte dos trabalhadores. Aqui, neste sentido, nos deparamos com uma particularidade do capitalismo, a saber, a abundância de bens e mercadoria disponíveis para aquisição e consumo é um enorme malefício à reprodução do modo de produção, fazendo com que os proprietários vão à bancarrota, de um lado, e impedindo, do outro, muitos indivíduos não proprietários de vender sua força de trabalho, a qual não pode gerar lucros aos capitalistas, logo não lhes desperta quaisquer interesses.¹⁰⁹

As crises no capitalismo, pelo menos nas nações mais avançadas e desenvolvidas, têm um caráter cíclico, isto é, começam a ocorrer em intervalos de uma década – desde o século XIX em diante – marcadas, mormente, por uma rápida acumulação de capitais, taxas de lucros elevadas e salários também muito grandes, para em seguida assistirmos a períodos de estagnação e, finalmente, crises. A qualidade cíclica da economia capitalista passou a ganhar mais importância com a crise de 1929, da qual já falamos anteriormente, em virtude da qual a vida nos anos 1930 e 1940 foi marcada por uma enorme depressão, com inúmeras consequências¹¹⁰, até vir um período de recuperação e retomada do crescimento econômico

¹⁰⁹ HEINRICH, Michael. *Introdução de O capital de Karl Marx*. São Paulo: Boitempo, 2024. p.177.

¹¹⁰ Poderíamos mencionar, algo ainda não feito aqui, o fato de que a ascensão do nazifascismo fora um dos mais notórios e graves desdobramentos da crise de 1929, entretanto, a história do capitalismo nos mostra que somente nas nações excluídas da *via clássica* (a Inglaterra, a França e os Estados Unidos da América) é que tais forças ultrarreacionárias ganham força e são apoiadas pelo capital e pelos capitalistas, cujos casos mais marcantes são a Alemanha e a Itália, países da *via tardia*. Neste sentido, se explica o motivo não acontecer o nascimento de partidos e movimentos de extrema-direita nos Estados Unidos, epicentro da crise de 1929. O Brasil, país da *via colonial*, também é perpassado por forças conservadoras e antimodernas, porém, ao contrário da Alemanha e da Itália, em condição de subordinação e afastadas de qualquer ímpeto bélico e expansionista. Para mais detalhes, Cf. BERNARDO, João. *Labirintos do fascismo, volume seis: metamorfoses do fascismo*. São Paulo: Editora Hedra, 2022. CHASIN, José. *A miséria brasileira: 1964-1994 – do golpe militar à crise social*. São Paulo: Estudos e Edições Ad Hominem, 2000.

entre os anos 1950 e 1970, os assim chamados *anos dourados do capitalismo*, sob a tutela do fordismo, com lucros e salários acima da média, pelo emprego e um Estado a favor do bem-estar da população.

Novamente o capital se encontrava ante um novo período de crises globais, agora nos anos 1970, especificamente entre 1973 e 1975, ligadas à época pelas Guerras no Oriente Médio e a Crise do Petróleo. Os resultados são bem sabidos: houve o esgotamento do fordismo enquanto modelo de acumulação, queda dos lucros, rebaixamento dos salários e desempregos. A recuperação, contudo, somente iria se dar nos anos 1990, às custas dos salários reais, que passaram por uma grande estagnação e uma posterior queda, bem como foi fundamental o corte de impostos a serem pagos por empresas e alguns indivíduos de renda elevada, além da redução do Estado de bem-estar social existente desde a década de 1950.¹¹¹

Quanto às causas das crises do sistema capitalista, não há uma resposta unívoca, mas, sim, diversas explicações apresentadas por diversas correntes, como a economia política clássica, a neoclássica, a de inspiração em John Keynes, bem como por Marx, apesar deste último ser um crítico da economia política burguesa e não um economista por formação. Heinrich mostra esta diversidade de posicionamentos a respeito dos motivos pelos quais o capitalismo passa por períodos de instabilidade, quando afirma:

Não há dúvida de que, nos últimos 180 anos, o desenvolvimento do capitalismo tem sido, de fato, repleto de crises. Mas as causas desses processos são controversas. A maioria dos representantes da economia clássica, assim como os economistas neoclássicos de hoje, negam que as crises sejam resultado do próprio modo de funcionamento do capitalismo. Para eles, as crises por influências ‘externas’ (por exemplo, a política econômica do Estado), de tal modo que a economia de mercado capitalista, ‘em si’, seria isenta de crises. Somente John Maynard Keynes (1883-1946) atribuiu o recorrente desemprego em massa a causas intrínsecas ao capitalismo e, assim, lançou a pedra fundamental do ‘keynesianismo’. Em contraste, Marx tentou provar que as crises fazem parte do funcionamento do modo de produção capitalista e que um capitalismo sem crises não pode existir. No entanto, não há uma teoria coerente a esse respeito em sua obra, apenas observações dispersas mais ou menos detalhadas, que depois foram transformadas pela tradição marxista em teorias com conteúdos completamente diferentes. Ao analisar o dinheiro como meio de circulação, Marx já havia identificado a *possibilidade* geral das crises, notadamente na mediação da troca pelo dinheiro: pode-se vender a própria mercadoria sem comprar novas mercadorias com o dinheiro recebido e, desse modo, o dinheiro retido interrompe o processo de reprodução. (HEINRICH, 2024, p.178-179, grifo do autor)

Há uma, por assim dizer, peculiaridade a respeito das crises no capitalismo, todavia, é melhor deixarmos que Heinrich nos diga qual é:

DAVIDSON, Neil. *Desenvolvimento desigual e combinado: modernidade, modernismo e revolução permanente*. São Paulo: Editora Unifesp, 2020

¹¹¹ HEINRICH, Michael. *Introdução de O capital de Karl Marx*. São Paulo: Boitempo, 2024. p.178.

Mesmo que seja possível descobrir os mecanismos da crise em geral, as crises em si não podem ser simplesmente evitadas. De um lado, a pressão da concorrência *força* os capitalistas individuais a se comportarem de determinada maneira, independentemente do conhecimento que possam ter a respeito da destrutividade potencial de suas ações; ou seja, nenhum indivíduo pode sair simplesmente optar por não participar desse processo – a única esperança é sair relativamente ileso.

A única coisa certa nas tempestades econômicas é a incerteza. Em tais circunstâncias, a única chance de sobreviver como capitalista é usar todas as possibilidades para aumentar o lucro, independentemente das consequências. *No capitalismo, a crise não pode ser evitada, mesmo que seja possível prever mais ou menos os acontecimentos que a originarão* (2024, p.182, grifos do autor)

Das crises capitalistas mais significativas, a dos anos 1970, relacionada com o petróleo e o Oriente Médio, é aquela com a qual nosso trabalho mais se aproxima, afinal, a desindustrialização dos países desenvolvidos se dá na mesma época, ao passo que a desindustrialização relativa do Brasil tem seu princípio a partir da metade dos anos 1980. Porém, com maior ligação com nosso objeto, a desindustrialização relativa e a reestruturação produtiva, aparece a crise enfrentada pela economia fluminense em meados da década de 1980, nos últimos anos da Ditadura Civil-Militar (1964-1985), na qual, diga-se de passagem, a classe trabalhadora iria se deparar com inúmeros ataques extra políticos e jurídicos¹¹², como concentração de riquezas, arrocho salarial, aumentos das desigualdades sociais, contudo, não iremos nos aprofundar nisto por enquanto.

Podemos afirmar que, ao tratar da crise econômica no estado do Rio de Janeiro na década mencionada, começamos nossa primeira discordância quanto à hipótese de José Honorato Lessa quanto à desindustrialização em São Gonçalo, ou segundo sua interpretação, a negação da ocorrência de tal fenômeno. Tal crise será evidenciada e, neste sentido, Lessa e sua hipótese já se mostrarão bastante difíceis de sustentação diante do que conteúdo apresentado em nosso texto. Mas voltemos à temática da crise em solo fluminense.

Segundo Floriano Godinho de Oliveira, duas crises se instalaram no Rio de Janeiro em meados dos anos 1960, ambas interligadas, a saber, uma política, em virtude da transferência da capital do Brasil para Brasília ainda em 1960, e uma econômica, vinculada a alguns empresários da cidade do Rio de Janeiro para os quais era necessária a reintegração da ex-capital ao estado ou, caso contrário, uma crise econômica iria assolar a cidade, graças à ausência de investimentos por parte do governo federal, à concentração industrial protagonizada pelo estado de São Paulo e, por último, às peculiaridades do desenvolvimento da industrialização

¹¹² Isto é, que vão além das perseguições, prisões arbitrárias, torturas e etc.

carioca¹¹³. Alguns destes capitalistas, defensores da fusão, iriam formar a FIEGA – Federação Industrial do Estado da Guanabara – e a CDL – Associação Comercial do Rio de Janeiro e do Clube de Diretores Lojistas.¹¹⁴

Não é por coincidência que, a partir de meados da mesma década, os primeiros indícios de um esgotamento industrial em São Gonçalo começam a se tornar visíveis, isto é, quando nas estatísticas e censos industriais há uma queda nos números das indústrias e estabelecimentos, contrastando com o ápice atingido pelo parque industrial do município, ao fora dado o epíteto de *Manchester Fluminense*. Como dissemos no primeiro capítulo, a industrialização do ERJ teve como particularidades tanto a concentração dos investimentos na cidade do Rio, distrito federal à época, quanto o fato da industrialização para além da localidade somente ter ocorrido em lugares ao longo de eixos viários que ligavam a cidade do Rio aos estados de São Paulo e Minas Gerais. Nesse sentido, não seria nenhuma surpresa afirmar que o parque industrial gonçalense, derivado ao de Niterói, era bastante dependente do antigo Distrito Federal, como, por exemplo, na qualidade de principal consumidor dos bens produzidos pela indústria instalada em São Gonçalo.

Porém, chamamos atenção para o fato de que nem o estado do Rio de Janeiro tampouco São Gonçalo, em meio à crise dos anos 1960, enfrentavam um processo de desindustrialização tardia, em virtude, primeiramente, de que a mesma principia entre os anos de 1970, nos países do capitalismo central, e nos anos 1980 e 1990 nos países semicoloniais. Contudo, para o caso de São Gonçalo em particular, é necessário um olhar mais atento quanto ao seu parque industrial nas épocas supracitadas.

Araújo e Melo¹¹⁵, por exemplo, analisam aqueles indícios de esgotamento de que falamos acima, mas apenas ressaltando a queda de São Gonçalo entre os anos 1940 e 1950 na participação do Produto Interno Bruto industrial fluminense, ultrapassado por Barra Mansa, na qual se instalaria a Companhia Siderúrgica Nacional, por Niterói, Petrópolis e pela cidade do Rio de Janeiro, que concentrava boa parte das indústrias no estado. O mesmo não ocorre com o emprego industrial, pois sua quantidade aumenta entre as décadas¹¹⁶. Segundo os autores, a

¹¹³ Relacionado exclusivamente à cidade do Rio de Janeiro. Não deve ser confundido com “fluminense”, que abrange todo o estado do Rio de Janeiro.

¹¹⁴ OLIVEIRA, Floriano José Godinho De. *Reestruturação produtiva, território e poder no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Garamond, 2008. p.95-96.

¹¹⁵ Cf. ARAÚJO, Victor Leonardo de. MELO, Hildete Pereira de. O processo de esvaziamento industrial em São Gonçalo no século XX: auge e declínio da “Manchester Fluminense”. *Cadernos do desenvolvimento fluminense*. n. 4, mai. pp. 65-87. [2014].

¹¹⁶ Ibid. p.78.

queda de participação industrial de São Gonçalo, nos anos supracitados, estaria ligada, em primeiro lugar, à débil infraestrutura local, assim como o pouco interesse por parte do governo federal em escolher o município para abrigar grandes projetos industriais, o que será mostrado posteriormente com maiores detalhes; claro deve ficar, neste sentido, que estaríamos diante de um problema particular de São Gonçalo dentro da expansão industrial em seu interior, o qual iria recrudescer nos anos seguintes, porém, em um nova circunstância.

Ambos os autores não usam com frequência o termo *desindustrialização*, mesmo após os anos 1970 e 1980, porém, o conceito com que trabalham aproxima-se do nosso, o de *desindustrialização relativa*, uma vez que acreditam ser possível calcular, a partir de certas variáveis, o crescimento industrial gonçalense o qual cada vez mais passou a se desenvolver abaixo da média do estado do Rio de Janeiro da década de 1970 em diante. Em outras palavras, São Gonçalo já enfrentava uma perda relativa quanto à sua participação no setor industrial fluminense. Araújo e Melo notam, por assim dizer, um ponto de inflexão no desenvolvimento do parque industrial fluminense nos anos 1940 e 1950 cujo crescimento nunca mais fora o mesmo daquele alcançado em 1940, afinal, ou as taxas eram menores do que as apresentadas pela média estadual ou eram simplesmente negativas.

Araújo e Melo irão argumentar a favor do declínio industrial do parque industrial gonçalense, especialmente entre os anos 1970 e 1980, sob duas frentes, quais sejam: a queda da participação industrial no estado e a desativação de alguns estabelecimentos e fábricas, muitas das quais existentes em alguns bairros do distrito de Neves, como Gradim e Neves.

As causas que engendraram a desindustrialização de São Gonçalo, segundo a dupla de autores, estariam na *ausência de uma infraestrutura* minimamente capaz de suportar uma escala produtiva industrial pujante – aqui estão, principalmente, os portos municipais há muito com suas atividades encerradas e as ferrovias desativadas, das quais falamos no primeiro capítulo, relevantes para a produção agrícola e o deslocamento da população -, bem como nos percalços quanto ao abastecimento de água, tão cara à manutenção das atividades fabris e na inexistência de burguesia industrial gonçalense local, a qual teria poder econômico e político para que a industrialização de São Gonçalo pudesse prosseguir e se desenvolver.¹¹⁷

¹¹⁷ DE ARAÚJO, Victor Leonardo; DE MELO, Hildete Pereira. O processo de esvaziamento industrial em São Gonçalo no século XX: auge e declínio da “Manchester Fluminense”. *Cadernos do Desenvolvimento Fluminense*, Rio de Janeiro, n. 4, 2014. p.77. É ignorada pelos autores a presença em São Gonçalo da Associação Comercial e Empresarial de São Gonçalo, a ACESG, típico órgão classicista a favor, obviamente, dos interesses e demandas dos distintos capitais existentes no município, fundada em 1928 como União dos Varejistas. Posteriormente alterou seu nome para Associação Comercial e Industrial de São Gonçalo em 1945 e 2004 adotou seu atual nome. Mesmo com documentação escassa, podemos supor que o declínio industrial não passou despercebido pelos capitalistas estabelecidos no município, afinal, o mesmo grupo já havia percebido o enorme peso do capital prestador de serviços, razão pela qual seu nome fora alterado. Sua sede é na Rua Feliciano Sodré, na região central da cidade,

Acima de tudo, uma das principais causas, se não a mais significativa, está no desinteresse por parte do governo federal em direcionar seus investimentos ao parque industrial de São Gonçalo nos anos 1970, fato este trazido à tona tanto por Araújo e Melo como por Godinho de Oliveira, porém este último avança um pouco mais em virtude de nos fornecer mais informações a respeito do II Plano Nacional de Desenvolvimento, concebido em 1975 durante a fusão entre o Estado da Guanabara e o Estado do Rio de Janeiro. Os investimentos propostos pelo II PND iriam ser feitos para a reestruturação das bases de capacidade de produção nacional, cujos setores mais privilegiados foram os de insumos básicos e de bens de capital, além de produção de energia, demonstrando a forte dependência da industrialização fluminense em relação ao setor estatal, especialmente o federal. A política econômica desenvolvimentista apresentada pelo II PND durante a fase final da Ditadura Civil-Militar iria se enfraquecer durante o ano de 1979, em virtude da eclosão da 2ª Crise do Petróleo, em meio ao conflito entre o Iraque e o Irã gerado pelo processo revolucionário iraniano liderado pelo aiatolá Ruhollah Khomeini (1902-1989) contra a monarquia do xá Pahlavi (1941-1979), com o qual o governo dos Estados Unidos manteve laços até a revolução. Tal choque ao mercado internacional de petróleo não poderia ser outro ao Brasil, extremamente dependente das importações de tal combustível: aumento das suas importações para US\$10 bilhões em 1980 e agravamento na balança de pagamentos das taxas de juros dívida externa nacional, a qual chegou ao patamar de US\$ de 9,2 bilhões em princípios dos anos 1980.

Se o enfraquecimento começa com o segundo choque do petróleo, o fim do II PND iria se dar pela política ortodoxa do ministro da fazenda Delfim Neto, cargo que ocupou entre 1979 e 1985. Neto assumiu uma posição contrária aos investimentos estatais direcionados aos setores de produção de bens industriais para, então, submeter a economia nacional às regras e imposições apresentados pelo Fundo Monetário Internacional, nas circunstâncias de advento do neoliberalismo, e fazer com que as forças produtivas industriais nacionais se dedicassem mais à exportação de produtos primários do que fomentar o desenvolvimento industrial e autônomo brasileiro. Deste modo, não é de se espantar que a desindustrialização relativa nacional acontecesse concomitantemente à reprimarização econômica nos anos 1980.

Contudo, o que mais nos inquieta, enquanto o II PND era adotado pela política econômica federal, é a ausência de São Gonçalo nas prioridades dos investimentos que tal plano formulou, enquanto a indústria da cidade do Rio de Janeiro e a de outros municípios da RMRJ foram bastante afortunados pelo II PND. Em relação ao setor naval, por exemplo, houve o II

Plano de Construção Naval, concebido um ano após a Fusão, ao qual deve muito a economia fluminense, afinal de contas, a dinamização das forças produtivas do ERJ tiveram como base o setor de material; tal setor, na cidade do Rio de Janeiro, seria responsável por deter 5,4% do Valor de Transformação Industrial em 1975 e 8,4% uma década depois. Tal setor iria ser significativo em dois outros municípios metropolitanos fluminenses, a saber, Magé e Niterói. No primeiro local o setor de material de transporte, uma verdadeira nulidade na década de 1970, correspondia à uma taxa de 66,5% do VTI de Magé, ao passo que em Niterói os estaleiros iriam se tornar uma grande referência para o seu desenvolvimento econômico, cujo caso mais notório é o estaleiro Mauá sediado na Ponta da Areia, e, por isso, o setor naval em Niterói, em 1980, detinha 60,8% do VTI do município; Duque de Caxias, integrante da RMRJ, teve em seu território a instalação de uma refinaria de petróleo da estatal Petrobrás em 1961, conhecida como REDUC, muito relevante à indústria extrativa local e estadual.

Diversos investimentos estatais também se fizeram presentes em outras localidades do estado do Rio de Janeiro para além da sua região metropolitana voltados a outros setores industriais, porém, São Gonçalo não fora contemplado por nenhum deles. O parque industrial de Volta Redonda e do Médio Paraíba foi bastante beneficiado pelas obras de ampliação da Companhia Siderúrgica Nacional, especialmente os setores de metalurgia e de químicos instalados em Volta Redonda, além dos mesmos setores em Barra Mansa e em Resende.

Dentre todos os setores da indústria de transformação do ERJ afetados pela desindustrialização relativa, pela crise dos anos 1980 e pela política econômica ortodoxa de Delfim Neto, pode-se dizer que o naval foi um dos mais impactos e prejudicados. Produtor de 2 milhões de toneladas e com um total de 23 mil empregados, em 1975, os estaleiros do estado assistiram ao corte de investimentos e financiamentos por parte do BNDES, agora gerente do Fundo da Marinha Mercante, o que gerou o encerramento das atividades de muitas plantas industriais do setor no estado. Entretanto o auge da instabilidade ocorreu em 1984, quando não houve qualquer investimento estatal no setor, contrariando a política de desenvolvimento apresentada no II PNC, cujas atividades no setor naval fluminense tiveram de ser paralisadas e prejudicaram a economia fluminense como um todo. A crise no Rio de Janeiro fora tão profunda que o estado viu a participação da sua indústria de transformação no PIB nacional cair de 14,2% em 1980 para 10,98% em 1990, enquanto seu crescimento industrial entre 1981 e 1985 foi de 6,4%.

Entrementes, São Gonçalo também iria se deparar com a situação de declínio de seu parque industrial através do encerramento e transferência de diversos estabelecimentos fabris situados no município. Boa parte de tais estabelecimentos, da mesma forma que os antigos

cinemas de rua presentes na cidade de São Gonçalo¹¹⁸, iria encerrar suas atividades, seja para se deslocar a outro município ou fechar para nunca mais voltar a funcionar em nenhuma outra parte do município, do estado ou do país. Um dos casos mais notórios é, sem exageros, o da Hime, fundada na década de 1920, voltada ao setor de metalurgia, cujas operações passaram a serem abrigadas em Nova Iguaçu, pertencente à RMRJ, mas distante de São Gonçalo, em virtude de a possibilidade de expandir de capacidade produtiva ser atendida por Nova Iguaçu, ao passo que Neves apresentava um espaço exíguo e, portanto, insuficiente às pretensões da empresa.

Os efeitos desse deslocamento foram significativos: São Gonçalo deixou de ser o terceiro maior município a empregar no setor de metalurgia, com apenas uma taxa de 3,5% em 1975, enquanto, em 1950, chegou a apresentar 8,5%. A transferência definitiva, contudo, ocorreria somente nos anos 1980, cuja substituta fora outra companhia notória, a Gerdau, porém, deslocou todas suas atividades para Santa Cruz. Atualmente o espaço que abrigou no passado a HIME consiste em instalações abandonadas nas quais, futuramente, condomínios serão construídos, isto é, o capital industrial agora dá lugar ao imobiliário.

Mais um caso relevante é o da Fiat Lux, produtora de fósforos, cujas atividades cessaram em São Gonçalo no ano de 1983, para atuar em Curitiba, no estado do Paraná. Mormente, e por muitas décadas, o hipermercado francês *Carrefour* e a rede atacadista somente para sócios *Sam's Club*, da empresa estadunidense do ramo de loja de departamentos *Walmart*, se instalaram no espaço da antiga Fiat Lux. Todavia, o *Carrefour* cedeu para outra empresa do ramo de atacados, o *Atacadão*, no ano de 2024¹¹⁹, apesar desta empresa ter sido adquirida pela companhia francesa em 2007, 17 anos antes.

Podemos mencionar o encerramento da fábrica de cimentos Portland, sediada no bairro de Guaxindiba, nos limites entre São Gonçalo e Itaboraí, ocorrida em 1982, dentro do contexto de esvaziamento e enfraquecimento industriais, para operar em Cantagalo, bairro da Zona Oeste do estado do Rio de Janeiro; atualmente, a área se encontra abandonada.¹²⁰

¹¹⁸ Há diversos dados a respeito dos finados cinemas de rua de São Gonçalo apresentados por Maria Nelma Braga em *O município de São Gonçalo e sua história*.

¹¹⁹ Cf. MENDONÇA, Lívia. Fim de uma era: Carrefour de Neves fecha as portas e se prepara para virar Atacadão. **O São Gonçalo**, Rio de Janeiro, 31 mai. 2024. Disponível em: <https://www.osaogoncalo.com.br/geral/145375/fim-de-uma-era-carrefour-de-neves-fecha-as-portas-e-se-prepara-para- virar-atacado>. Acesso em: 10 jan. 2025.

¹²⁰ Em 1982, era inaugurada a fábrica de Cimento Mauá em Cantagalo. **Jornal da Região**, 24 fev. 2021. Disponível em: <https://jornaldaregiao.com/em-1982-era-inaugurada-a-fabrica-de-cimento-maua-em-cantagalo/>. Acesso em: 11 jan. 2025.

Com boa parte de sua planta industrial desativada, cujos casos podemos mencionar acima, claro está o processo de desindustrialização relativa de São Gonçalo se olharmos pela queda de pessoal ocupado nas indústrias, afinal, o encerramento de tais estabelecimentos fabris acarretou em uma abundância de desempregados, prontos para ocupar o exército industrial de reserva local. Igualmente é possível agregar a ótica da produção industrial, pois com uma quantidade reduzida de fábricas, as restantes, caso não se modernizassem e melhorassem seus meios de produção e técnicos, não seriam suficientes para devolver ao município o título de *Manchester Fluminense* conquistado na década de 1940.

Porém, a indústria de São Gonçalo e sua eventual crise entre 1970 e 1980 não são entendidas da mesma forma por José Honorato Lessa, de cuja autoria fora escrita a dissertação, em 2009, *A paisagem revelada: natureza da concentração industrial em São Gonçalo (RJ)- crise ou reestruturação da indústria local?*, transformada em livro quinze anos depois sob o título *A indústria gonçalense no século XX: origens e processos*, numa edição ampliada, porém, seus argumentos mais importantes são mantidos¹²¹.

Lessa, primeiramente, chama a atenção para uma particularidade muito interessante a respeito da concentração industrial gonçalense no distrito de Neves, a saber, a de que o esvaziamento fabril em alguns de seus bairros, como Neves e o Gradim, é generalizado para o conjunto do município, como se a parte explicasse o todo ou Neves explica São Gonçalo, numa espécie de lógica indutiva e empírica bastante limitada que pudesse compreender e explicar um processo tão complexo da desindustrialização num país semicolonial. Para além disto, ele chama a atenção para o limite temporal das pesquisas e estudos relacionados à indústria em São Gonçalo, as quais não ultrapassam os anos 1960, cujo resultado, segundo o autor, está em decretar a crise industrial local e ignorar todas as transformações ocorridas nas décadas subsequentes, e, outrossim, classifica alguns pesquisadores defensores da desindustrialização como a *corrente da crise*, como Cledir Ribeiro da Silva, Victor Leonardo Araújo de Melo, Adalton da Motta Mendonça.

Ora, não será nenhum equívoco “confessarmos o crime” de fazermos parte de tal corrente, afinal de contas, defendemos de maneira plausível a ocorrência da desindustrialização relativa no Brasil e no estado do Rio de Janeiro, assim como, iremos demonstrar claramente a ocorrência da desindustrialização em São Gonçalo e fazer com o que leitor entenda que não há nada de fortuito nisto, porém, veremos isto posteriormente.

¹²¹ Cf. LESSA, José Luís Honorato. *A indústria gonçalense no século XX: origens e processos*. 1 ed. São Gonçalo/RJ: Apologia Brasil, 2023.

O autor, por assim dizer, irá sustentar seu trabalho através do conceito de *reestruturação, diversificação e respacialização produtivas* em São Gonçalo, ao invés de uma assim chamada crise ou desindustrialização. Diga-se de passagem, Honorato Lessa, incrivelmente, nega a ocorrência da desindustrialização relativa nacional e estadual e, obviamente, a desconsidera quando analisa São Gonçalo. Estamos, neste sentido, de um típico caso de uma pesquisa ligada à Micro-História, corrente historiográfica fundada em meados do século passado por alguns pesquisadores italianos como Carlo Ginzburg (1939-) e Giovanni Levi (1939-), cujas obras mais reconhecidas são, respectivamente, *O queijo e os vermes* (1976) e *A herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII* (1985).

Não queremos e nem poderemos nos estender quanto a tal corrente, porém, podemos afirmar que, *grosso modo*, a Micro-História se pauta por uma “redução na escala” de pesquisa do historiador, ou seja, será estudado e analisado um grande evento histórico a partir de seus efeitos a uma vila, ou a uma cidade, ou até mesmo acontecimentos significativos em âmbito local, cujo exemplo a ser citado é a obra *O Carnaval de Romans* (1979), de Emmanuel Leroy Ladurie (1929-2023), na qual é estudado um massacre durante a realização de uma celebração carnavalesca no século XVI francês. Entrementes, a investigação principal dos micro-historiadores se baseia no *método indiciário* formulado por Ginzburg, em *Mitos, emblemas e sinais: morfologia e história*, o qual tem por finalidade encontrar indícios e sinais na documentação e fontes históricas relativas a épocas particulares e que sejam capazes de fazer com que o passado seja melhor compreendido, sendo aplicado em *Investigando Piero* (1985), na qual as pinturas do pintor italiano renascentista Piero Della Francesca (1415-1492) são tratadas segundo o *paradigma indiciário*.

Honorato Lessa, nesse sentido, se identifica com a abordagem da Micro-História ao fazer aquela redução de escala em sua pesquisa, no caso, o município de São Gonçalo e sua história industrial, porém, não encontramos qualquer manifestação de uso do paradigma indiciário em sua análise, o que não é um problema por si só, haja vista que tal paradigma não é necessário dentro das pesquisas da Micro-História¹²²; dito isto, é preciso voltar ao seu argumento sobre o parque industrial gonçalense; Lessa, munido de uma documentação ampla – censos do IBGE, dados do Ministério do Trabalho, do RAIS, do CAGED e afins – nos conduz pelo cenário de instalação de novas fábricas e estabelecimentos fabris por São Gonçalo voltados

¹²² Emmanuel Le Roy Ladurie (1929-2023), historiador pertencente à 3ª geração da Escola dos *Annales*, faz uso de métodos ligados à história serial (dados demográficos e estatísticos) ao estudar um episódio violento num carnaval na cidade de Romans durante o século XVI, projeto este ligado à Micro-História, mas sem fazer uso do método indiciário. Cf. LADURIE, Emmanuel Le Roy. *O carnaval de Romans*. São Paulo: Cia das Letras, 2002.

a setores ainda não desenvolvidos no município, como o químico-farmacêutico, o de alimentação e a confecção de jeans – indústria têxtil – os quais passam a operar em outras partes do município: há o Laboratório farmacêutico B. Braun e o Ranbaxi instalados no trecho Tribobó-Arsenal e diversos outros estabelecimentos voltados à produção de roupas, calçados e alimentos idem.¹²³

Segundo o próprio Lessa:

Neste sentido e ainda operando com dados do Ministério do Trabalho para os mesmos anos de 1985 e 1990 sobre: “Número de estabelecimento por subsetores e por números de funcionários”; “Quantidade de trabalhadores por setores” e ‘Quantidade de estabelecimento por três setores específicos’: Conclui-se que: a) o número de estabelecimento caracterizado por ‘indústria têxtil’ mais que triplicou entre 1985 e 1990; b) preponderância de pequenas e médias unidades industriais; c) os três setores com maior demanda de mão-de-obra são - indústria química, têxtil e de alimentos. Ora, estes são exatamente os ramos que se destacam na produção industrial local após a segunda metade do século XX (LESSA, 2018, p.12)

Com base na argumentação de Lessa, não houve qualquer indicio de desindustrialização ou crise na indústria de transformação de São Gonçalo, crise essa relativizada por Lessa, ignorando suas causas e, sobretudo, suas consequências à classe dos trabalhadores e, em específico os operários¹²⁴. São Gonçalo, neste sentido, assistiu, de um lado, à proliferação de inúmeras fábricas pequenas e médias voltadas ao setor de alimentos, tecidos e de químico-farmacêutico, este último o qual exige mais complexidade tecnológica e produtiva dentre todos os três apresentados, enquanto, de outro, manteve sua posição como relevante polo industrial no estado do Rio de Janeiro durante as décadas de 1980 e 1990. Segundo ele:

Como exercício “final”, convém apontar o Índice de Participação do Município (IPM) de 1990. Na ocasião o IPM da RMRJ era responsável por 74.20% no conjunto fluminense, sendo SG responsável por 1,9%. Este percentual correspondia a 5ª colocação da RMRJ, atrás da Capital (60,3%), Duque de Caxias (3,8%), Niterói (2,5%) e de Nova Iguaçu (2,2%) e a 7ª do Estado. Fora da RMRJ, São Gonçalo era superado por Volta Redonda (7,3%) e Petrópolis (2,0%). Por fim, há uma observação interessante a fazer e que pode ser atrelada a questão do IPM: embora não apresentasse números, o jornal *O Fluminense* em dada edição de 1990 atribuía a São Gonçalo a 7ª economia do Estado cuja atividade industrial passou a absorver 50% da mão-de-obra ativa local. Eis um ponto aberto às novas pesquisas. (LESSA, 2018, p.11)

Ora, não sabemos absolutamente como os dados acima não poderiam ocorrer sem haver uma desindustrialização relativa, aliás, o próprio ERJ já iria começar sua caminha de lento crescimento industrial nos anos seguintes a 1984, após a crise do setor naval da qual já falamos,

¹²³ LESSA, José Luís Honorato. «“Pioneira do progresso fluminense”: o caso da industrialização de São Gonçalo (RJ) no século XX», *Espaço e Economia* [Online], 12 | 2018. p.6.

¹²⁴ Mostramos, baseados no capítulo anterior, a inegável desindustrialização por que passou o estado do Rio de Janeiro nos anos 1980 e 1990, da mesma forma que haverá dados estatísticos que ilustram tal desindustrialização.

porém Lessa parece pouco interessando em relacionar a conjuntura estadual com a local de São Gonçalo, tampouco se aprofundar nas circunstâncias de instabilidade econômica da primeira.

Conforme demonstrou Juliana Luquez¹²⁵, boa parte dos estabelecimentos fabris abertos em São Gonçalo entre os anos 1980 e 1990, tidos por Lessa como evidência não de crise, mas, sim, de uma reestruturação produtiva local, integra aquilo que se chama de Arranjos Produtivos Locais (APLs) ou também *Clusters*, uma forma de organização empresarial baseada na cooperação entre empresas e o poder público pautada em uma dinâmica mais integrada a um padrão de acumulação flexível e não mais fordista. Luquez é precisa quando afirma:

Se a primeira reestruturação do espaço em São Gonçalo permitiu e orquestrou o desenvolvimento da função industrial; nessa segunda fase, entretanto, **observa-se o processo de desindustrialização como condição e resultado de novas relações sociais de produção: de cidade industrial à cidade dormitório. Alguns autores, como Lessa (2009), defendem a negação da desindustrialização de São Gonçalo no pós-1960**, porque consideram o surgimento e a consolidação de ramos industriais, tais como o de **confecção (indústria da moda)**, como um dos mais importantes na dinâmica produtiva de São Gonçalo desde então. **Lessa (2009) não parece considerar que esse ramo industrial é, entretanto, um dos mais afetados pela reestruturação produtiva. Se considerarmos, por exemplo, o número de confecções da indústria da moda na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, São Gonçalo figura o segundo lugar (3.690 empresas cadastradas no setor têxtil e confecções), de acordo com a Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (Firjan). Porém, essa atividade vem sendo desenvolvida sob a forma dos chamados Arranjos Produtivos Locais (APL) que, articulados fortemente aos interesses dos empresários e organizado por meio de um aparato legal e com forte apoio estatal, reorienta as relações sociais de produção que são mais flexíveis para o modelo de acumulação e possuem também uma dimensão territorial racional e competitiva.** (LUQUEZ, 2020, p.13-14, grifos nossos)¹²⁶

Antes de nos aprofundarmos, em seguida, nessa complexa relação entre desindustrialização, reestruturação produtiva e acumulação flexível, devemos provar, seguindo nosso anúncio feito anteriormente, a ocorrência da desindustrialização relativa em São Gonçalo.

Geralmente existem sete indicadores disponíveis para que possam fazer um cálculo da desindustrialização de qualquer local – um município, uma região, um estado e um país-, a saber:¹²⁷

¹²⁵ Cf. LUQUEZ, Juliana. A potencialidade do conceito de reestruturação na análise espacial de São Gonçalo, Rio de Janeiro: pensar a cidade, pensar sua produção. *Boletim Goiano de Geografia*, v. 40, p. 1-22, 2020.

¹²⁶ Cabe, em relação ao excerto, esclarecer o seguinte: a indústria têxtil, setor bastante proeminente em São Gonçalo conforme veremos, lida com todo o processo de produção têxtil e artigos de vestuário, da matéria-prima até a elaboração final do produto. As fábricas de confecção de jeans, por exemplo, são uma parte deste setor, um elo numa cadeia muito maior. Queremos afirmar, em suma, que as fábricas têxteis fazem parte do setor, porém, não o são como um todo.

¹²⁷ Cf. CAMPOS, Thales Henrique Silva. *Uma análise do processo de desindustrialização na microrregião de Divinópolis (MG) no período 2011-2020*. Uberlândia: UFU, 2023. p.29.

1. **Participação da indústria de transformação no PIB e no Pessoal Ocupado:** o PIB é a soma de todos os bens e serviços produzidos dentro de um território em um dado período de tempo, enquanto o PO diz respeito ao número de pessoas ocupadas com ou sem vínculo empregatício.
2. **Valor Adicionado Industrial (VA):** é a diferença entre o valor bruto da produção e o consumo intermediário (gastos de produção).
3. **Valor Bruto da Produção Industrial (VBPI):** é a soma do valor de vendas de produtos e serviços industriais (receita líquida industrial), variação dos estoques dos produtos acabados e em elaboração, e produção própria realizada para o ativo imobilizado.
4. **Valor da Transformação Industrial (VTI):** diferença entre o valor bruto da produção industrial e os custos das operações industriais.
5. **Razão entre VTI e VBPI:** proporção de valor agregado transformado pelas atividades industriais.
6. **Índice de Desindustrialização Relativa Regional (DDR):** desempenho industrial relativo de determinada região em relação ao país ou à região de referência;
7. **Participação das exportações e importações industriais no comércio exterior;**

A equação, primeiramente formulada, é esta:

Figura 22- Equação do DDR

$$DDR_{(RE)} = \frac{VBPI_{t+n}}{VBPI_t} \Bigg/ \frac{VBPI_{t+n}}{VBPI_t} \Bigg|_{(RR)}$$

Fonte: Campos, 2023, p.30.

Há, no entanto, a problemática relacionada a ambos os indicadores: o VBPI, assim como o VTI, não leva em consideração as variações do câmbio durante determinado corte cronológico, o que, neste sentido, faz com que os resultados obtidos pela equação não sejam bastante seguros para fundamentarmos nossa análise. Logo, optaremos pela mesma equação com os seguintes indicadores:

Figura 13- Segunda equação do DDR

$$DDR_{VA(RE)} = \frac{\frac{VA_{t+n}}{VA_t (RE)}}{\frac{VA_{t+n}}{VA_t (RR)}}$$

$$DDR_{PO(RE)} = \frac{\frac{PO_{t+n}}{PO_t (RE)}}{\frac{PO_{t+n}}{PO_t (RR)}}$$

Fonte: Campos, 2023, p.30.

Optamos, assim, pelo Valor Adicionado Industrial (VA) e Pessoal Ocupado (PO) por serem indicadores mais confiáveis e para os quais temos documentação disponível com que trabalhar. O leitor, então, poderá entender a desindustrialização relativa melhor a partir de tais indicadores industriais. Além disto, é necessário explicar alguns detalhes: *RE* é Região de Estudo – São Gonçalo em nosso caso – e *RR* é Região de Referência – pode ser outro município, uma micro ou mesorregião, um estado ou um país, e escolhemos o estado do Rio de Janeiro – assim como, são possíveis três resultados distintos atingidos ao realizarmos a equação, quais sejam $DDR < 1$, $DDR > 1$ e $DDR = 1$.

Mas o que significam todos eles? DDR menor que 1 indica desindustrialização relativa, isto é, taxa de crescimento do produto industrial menor que a região de referência, DDR maior que 1 ocorre o oposto, logo uma industrialização relativa. Já igual a 1 indica ausência de perda ou ganho relativo. Porém, uma vez que escolhemos o VA e o PO em nossa equação, esses resultados devem ser pensados em relação a tais indicadores, e não ao VBPI ou o VTI. Igualmente há o corte do período temporal representado pelas letras “t” e “n” na equação. Queremos calcular o DDR do Pessoal Ocupado com base em três temporalidades distintas:

- 1º período: “t” é 1985 e “t + n” é 2000
- 2º período: “t” é 1985 e “t+ n” é 1990
- 3º período: “t” é 1990 e “t + n” é 2000

Quanto ao VA industrial, nosso recorte sofre uma pequena alteração, haja vista que não encontramos o valor adicionado para 1990 em São Gonçalo, logo tivemos de trabalhar com o

ano de 1996 o qual irá substituir o de 1990 na primeira equação. Logo, nossos intervalos assim se mostram:

- 1º período: “t” é 1985 e “t + n” é 2000
- 2º período: “t” é 1985 e “t+ n” é 1996
- 3º período: “t” é 1996 e “t + n” é 2000

Decidimos por tal recorte de uma década e meia por, primeiramente, abranger o período de nosso objeto de pesquisa, por envolver o período de pior momento da indústria fluminense, muito relevante à nossa hipótese, e, acima de tudo, por dispormos de documentação disponível e confiável para que possamos realizar a equação. Dito isto, podemos começar com o Pessoal Empregado nas indústrias e eis uma amostra de sua quantidade na época supracitada:

Tabela 7- Pessoal ocupado nas indústrias em São Gonçalo e no ERJ (1985-2000)

	1985	1990	1995	2000	Δ% 1985-2000
São Gonçalo	12.378	12.937	12.077	13.953	12,72%
Rio de Janeiro	586.880	586.832	448.831	352.849	-39,87%

Fonte: Elaboração do autor com base na RAIS.

Começamos por São Gonçalo entre 1985 e 2000, nosso primeiro recorte. É notável, do ponto de vista do Pessoal Ocupado, que o município de São Gonçalo passou por uma *industrialização relativa* no curso de três décadas, cujo resultado chegou a 1,98, maior que 1 conforme explicado. Entre 1985 e 2000, houve um pequeno aumento na quantidade de empregados, numa taxa de 12,72%. Em relação ao grau de *industrialização relativa* para os intervalos seguintes, 1985 a 1990 e 1990 a 2000, chegamos aos resultados de, respectivamente, 1,05 e 1,78, isto é, São Gonçalo obteve taxas de industrialização relativa quanto ao Pessoal Ocupado no segundo intervalo e as manteve entre 1990 e 2000.

Se, por um lado, São Gonçalo apresentou índices que comprovam o processo de industrialização relativa, quanto ao Valor Adicionado a situação não procede da mesma forma. Deste modo, chegamos ao momento em que comprovaremos a ocorrência da desindustrialização relativa e, igualmente, demonstrar a fragilidade da interpretação de Lessa a respeito do parque industrial de São Gonçalo. Vejamos, portanto, o VA industrial de São Gonçalo e do estado do Rio de Janeiro entre os anos supracitados.

Tabela 8- Valor adicionado industrial de São Gonçalo e do ERJ (1970-2000)

	1970	1975	1980	1985	1996	2000
São Gonçalo	R\$ 812.756,75	R\$1.361.265,61	R\$1.821.778,19	R\$2.040.723,95	R\$1.339.501,01	R\$1.394.650,86
Rio de Janeiro	R\$30.266.609,05	R\$50.264.534,62	R\$83.789.613,96	R\$111.726.455,69	R\$85.247.447,57	R\$134.315.696,46

Fonte: Elaboração do autor com base no IPEA/DATA.

Ao analisarmos todo o primeiro intervalo, São Gonçalo apresenta um DDR de 0,59, menor do que o estado do Rio de Janeiro na mesma época, logo passou por um inequívoco processo de *desindustrialização relativa* tal como explicamos alguns parágrafos acima. Aqui, portanto, temos uma prova cabal de que, sim, o parque industrial de São Gonçalo, ao menos no Valor adicionado industrial, deixou de crescer e se desenvolver, porém, cabe ainda tratar dos outros intervalos traçados por nós. Entre 1985 e 1996 São Gonçalo apresenta um índice de 0,90, evidência de uma desindustrialização relativa, contra 0,66 entre 1996 e 2000, resultado bastante negativo, porém, nada surpreendente se tivermos em mente os problemas por que passou a estrutura industrial fluminense e, especialmente, a gonçalense nesta uma década e meia.

Tabela 9- Índice de Desindustrialização Relativa Regional de São Gonçalo (1985-2000)

DRR PO indústria			DRR VA indústria		
1985-2000	1985-1990	1990-2000	1985-2000	1985-1996	1996-2000
1,86	1,05	1,78	0,59	0,90	0,66

Fonte: Elaboração do autor com base em cálculos feitos a partir dos dados do IPEA/DATA e na RAIS.

De maneira geral, os dados obtidos para o PO e o VA indicam uma *industrialização relativa* em São Gonçalo para a queda em empregos fabris e uma *desindustrialização relativa* na participação industrial do município, indicando que o parque industrial local não cresceu mais que a região de referência, o Estado do Rio de Janeiro. Entretanto, há indícios de uma *industrialização relativa* para o PO entre os anos 1980 e 1990, apesar do cenário de crise e

instabilidade econômica, o que se revela uma enorme surpresa para nós, da mesma forma que, em 15 anos, o parque industrial se encontra em queda, especialmente entre 1996 e 2000. Disto, podemos afirmar a existência, entre 1985 e 1990, de um *aumento de empregados nas fábricas locais concomitante ao declínio da participação industrial gonçalense*.

Desta forma, podemos ver a debilidade da interpretação de Lessa mencionada anteriormente, afinal, São Gonçalo, através dos cálculos que fizemos, enfrentou um processo de desindustrialização relativa no VA entre 1985 e 2000, o que, neste sentido, justificará a própria reestruturação produtiva das forças produtivas municipais em meio a um cenário de crise, esvaziamento industrial e declínio fabril. A respeito da reestruturação produtiva em ocorrência no Brasil, Paulo Sérgio Tumolo ¹²⁸ ressalta, mormente, seu caráter de novidade enquanto um fenômeno no interior do capitalismo, e especialmente no capitalismo brasileiro, bem como o fato de muitas pesquisas a respeito da reestruturação produtiva serem, por assim dizer, recentes, datando segundo ele dos anos 1980 em diante.

Além disto, ele destaca a ausência de consensos nos estudos sobre a desindustrialização em termos de metodologia e teoria, apenas havendo uma “heterogeneidade generalizada”, de um lado, entre as empresas – e até mesmo dentro delas – e, um dos aspectos mais interessantes, há a “congruência” quanto às relações de trabalho e as sindicais, pois o autor afirma que as pesquisas apontam para a intensificação do ritmo de trabalho, da diminuição dos postos de trabalho, assim como as empresas e companhias estão comprometidas com o afastamento e neutralização dos sindicatos e rebaixamento dos salários da classe trabalhadora.¹²⁹

Se levarmos em conta as transformações no modo de acumulação capitalista a partir das décadas de 1970 e 1980 nos países avançados, as observações acima encontram eco na própria declaração publicitária da Nissan quando alegou que não haveria mais funcionários ou empregados nas fábricas, mas, sim, “colaboradores”¹³⁰, isto é, a própria linguagem se torna um valioso instrumento para ocultar a exploração promovida pelo capital industrial. Quanto ao Brasil particularmente, o advento da reestruturação produtiva se dá numa situação muitíssima desfavorável aos trabalhadores e, sobretudo, os operários, uma vez que a Ditadura Civil-Militar se prolongou por quase duas décadas e meia cuja política econômica, ainda que voltada ao

¹²⁸ Cf. TUMOLO, Paulo Sérgio Tumolo. Reestruturação produtiva no Brasil: um balanço crítico introdutório da produção bibliográfica. *Educação e Sociedade*, ano XXII, nº 77, Dezembro/2001.

¹²⁹ Ibid. p.73.

¹³⁰ Cf. TEIXEIRA, Francisco José Soares. *Pensando com Marx: uma leitura crítico-comentada de O Capital*. São Paulo: Editora Ensaio, 1995. p.26.

desenvolvimento nacional até os anos 1970, se empenhou em aumentar as desigualdades sociais e econômicas entre as classes dominantes e trabalhadoras por meio dos arrochos salariais, concentração de riqueza e etc.¹³¹

As pesquisas quanto à reestruturação produtiva no Brasil, para além do que já dissemos, apresentam ainda a característica de serem realizadas como estudos de caso, a qual classifica de maneira certa o trabalho de Lessa sobre a situação do parque industrial de São Gonçalo durante os anos 1980 e 1990, sem um estudo aprofundado a respeito da desindustrialização do Rio de Janeiro e do Brasil, tipicamente, como dissemos, uma pesquisa vinculada à Micro-História. Tumolo elenca três posturas a respeito da reestruturação produtiva no Brasil por parte de seus estudiosos, a saber, aqueles que descrevem o processo sem quaisquer posicionamentos; os que, em menor número, declaram a favor e são entusiastas do processo; e também há os pensadores mais críticos, sem concordância entre si, e ao mesmo tempo desejam que a reestruturação produtiva seja diferente e benéfica a todo o mundo.¹³²

Não é nenhum segredo que Honorato Lessa, apesar de não ter feito suas pesquisas concomitantemente ao levantamento de Tumolo, ficará entre aqueles estudiosos que enxergam a reestruturação produtiva com bons olhos. Mas por quê? Ora, Lessa, primeiramente, se empenha em negar qualquer indício de desindustrialização em São Gonçalo, defensor mais de um esvaziamento industrial centrado em Neves e, em segundo lugar, Lessa também defende, a partir de documentação empírica, que as indústrias existentes em São Gonçalo pós 1960 e 1970 não surgiram num contexto de desindustrialização, mas também foram responsáveis por manter o parque industrial local como um dos mais importantes e produtivos da região metropolitana do Rio de Janeiro, Aqui estão, acreditamos, todas as provas para mostrar o posicionamento favorável de Lessa quanto à reestruturação produtiva.

Porém, surpreendentemente Lessa parece se contradizer com sua pesquisa quando afirma:

Mas, em meio tudo isso, o tom progressista da imprensa regional pareceu negligenciar outros elementos. O advento da indústria expôs o crescimento demográfico e alta taxa de urbanização não acompanhada pelo crescimento da força de trabalho empregada nas atividades industriais. Sendo assim, em São Gonçalo não passou imune: o inchaço populacional, agudização socioeconômica, exploração da mão de obra, mudanças na ocupação do solo, precarização das moradias, atividades

¹³¹ Eis um dado relacionado a como os militares e civis por trás do governo ditatorial foram responsáveis pelo aumento pouco expressivo dos trabalhadores: em 1984, os trabalhadores de salário mínimo precisavam 60% de horas a mais para comprar os mesmos bens contidos na cesta básica de 1963, relevando que a ditadura desvalorizou o preço da força de trabalho e explorou perversamente os trabalhadores. A informação fora levantada por Edmilson Costa em *A política salarial no Brasil* e citada por Lisandro Braga em *A classe em farrapos*.

¹³² TUMOLO, Paulo Sérgio. Reestruturação produtiva no Brasil: um balanço crítico introdutório da produção bibliográfica. *Educação e Sociedade*, ano XXII, nº 77, Dezembro/2001, p.74.

informais, sistema de transporte insuficiente, precária estrutura de serviços públicos em educação, saúde e saneamento, dentre outros exemplos indesejáveis. **A acumulação capitalista reproduziu similaridades nestas bandas cujo progresso conservador acinzentou. No fundo, tratava-se de mais um projeto hegemônico da classe burguesa.** (LESSA, 2023, p.206, grifos nossos)

Perguntamo-nos o motivo pelo qual Lessa deixou de realizar a mesma problematização enquanto descrevia o processo de reestruturação produtiva em São Gonçalo, quando, na verdade, deveria trazer à tona a presença dos capitalistas individuais e dos operários que, como bem sabemos, têm interesses e anseios completamente antagônicos entre si, da mesma forma, se encontram, maneira *imediate*, num cenário marcado pela luta de classes, isto é, o contraste no interior do processo de produção. Terá Lessa acreditado em uma possível “parceria” entre proletários e capitalistas em São Gonçalo durante a reestruturação produtiva?...

Podemos, ainda, mostrar ainda mais deficiências a respeito de seu trabalho negador da desindustrialização em São Gonçalo ao apresentar o grau de instrução dos operários em meio ao que Lessa chama de reestruturação produtiva. Contudo, iremos escolher especificamente os setores mais significativos apontados por Lessa e que também podemos conferir na pesquisa, a saber, o de alimentos, o químico e o têxtil.

Tabela 10- Instrução média dos operários dos principais setores industriais (1985-1990)

	Têxtil	Alimentos	Químicos
4ª série completo	545,5	1.364	1.403
2º grau completo	188,6	204,5	466,16
Superior completo	11,6	41,83	192,5

Fonte: RAIS (1985-1990).

A partir do cálculo realizado por nós acima, está clara a precária formação intelectual dos operários empregados nos estabelecimentos fabris dos três maiores setores do parque industrial gonçalense entre 1985 e 1990, cuja maioria é formado por trabalhadores apenas com a 4ª série completa, muito aquém do que se espera para a indústria de transformação, a mais importante quanto ao crescimento e desenvolvimento econômicos. Havia casos, por exemplo, como os dados relativos a 1988 em que, pasmem, a quantidade de analfabetos superava a de trabalhadores com diploma superior!

Se lembrarmos de que, segundo o Censo de 1991, a taxa de frequência de alunos no Ensino Superior era de apenas 3,57%, um pouco menor do que a nacional, com 4,28%, não é

surpresa alguma a pouca quantidade de graduados entre os trabalhadores das indústrias têxteis, alimentícias e químicas, essa última, particularmente, apresentando as maiores médias entre todos os graus de qualificação em virtude de ser do tipo de alta intensidade tecnológica, isto é, com maiores investimentos e que proporcionam, sobretudo nos países centrais do capitalismo, elevados níveis de renda e afins.

Com base nisto, se torna necessário apresentar a própria configuração das indústrias em São Gonçalo a partir da intensidade tecnológica a partir do grupo de categorias apresentado pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), as quais são *Baixa Intensidade, Média-baixa Intensidade, Média Intensidade, Média-alta intensidade e Alta Intensidade*. Como veremos a seguir, São Gonçalo se encontrou numa situação similar à do estado do Rio de Janeiro ao fim dos anos 1990 em meio ao avanço do neoliberalismo, da abertura econômica e do mercado autorregulado.

Tabela 11 - Tipos de indústrias em São Gonçalo por intensidade tecnológica (1985-1990)

	Baixa	Média-baixa intensidade	Média	Média-alta intensidade	Alta intensidade
1985	-	51,27%	34,57%	5,33%	8,58%
1986	-	58,15%	29,60%	4,96%	7,26%
1987	-	57,83%	29,94%	4,41%	7,76%
1988	-	58,42%	28,37%	5,15%	8,04%
1989	-	58,45%	28,93%	4,87%	7,73%
1990	-	59,89%	27,39%	4,58%	8,12%

Fonte: Elaboração do autor com base nos dados do RAIS (1985 a 1990).

Tabela 12 - Tipos de indústrias em São Gonçalo por intensidade tecnológica (1991-2000)

	Baixa	Média baixa intensidade	Média	Média-alta intensidade	Alta intensidade
1991	-	59,37%	27,71%	5,02%	7,88%

1992	-	59,72%	26,69%	5,40%	8,17%
1993	-	58,97%	26,35%	5,43%	9,22%
1994	-	54,92%	24,20%	10,51%	10,35%
1995	-	60,38%	22,24%	7,14%	10,22%
1996	-	60,21%	21,81%	6,14%	11,82%
1997	-	61,69%	22,92%	5,07%	10,30%
1998	-	60,87%	24,10%	5,47%	9,54%
1999	-	57,96%	26,59%	5,73%	9,71%
2000	-	57,16%	28,50%	5,10%	9,39%

Fonte: Elaboração do autor com base nos dados do RAIS (1991 a 2000).

O parque industrial de São Gonçalo na década de 1990, trilhando o mesmo caminho da indústria fluminense, está dominado por empresas e estabelecimentos fabris de *Média-baixa intensidade tecnológica*, o que significa que as áreas líderes no segmento de indústria de transformação são aqueles com menores investimentos e pouca complexidade, exceto o setor químico-farmacêutico, o único de *alta intensidade* existente em São Gonçalo e que corresponde a todos os índices listados acima. Mais especificamente, o setor de consumo fora hegemônico no município, especialmente ambos os segmentos – os de consumo duráveis e não duráveis – como, já mencionado, o de produção de alimentos e bebidas junto ao têxtil e confecção e de calçados. É, mais uma vez, a dominação da indústria leve entre a produção nacional, orientada a manufaturas a serem adquiridas e consumidas com maior velocidade e com mais frequência.

Seria preciso, caso o parque industrial de São Gonçalo quisesse ajudar a indústria tanto estadual quanto nacional em termos de competitividade no mercado mundial, uma grande soma de investimentos e fomentos para que os setores de *alta intensidade tecnológica* se instalassem na cidade, como fabricação de equipamentos eletrônicos, informática, máquinas, em suma, indústria de bens de capital de ponta, porém, a análise de Lessa é incapaz de ver que a reestruturação produtiva em São Gonçalo não modificou os principais segmentos da indústria leve predominantes no município.

Outrossim, Lessa comete um enorme pecado quando toma partido da interpretação a favor da reestruturação produtiva, qual seja, somente dar ênfase à produção. Terá ele se esquecido que, na sociedade capitalista industrial, a produção de riquezas é sucedida pela distribuição das mesmas, as quais, em nenhum momento, são divididas pela classe trabalhadora,

mas, sim, ficam com uma fatia ínfima do que produziram, sob o título de “salário” gerado pelo capital variável? As palavras de Jorge Grespan¹³³ se tornam, neste sentido, bastante necessárias:

Aliás, é interessante pontuar que, quando um comerciante vende um produto por um valor mais alto, ocorre o que se chama de jogo de soma zero, porque o que ganha corresponde ao que o comprador perde e, no todo, nada se cria. Não há produção de valor novo para a sociedade. E o mesmo se passa em relação aos juros. Contudo, o caso da sociedade industrial é distinto, porque há a geração de um valor novo materializado em mercadorias – camisas, automóveis ou serviços. **A exploração do trabalho que produz essas mercadorias ou realiza esses serviços deixa, de fato, a sociedade mais rica – ou melhor, produz valor para os capitalistas. Isso não significa, no entanto, que essa riqueza será bem distribuída. Porque, no capitalismo, os trabalhadores não ganham tudo aquilo que produzem, apenas o salário que lhes cabe. A diferença entre o valor do produto e o salário fica com o capitalista. E o capital é justamente esse valor que se valoriza. Quem criou o valor foi a força de trabalho; mas, como o capitalista compra essa força, passa a ser o proprietário daquilo que o trabalhador produziu. É como se o capital pudesse se autovalorizar.** (GRESPLAN, 2015, p.144, grifos nossos)

Desta forma, evidente está que Honorato Lessa ignora que a reestruturação produtiva no parque industrial de São Gonçalo jamais significou e, nem poderia significar, uma melhoria de vida à classe trabalhadora lá empregada, pois somente o capital e seus agentes, os capitalistas, é quem iriam sair beneficiados de tal processo¹³⁴. Aliás, a própria documentação relativa à época, anos 1980 e 1990, confirma que São Gonçalo se tornou um município bastante desigual com base na distribuição de riquezas. Vejamos:

Tabela 13- Distribuição de riqueza em São Gonçalo (1991-2000)

Taxa da riqueza apropriada pelos 80% mais pobres (1991)	Taxa da riqueza apropriada pelos 20% mais ricos (1991)	Taxa da riqueza apropriada pelos 80% mais pobres (2000)	Taxa da riqueza apropriada pelos 20% mais ricos (2000)
48,1%	51,9%	47%	53%

Fonte: SOUZA, 2005.

Quando observamos que em 1980 o PIB relativo ao município de São Gonçalo foi de R\$4.833.326,26, saberemos que os 20% mais ricos retiveram para si R\$2.513.329.65 e passada uma década, com o PIB em R\$9.344.569,23, o mesmo grupo abocanhava R\$4.952.621, 69, e isto para uma população em crescimento entre ambas as décadas, afinal, saltou de 635.026 para 805.123 habitantes, porém o crescimento demográfico não fora acompanhado por uma justa distribuição de riquezas.

¹³³ Cf. GRESPLAN, Jorge. Crítica da economia política, por Karl Marx. In: NETTO, José Paulo (org.). *Curso Livre Marx-Engels: a criação destruidora*. São Paulo: Boitempo, Carta Maior, 2015.

¹³⁴ Não nos esqueçamos que os capitalistas não passam, como bem observou Marx, de “personificação do capital”, isto é, seguem seu capital para quaisquer lugares em que ele encontrará condições de se valorizar.

Outro indicador interessante para seguirmos a desigualdade em São Gonçalo está no Índice de Gini segundo o qual o número 0 representa maior igualdade entre ricos e pobres, enquanto 1 é o seu completo oposto, ou seja, maior fosso entre ambas as classes sociais em um determinado local. Em São Gonçalo, particularmente, encontramos segundo o Atlas Do Desenvolvimento Humano Municipal um índice de 0,47 em 1991 e 0,49, revelando uma relativa desigualdade entre ricos e pobres, mas nada comparado à situação do estado do Rio de Janeiro, cujo índice era de 0,61, um pouco alta, porém, não é surpreendente se lembrarmos que os anos 1980 e 1990, especialmente esse último, foram marcados pela predominância do mercado autorregulado dentro do capitalismo internacional.

Contudo, o estado do Rio de Janeiro, mais desigual, apresentava nos mesmos anos uma renda *per capita* superior à de São Gonçalo, com, respectivamente, R\$312 e R\$413,9 contra R\$198,7 em 1991 e R\$268,8 em 2000. A renda *per capita* de São Gonçalo não estava muito distante do salário mínimo nominal brasileiro no ano de 2000, que começou em R\$136,00 e aumentou para R\$151, apenas de 11% em 11 meses. Da mesma forma, podemos destacar o percentual de pobres em São Gonçalo, o qual, surpreendentemente, decaiu entre 1991 e 2000 – 24,4% para 18,9% - contudo, não nos esqueçamos esta queda veio junto à concentração de riqueza ocorrida no mesmo intervalo, isto é, a proporção de pobres até abaixou sem qualquer tipo de distribuição mais justa para o conjunto da população gonçalense à época.

Outro indicador relacionado com a desindustrialização relativa são as taxas de desemprego. São Gonçalo partiu de uma taxa baixa de desempregados em 1991, com apenas 6,8%, para chegar a ter 17,3% de sua população fora do mercado de trabalho, presente no exército industrial de reserva, porém, a situação se torna ainda mais dramática quando fazemos um breve recorte racial local quanto ao desemprego, donde notamos o aumento da desigualdade entre brancos e negros em São Gonçalo, uma vez que os primeiros em 1991 eram 6,8% e 17,3% em 2000, enquanto a gente negra saltou de 6,7% para 20,3% na década seguinte¹³⁵. Podemos recorrer a um recorte sexual da mesma forma, em que entre os homens jovens de 16 e 17 anos o desemprego estavam em 51,6% e as mulheres jovens de mesma idade ficavam com 42,7% para o ano de 2000, ao passo que as mulheres lideram na faixa etária de 18 a 24 anos com 33,7% e o desemprego entre os jovens homens era de 22,5%.

Entretanto, não queremos de forma alguma minimizar a importância das classes sociais tampouco da luta de classes presentes em meio ao cenário de desindustrialização e crise em São

¹³⁵ Cf. PINHO, Osmundo de Araújo. “A vida em que vivemos”: raça, gênero e modernidade em São Gonçalo. *Revista Estudos Feministas*, v. 14, p. 169-198, 2006.

Gonçalo, apenas ressaltar o fato de que, durante certos momentos, as diferenças de raça e gênero se tornam muito mais preocupantes e decisivas do que as classes sociais. Assim, acompanhamos o que Machado¹³⁶ alega ao apontar os perigos de se autonomizar as classes sociais contra, curiosamente, a autonomização das particularidades – oriundas de orientação sexual, de gênero, nacionais, regionais, locais, raciais – bem como, no capitalismo e nos modos de produção anteriores a ele, as classes sociais são, na maioria dos casos, *estruturais*, isto é, existem objetivamente e participam da produção coletiva enquanto aqueles detentores e não possuidores dos meios de produção, relação na qual os primeiros exploram os segundos.¹³⁷

Uma vez que tratamos a respeito da desindustrialização relativa e a reestruturação positiva em São Gonçalo, é mister falarmos do seu significado histórico, da sua essência mais fundamental, qual seja, a passagem do modo de acumulação fordista para o que alguns estudiosos marxistas, como David Harvey¹³⁸, chamam de regime de acumulação pós-fordista ou *flexível*. Antes de explicarmos o que é a acumulação flexível, acompanhamos, em primeiro lugar, o raciocínio segundo o qual a crise econômica no mundo capitalista nos anos 1970, da qual falamos anteriormente, sepultou o Estado de Bem-estar social ou a política econômica keynesiana nos países mais avançados – Estados Unidos da América e Inglaterra, e o modelo de substituição de importações praticado por diversas nações semicoloniais e de industrialização recente, tal como o Brasil.

Em meio ao cenário de instabilidade econômica na produção, nas finanças e no comércio mundial, no qual a queda das taxas de lucro dos capitalistas empurra-os em direção à bancarrota, se dá o nascimento do pós-fordismo enquanto regime de acumulação durante as décadas de 1970 e 1980. Harvey, por exemplo, defende que o fordismo, muito popular nos Estados Unidos, era caracterizado por seu um modelo rígido em demasia, rigidez essa que ultrapassava os limites da produção e se fazia presente em investimentos, nos mercados e afins. Somente uma crise econômica poderia dar a fim à inflexibilidade do fordismo, e esta aconteceu e, nesse sentido, o fordismo e sua rigidez foram substituídos pela “acumulação flexível”.

Harvey, então, argumenta a respeito desta nova modalidade de acumulação, doravante pautada, como seu título indica, pela flexibilidade nos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo, surgimento de setores produtivos, novas formas

¹³⁶ MACHADO, Gustavo. *Marx e a história: das particularidades nacionais à universalidade da revolução socialista*. São Paulo: Sundermann, 2022. p. 29.

¹³⁷ Cf. HEINRICH, Michael. *Introdução a O capital de Karl Marx*. São Paulo: Boitempo, 2024.

¹³⁸ HARVEY, David. *A condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 1992.

de fornecimento de serviços financeiros, mais mercados novos e altas taxas de inovação comercial, tecnológica e na organização do trabalho; a nova forma de acumulação também está ligada a rápidas modificações dos padrões de desenvolvimento desigual, seja intersetorial ou geograficamente, fazendo com o setor de serviços seja o mais empregador, além do fato de novos setores industriais serem estabelecidos em locais com ínfimos índices de industrialização.¹³⁹

É extremamente dificultoso seguir, com muitos detalhes, a passagem do modo de acumulação fordista para o flexível a nível local, no caso, São Gonçalo entre os anos 1980 e 1990, afinal de contas, tais transformações não são percebidas de maneira simples, apesar do distanciamento temporal de que dispomos. Tampouco, graças às lacunas nas documentações – em especial devido ao fim dos censos industriais em 1985 e à nulidade de detalhes nas Pesquisas Industriais Anuais – não poderemos calcular as taxas de exploração dos operários em São Gonçalo, sobretudo, nos setores de alimentação, têxtil e de química, aqueles que mais empregam no município entre os anos 1980 e 1990. Contudo, há um elemento com o qual podemos trabalhar, o tipo de vínculos apresentado pela documentação referente aos operários empregados no parque industrial gonçalense entre 1985 e 2001.

Ao nos depararmos com os dados oferecidos pela Relação Anual de Informações Sociais (RAIS)¹⁴⁰, optamos por buscar as ocorrências para o vínculo “temporário”, em que são classificados os trabalhadores temporários de acordo com a Lei nr. 6.019, de 3 janeiro de 1974, para a indústria de transformação e também os setores de comércio e serviços, aqueles que mais empregaram depois das fábricas. No primeiro intervalo estabelecido, 1985 a 1990, encontramos 88 operários temporários na indústria de transformação, 6 em Comércio e 539 em Serviços; no segundo, 1991 a 1995, foram 37 temporários no setor industrial, 7 em Comércio e 621 em Serviços. Por fim, o intervalo final, 1996 a 2001, nos mostrou que havia 27 operários temporários, 48 empregados temporários empregados no setor comercial e 355 empregados em Serviços.

Disto, podemos afirmar que, mormente, o setor industrial, mesmo passando por uma desindustrialização relativa entre 1985 e 2000, empregou mais trabalhadores com carteira assinada, cuja quantidade para o mesmo intervalo se manteve acima dos dez mil operários, e, em segundo lugar, o setor de serviços fora, além daquele com o maior número de empregados, o que mais teve funcionários temporários entre suas fileiras. Do primeiro intervalo ao segundo

¹³⁹ HARVEY, David. *A condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 1992. p.140.

¹⁴⁰ O link para o sítio tanto do RAIS quanto do CAGED é <https://bi.mte.gov.br/bgcaged/rais.php>.

houve um aumento de 15,21% nos postos temporários e do segundo para o último há uma queda de 42,83%.

Além disto, tanto o setor de comércio como o de serviços mantiveram boa parte de seus empregados como trabalhadores de carteira assinada, chegando a passar os vinte e mil funcionários, demonstrando que São Gonçalo era, a partir de pelo menos os anos 1980, um município dominado pelo capital prestador de serviços junto ao capital comercial entre os quais coexiste uma indústria leve, voltada à produção de bens de consumo duráveis e não duráveis e, portanto, de uma intensidade tecnológica muito aquém para chamar de pujante e competitiva.

Tabela 14- PIB municipal para o setor de serviços de São Gonçalo (1970-2000)

	1970	1975	1980	1985	1996	1999	2000
São Gonçalo	R\$1.450.489,54	R\$2.372.519,08	R\$3.001.408,04	R\$3.152.014,05	R\$4.990.636,23	R\$4.903.324,14	R\$4.728.497,54

Fonte: IPEA/DATA, IBGE, IPEA, Sistema de Contas Regionais.

Em primeiro lugar, devemos destacar o crescimento de 402,41% do capital prestador de serviços em três décadas no município de São Gonçalo, contra 71,59% das indústrias durante o mesmo recorte temporal. Em uma década – 1970 a 1985- o setor de serviços apresentou um aumento 117,30%, não superado pelo próximo intervalo – 1985 a 2000- com uma taxa de 50%, ao passo que o capital industrial apresentou o aumento de 124,14% e a queda de 31,65% nos últimos quinze anos do século passado. Em segundo lugar, claro deve ficar o predomínio do cenário industrial, na cidade de São Gonçalo, entre 1970 e 1985, somente superado a partir, como não poderia deixar de ser, dos anos 1980, em meio ao cenário de *desindustrialização relativa*, quando o capital prestador de serviços assumia o protagonismo até os dias atuais, isto é, haverá o predomínio do *capital improdutivo* ou do *capital não produtor de mercadorias* em São Gonçalo.

São Gonçalo, mesmo com suas particularidades, não está sozinha nesse cenário de dominação do setor de serviços na economia, ao contrário, apenas participa de uma tendência maior enfrentada pelo Brasil. Segundo o *Anuário Estatístico* elaborado pelo Instituto Latino Americano de Estudos Socioeconômicos – *ILAESE* – a indústria de transformação nacional, em 1985, contava com 5.213.804 trabalhadores, 26,17% do total de trabalhadores empregados em todos os setores da economia, concomitante aos 4.079.485 de empregados no setor de serviços, cujo percentual, ainda em 1985, era de 20,48%, atrás somente da indústria de transformação, bem como da administração pública – com 4.397.142 de trabalhadores num total de 22,07%.

Transcorrida uma década, em 1995, assistimos a tal transformação: os trabalhadores da indústria de transformação passam para 4.897.517, num percentual de 20,84%, ao passo que o capital improdutivo contava com 5.163.133 de empregados, cujo total chegava a 21,97%, perdendo apenas para os funcionários públicos, 5.458.022 de trabalhadores, numa taxa de 23,23%. Apesar de extrapolar os limites cronológicos estabelecidos em nossa pesquisa, é possível acompanharmos o aumento quantitativo do pessoal empregado pelo capital não produtor de mercadorias, a nível nacional, em 2005 e em 2015: eram 6.133.461 de trabalhadores na indústria de transformação (18,45%) contra 8.218.836 de funcionários do capital prestador de serviços (24,73%) e, posteriormente, 7.566.900 de operários (15,74%) e 13.575.325 de trabalhadores encontrados no capital improdutivo (28,25%).¹⁴¹

Em virtude da disponibilidade de dados oferecida pelo RAIS, podemos apresentar a mesma evolução comparativa entre os trabalhadores da indústria de transformação e os do capital prestador de serviços em São Gonçalo, os quais podem ser apreciados a seguir:

Tabela 15- Trabalhadores nos três setores em São Gonçalo (1985-2000)

	Indústria de transformação/capital produtivo	Comércio/capital improdutivo	Serviços/capital improdutivo
1985	11.752	9.493	14.029
1986	14.234	9.870	15.458
1987	13.787	10.468	16.230
1988	13.541	10.654	16.525
1989	13.442	12.434	18.426
1990	12.245	11.996	19.807
1991	11.647	11.016	17.976
1992	11.284	11.337	17.271
1993	11.257	11.709	18.173
1994	10.581	13.265	17.615
1995	11.559	13.070	21.476
1996	12.421	15.693	22.803

¹⁴¹ Cf. ANUÁRIO Estatístico do ILAESE: trabalho e exploração. v.1, nº 03, outubro, 2021. São Paulo: ILAESE, 2021. p. 43.

1997	12.802	15.339	25.972
1998	13.169	16.251	25.863
1999	12.932	16.427	25.393
2000	13.386	16.356	26.641

Fonte: O autor, 2025, com base na RAIS/MTE (1985-2000).

Diferentemente do que fora apresentado anteriormente, a distribuição de São Gonçalo, em 1985, já apontava para boa parte dos trabalhadores situada no setor de serviços, em que, num total de 43.035 vínculos trabalhistas cadastrados, o capital não produtor de mercadorias detinha 32,59%, seguido pelo capital industrial com 27,30% e pelo setor comercial, tanto varejista quanto o atacadista, com 22,05%. Em 1995, particularmente, a situação se agrava, pois, entre os 59.034 cadastrados, a indústria de transformação ficava apenas com 19,58%, enquanto, os capitais não produtores de mercadoria, juntos, somavam 58,5%, predomínio esse preservado em 2005 – 15,54% para o capital industrial e 63,48% para o improdutivo – e em 2015 – 10,41% da indústria de transformação e 68,98% para os setores de comércio e serviços.¹⁴² Não é de surpresa alguma, neste sentido, que os setores improdutivos foram aqueles com maiores percentuais quanto ao aumento de pessoal ocupado, apresentando o setor de comércio um crescimento de 72,29% em quinze anos – 1985 a 2000 – e o de serviços 89,89% na mesma época, se bem que, como mostramos, a quantidade do pessoal ocupado nas indústrias em São Gonçalo passou por uma *industrialização relativa*, porém, muito menor, de apenas 13,90% entre 1985 e 2000.¹⁴³

Como mostramos anteriormente, as antigas fábricas e estabelecimentos de atividades encerradas foram, gradualmente, sendo substituídas por empresas do capital comercial internacional – *Sam's Club, Carrefour* – logo, não é exagero afirmar que muitos desses trabalhadores e funcionários, do setor de comércios, se encontravam em mercados e

¹⁴² Em 2005 foram cadastrados 83.032 trabalhadores no RAIS entre os quais 12.910 pertenciam ao setor industrial, 23.571 ao setor comercial e 29.149 ao setor de serviços, enquanto que em 2015 encontramos 112.529 vínculos cadastrados, em que 12.760 eram da indústria de transformação, 36.631 do capital comercial e 47.905 do capital prestador de serviços.

¹⁴³ À primeira vista, pode parecer uma grave contradição o que fora apresentado acima, afinal, dissemos no capítulo anterior o quão errônea era a tese da *sociedade pós-industrial*, porém, caminhamos no sentido de concordar com ela ao mostrarmos, tanto na realidade nacional quanto na de São Gonçalo, a predominância dos setores não produtores de mercadorias. Apesar disso, nosso posicionamento quanto ao *pós industrialismo* ainda se mantém, o que queremos ressaltar, por assim dizer, é o aumento quantitativo dos trabalhadores prestadores de serviços e comerciantes, seja no setor varejista ou no atacadista, o qual, em hipótese alguma, descarta o capital industrial, mesmo em um cenário de desindustrialização relativo como demonstramos anteriormente.

supermercados de companhias estrangeiras, destino semelhante de alguns cinemas de rua existentes em São Gonçalo, cujo imóvel passou a abrigar, quando não igrejas, locais de comércio e serviços, por exemplo, agências bancárias¹⁴⁴ e afins.

Se, de um lado, é inegável o contraditório cenário, em São Gonçalo no fim do século passado, de *industrialização* e *desindustrialização* relativas, ao qual se liga à reestruturação produtiva industrial marcada por uma dominação do capital mais flexibilizada, somado a presença cada vez maior do capital não produtor de mercadoria, em termos quantitativos e qualitativos, é preciso, de outro, ver mais perto as próprias características do cenário econômico em São Gonçalo em fins do século XX.

Tabela 16 - Estabelecimentos industriais, comerciais e de prestação de serviços em São Gonçalo (1985-2000)

	Indústrias de transformação	Comércio	Serviços
1985	425	1.675	940
1986	556	1.742	999
1987	657	1.906	1.099
1988	663	1.968	1.055
1989	685	2.001	1.034
1990	749	2.070	1.083
1991	724	2.071	1.048
1992	639	1.971	1.003
1993	602	2.015	969
1994	569	2.371	1.092
1995	616	2.411	1.284

¹⁴⁴ Alguns cinemas de rua no bairro do Paraíso, após encerramento de suas atividades, se tornaram agências bancárias, como o Cinema Paraíso, cujo imóvel passou a ser do Banco Bradesco, localizado na Rua Comandante Ari Parreiras.

1996	650	2.661	1.484
1997	649	2.751	1.622
1998	637	2.784	1.712
1999	628	2.836	1.796
2000	606	2.865	1.877

Fonte: RAIS/MTE, 1985-2000.

Tabela 17- Evolução da quantidade estabelecimentos industriais, comerciais e de prestação de serviços em São Gonçalo (1985-2000)

Setor	1985	1990	1995	2000	Δ% 1985-2000
Indústria de transformação	425	749	616	606	42%
Setor de comércio	1.675	2.070	2.411	2.865	71%
Setor de serviços	940	1.083	1.284	1.877	99%

Fonte: O autor, 2025, com base na RAIS/MTE (1985-2000).

Tabela 18 -Estabelecimentos industriais em São Gonçalo (1985-2000)

Tamanho dos estabelecimentos	1985	1990	1995	2000
0 empregados	42	64	53	48
1 a 4 empregados	171	390	264	255
5 a 9 empregados	75	131	120	131
10 a 19 empregados	57	74	74	85
20 a 49 empregados	44	63	63	45
50 a 99 empregados	20	23	23	18
100 a 249 empregados	9	8	10	15
250 a 499 empregados	8	8	8	7
500 a 999 empregados	2	1	0	1
1000 ou mais empregados	2	1	1	2

Fonte: O autor, 2025, com base na RAIS/MTE (1985-2000).

Tabela 19- Estabelecimentos comerciais em São Gonçalo (1985-2000)

Tamanho dos estabelecimentos	1985	1990	1995	2000
0 empregados	236	214	276	309
1 a 4 empregados	1.002	1.313	1.522	1.659
5 a 9 empregados	271	336	369	548
10 a 19 empregados	96	133	160	222
20 a 49 empregados	54	59	68	99
50 a 99 empregados	14	13	23	26
100 a 249 empregados	2	6	10	5
250 a 499 empregados	3	2	8	4
500 a 999 empregados	1	0	0	0
1000 ou mais empregados	0	1	1	0

Fonte: O autor, 2025, com base na RAIS/MTE (1985-2000).

Tabela 20- Estabelecimentos de serviços em São Gonçalo (1985-2000)

Tamanho dos estabelecimentos	1985	1990	1995	2000
0 empregados	115	108	107	188
1 a 4 empregados	550	628	789	1.183
5 a 9 empregados	115	169	202	377
10 a 19 empregados	76	101	153	171
20 a 49 empregados	77	86	113	158
50 a 99 empregados	36	47	36	43
100 a 249 empregados	10	13	19	18
250 a 499 empregados	5	7	5	6
500 a 999 empregados	2	3	5	7
1000 ou mais empregados	1	2	2	1

Fonte: O autor, 2025, com base na RAIS/MTE (1985-2000).

A tabela 17 já escancara o que temos dito nas últimas páginas, a saber, as fábricas e unidades fabris na cidade de São Gonçalo começam a ser ultrapassadas por estabelecimentos comerciais e prestadores de serviços, mas merece atenção por parte de nós a discrepância entre os capitais industrial e o não produtor de mercadorias mesmo em 1985, quando não há sequer quinhentas fábricas, porém, existem quase mil estabelecimentos voltados ao setor de serviços e quase dois mil apenas para o setor comercial. Cabe ainda notar, a partir de 1994, os aumentos expressivos das unidades dominadas pelo capital não produtor de mercadorias concomitante à lenta expansão dos estabelecimentos fabris, cuja quantidade não ultrapassa nem mesmo as oitocentos unidades.

A contradição mais notória, segundo nossa avaliação, reside no fato de que, apesar do cenário de *desindustrialização relativa*, sobretudo ligado ao valor adicionado da produção industrial, existe um crescimento *quantitativo* de unidades fabris em São Gonçalo. Mas, como bem sabemos, quantidade e qualidade nem sempre caminham juntas, isto é, são fábricas em um considerado número, porém, com índices produtivos reduzidos, da mesma forma, não podemos nos esquecer de boa parte de tais fábricas era de média-baixa e baixa intensidades tecnológicas e ligada a setores da indústria leve, aquelas que não se destacam por gerar um desenvolvimento econômico e social de destaque ou tampouco tornam a indústria gonçalense capacitada para competir no cenário mundial.

Em seguida, notamos, mais uma vez, através da tabela 17, o percentual de crescimento maior apresentado pelos capitais não produtores de mercadoria, destacando-se o prestador de serviços, gerando a falsa paisagem de uma sociedade pós-industrial em São Gonçalo. Porém, era certamente a instalação do modo de produção capitalista flexível no município conforme demonstramos anteriormente.

Entretanto, o aspecto mais significativo a ser analisado está contido nas tabelas Z, A e C, nas quais é trazido à tona o tamanho de cada um dos estabelecimentos de todos os principais setores econômicos. Podemos classificar o porte de cada estabelecimento de acordo com a seguinte tabela a seguir:

Tabela 21- Definição de porte de estabelecimentos segundo o número de empregados

Porte	Comércio e Serviços	Indústria
Microempresa (ME)	Até 9 empregados	Até 19 empregados

Empresa de Pequeno Porte (EPP)	De 10 a 49 empregados	De 20 a 99 empregados
Médio Porte	De 50 a 99 empregados	De 100 a 499 empregados
Grandes empresas	100 ou mais empregados	500 ou mais empregados

Fonte: SEBRAE-NA/Dieese. Anuário do trabalho na micro e pequena empresa 2013, p. 17.

A começar pelo capital industrial, o produtor de mercadorias, claro deve estar que, em São Gonçalo, nos últimos anos do século passado, houve o domínio das *microempresas* (345 em 1985, 662 em 1990, 514 em 1995 e 519 em 2000) junto com as de *pequeno porte* (64 em 1985, 86 em 1990, 86 em 1995 e 63 em 2000). A mesma situação se repete com o capital comercial: São poucas as *grandes empresas* (6 em 1985, 8 em 1990, 19 em 1995 e 9 em 2000) e as *empresas de médio porte* (14 em 1985, 13 em 1990, 23 em 1995 e 26 em 2000). Com o capital prestador de serviços, igualmente improdutivo, temos o mesmo cenário: poucas *grandes empresas* (18 em 1985, 25 em 1990, 31 em 1995 e 32 em 2000) e de *pequeno porte* (36 em 1985, 47 em 1990, 36 em 1995 e 43 em 2000), enquanto predominam as *microempresas* (780 em 1985, 905 em 1990, 1.118 em 1995 e 1.748 em 2000) e as empresas de *pequeno porte* (153 em 1985, 187 em 1990, 266 em 1995 e 329 em 2000).

Logo, os capitais industrial-produtivo e comercial e de serviços improdutivos estavam, em São Gonçalo, instalados em microempresas e empresas de pequeno porte, mas o que significa tudo isto? *Ora, os pequenos e médios capitais eram aqueles mais presentes nas relações de produção e as forças produtivas de São Gonçalo*, os quais, na luta entre os capitais e os seus agentes, os capitalistas, são, certamente, os que mais tendem a perder e a sere, esmagados pelo grande capital, num processo ao qual damos o nome, seguindo a crítica da economia política burguesa realizada por Marx, de *centralização* de capitais¹⁴⁵. Neste sentido,

¹⁴⁵ A centralização de capital se dá quando determinada empresa se desenvolve às custas de outras empresas, ocorrendo fusões de empresas, aquisições e bancarrotas, além do crescimento gradual de determinada empresa que toma para si o mercado de outras empresas. Na centralização de capital não há crescimento econômico e nem da produção e apropriação da riqueza criada, somente há uma alteração qualitativa na distribuição da riqueza, no caso, as empresas monopolistas dominam certo setor, gerando a falência ou o desaparecimento de outras empresas concorrentes. A centralização de capital acontece de maneira avançada no setor industrial. À centralização de capitais se opõe a concentração de capital, a qual é o crescimento da atuação de uma empresa na produção, distribuição ou prestação de algum serviço. A concentração de capital está vinculada ao crescimento da empresa e dos produtos e serviços oferecidos, aos consumidores finais, por essa mesma empresa.

São Gonçalo, em meio à *desindustrialização relativa* de seu parque industrial nos anos 1980 e 1990, junto à *industrialização relativa* em termos de admissão de novos empregados, se encontrava na época supracitada permeada de micro e pequenas empresas industriais, comerciais e de prestação de serviços, com reduzida participação do grande capital produtivo e improdutivo.

A *reestruturação produtiva*, por sua vez, está ligada, mormente, à ocorrência da *desindustrialização relativa* do parque industrial local e, igualmente, à transição de um modelo de acumulação fordista e rígido em direção a um de maior flexibilidade e elasticidade cujos setores mais importantes, doravante, serão os comerciais e de serviços, os improdutivos e dependentes do capital produtivo, afinal de contas, aqueles necessitam das mercadorias concebidas pelas fábricas e unidades fabris em que o mais-valor já fora produzido pelo trabalhador.

Podemos, finalmente, afirmar, após todo o conteúdo exposto nesse capítulo, que os últimos anos do século passado mostram a nós uma considerável crise econômica na dimensão internacional, nacional e, obviamente, local, esta última a de maior interesse para nosso estudo. São Gonçalo, município da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, detentora de um processo bastante particular e bem-sucedido de industrialização, vale dizer, de penetração do capital industrial, aquele por trás da modernidade capitalista, enfrentou uma desindustrialização relativa e o fortalecimento dos pequenos e médios capitais improdutivos, que dependem do setor industrial, também pequeno e médio, o qual se expressou enquanto *reestruturação produtiva* local, apontado tantas vezes por nós.

Num município com grave desigualdade na apropriação das riquezas produzidas, a *reestruturação produtiva* em São Gonçalo nada mais significara do que uma nova forma do capital se manter vivo, isto é, de ter condições de poder se valorizar eternamente ou até tal processo for permitido. Os trabalhadores estabelecidos em São Gonçalo, sobretudo os do setor industrial – aqueles que produzem o valor e o mais-valor apropriados pelo capital – certamente não estavam em uma situação simples, afinal, findada a Ditadura Civil-Militar a favor do grande capital, entrariam na era neoliberal na qual seus direitos seriam cada vez ameaçados para que a acumulação pudesse ocorrer sem entraves, mesmo que o ataque aos trabalhadores, do ponto de vista da valorização do capital, seja contraditória.

Em suma, da *desindustrialização relativa* emerge a reestruturação produtiva já em pleno neoliberalismo sob a acumulação flexível, porém, não podemos nos esquecer de que, a nível internacional, a desindustrialização relativa nacional, da qual a de São Gonçalo nada mais do que é uma parcela particular, mostra, indubitavelmente, a vitalidade do *desenvolvimento*

desigual e combinado no capitalismo durante a fase imperialista, pois, as forças produtivas brasileiras industriais ficam cada vez mais atrasadas do ponto de vista tecnológico e, logicamente, irão depender das tecnologias e inovações das nações capitalistas imperialistas, as pioneiras e protagonistas da inovação tecnológica. Ao fim e ao cabo, continuamos e aprofundamos nosso caráter semicolonial.

CONCLUSÃO

Findada nossa dissertação, podemos, finalmente, fazer uma breve recapitulação de todo o caminho que percorremos até aqui. No **capítulo primeiro** tivemos como pretensão apresentar a história de São Gonçalo na primeira metade do século passado, especialmente para tratar do avanço da indústria no local, seguindo a teoria do *desenvolvimento desigual e combinado*, formulado por Leon Trotsky em algumas de suas obras. São Gonçalo, município de feições dominantes ligadas, em termos sociais e econômicos, à agricultura agroexportadora, da mesma forma que o Brasil na época supracitada, torna-se industrializado entre os anos 1940 e 1950 com maquinário moderno e avançado importado, isto é, combinam-se modernidade e arcaísmo em São Gonçalo.

No **segundo capítulo** nos detemos com as circunstâncias nas quais os países semicoloniais latino-americanos conseguiram, pelo menos alguns deles, adotar uma política econômica pautada pelo industrialismo no modelo de substituição de importações, bem como tentamos apresentar algumas características e efeitos dessa industrialização em São Gonçalo, como a exploração, o mais-valor, o tempo de trabalho necessário e etc., também tendo em vista a dinâmica do *desenvolvimento desigual e combinado* existente no interior do Brasil, haja vista que Rio de Janeiro e São Paulo serão os estados com os maiores avanços registrados assim que as indústrias se estabelecem em ambas as localidades, sobretudo entre os paulistas. No **terceiro capítulo** realizamos uma apresentação bastante breve e sucinta a respeito da desindustrialização na sociedade capitalista, mas estávamos preocupados, acima de tudo, em tratar deste mesmo fenômeno na sociedade brasileira, semicolonial, suas causas e determinações, assim como suas interpretações, explicações e, pasmem, até mesmo seus negadores.

No **quarto e último capítulo**, o mais significativo de nossa pesquisa, tratamos de nos deter de maneira mais profunda a respeito da desindustrialização de São Gonçalo, em que, em primeiro lugar, tentamos nos opor à interpretação de José Honorato Lessa, a qual não houve desindustrialização e, sim, *uma reestruturação, diversificação e respacialização produtivas*, defendendo e provando, em segundo lugar, a existência de uma desindustrialização relativa em São Gonçalo a partir dos anos 1980. Tentamos, ao máximo, evitar uma simples querela conceitual e terminológica quanto à desindustrialização, mas nos ater à realidade, aos fatos concretos ocorridos em São Gonçalo, e, neste sentido, o conceito de *desindustrialização relativa* expressa corretamente a realidade estudada e analisada. A configuração industrial de São Gonçalo se caracterizava, segundo nossa análise, por um conjunto de fábricas de pouca intensidade tecnológica e dominada por setores de bens de consumo duráveis, os quais se

notabilizam por não serem aqueles pelos quais uma forma social e econômica se torna mais desenvolvida e modernizada.

Para além disso, caminhamos em direção de mostrar que a desindustrialização relativa esteve, por assim dizer, por de trás da *reestruturação produtiva* em São Gonçalo, a qual entendemos como o avanço de um modo de produção capitalista mais flexível e mais elástico, no qual o capital produtivo e industrial perde espaço para os improdutivos, os de comércios e prestação de serviços, porém, sem aceitar a assim chamada *sociedade pós-industrial*. Os capitais em São Gonçalo, até fim do século passado, eram os pequenos e médios, assim sendo, São Gonçalo já não atraía mais o grande capital para seu interior, porém, isso não anula a existência do *desenvolvimento desigual e combinado*, pois certamente o capital presente em São Gonçalo, especialmente o industrial, ainda era estrangeiro, avançado e moderno que se instalou em um local atrasado.

Além disto tudo, consideramos, conforme havíamos adiantado no segundo capítulo, que a industrialização de São Gonçalo esteve sob o comando do capital, do valor que se valoriza, logo, sob hipótese alguma deve ser vista e entendida com olhares apoloéticos. Ao contrário da declaração genérica e digna de um “anticapitalismo romântico” proferida por José Honorato Lessa, que citamos no quarto capítulo, a marcha da industrialização comandada pelo capital e por seus agentes sempre tende, de um lado, ao enriquecimento das classes proprietárias, as quais não têm outra opção senão seguir seu capital, e, de outro, à pauperização relativa e absoluta dos trabalhadores, das classes não proprietárias, que necessitam vender sua força de trabalho. Não há perspectiva de apoio ao *desenvolvimentismo* em nossa dissertação.

A desindustrialização, particularmente, em nada abala o domínio do capital, mesmo que ocorrendo a partir de crises econômicas, mas as crises no capitalismo não significam, necessariamente, que haverá o colapso do capital. E como podemos ver ao longo do trabalho, outros capitais e capitalistas começam a se destacar, especialmente os improdutivos, apesar de precisarem do capital industrial.

BIBLIOGRAFIA

DOCUMENTAÇÃO

ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL. Rio de Janeiro, PNUD, IPEA, Fundação João Pinheiro, 2003.

ANUÁRIO Estatístico do ILAESE: trabalho & exploração. v. 1, nº 03, outubro, 2021.

BARROSO, Gustavo. **Brasil: colônia de banqueiros (História dos empréstimos de 1824 a 1934)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1934.

IBGE- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Anuário Estatístico do Estado do Rio de Janeiro.

IBGE- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo demográfico: 1991: resultados do universo relativos as características da população e dos domicílios**. Rio de Janeiro: IBGE, 1991.

_____ . **Censo Demográfico de 1960**. Rio de Janeiro: IBGE, 1960.

_____ . **Censo Demográfico de 1970**. Rio de Janeiro: IBGE, 1970.

_____ . **Censo Demográfico de 1950**. Rio de Janeiro: IBGE, 1950.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. **Relação Anual de Informações Sociais: Vínculos e estabelecimentos** [RAIS. MTE]. 1985 a 2001.

RECENSEAMENTO Geral do Brasil, realizado em 1º de setembro de 1940. Censos Econômicos, Agrícola, Industrial, Comercial e dos Serviços. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Instituto de Geografia e Estatística, 1951.

PALMIER, Luiz. **São Gonçalo Cinquentenário**. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Instituto de Geografia e Estatística, 1940.

SYDENSTRICKER, Iara. **Guia socioeconômico dos municípios do estado do Rio de Janeiro**. Vol. 1: Região Metropolitana. Rio de Janeiro: Gráfica JB, 1993.

MONOGRAFIAS, DISSERTAÇÕES E TESES CONSULTADAS

CAMPOS, Thales Henrique Silva. **Uma análise do processo de desindustrialização na microrregião de Divinópolis (MG) no período 2011-2020**. Uberlândia: UFU, 2023.

Pedrossian Neto, Pedro. **Desindustrialização ou pós-industrialização? Análise da queda da participação da indústria no PIB brasileiro**. 2012. 179 f. Dissertação (Mestrado em Economia) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2012

LESSA, José Luís Honorato. **A paisagem revelada: natureza da concentração industrial em São Gonçalo (RJ) – crise ou reestruturação da indústria local? 2009**. 150 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2009.

ROSA, Daniel Pereira. **De cidade-dormitório à centralidade da grande cidade periférica: trabalho, consumo e vida de relações de São Gonçalo na Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RJ)** / Daniel Pereira Rosa; orientador Fabio Bettioli Contel. – São Paulo, 2017. 299 f.

SOUZA, Rosimary Gonçalves de. **Poder local e implementação da política de saúde: dilemas da gestão descentralizada**. 2005. 200 f. Tese (Doutorado em Saúde Pública) - Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2005.

RELATÓRIOS CONSULTADOS

DESINDUSTRIALIZAÇÃO: conceito e situação do Brasil. **Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos**, n° 100, jul. de 2011. p.5-6.

SITES CONSULTADOS

BLOGGER. **Cuiqueiros**, 2010-2022. Disponível em: <https://cuiqueiros.blogspot.com/>. Acesso em: 17 fev. de 2025.

BLOGGER. **Estrada de ferro de Maricá.** Disponível em: <https://estradadeferromarica.blogspot.com/>. Acesso em: 30 abr. de 2024.

BLOGGER. **Grupo prazer de jogar Niterói,** 2009-2025. Disponível em: <https://grupoprazerdejogar.blogspot.com/>. Acesso em: 18 fev. de 2025.

DATA VIVA. Disponível em: <https://www.dataviva.info/pt/>. Acesso em: 23 mai. de 2025.

GLOBO COMUNICAÇÕES E PARTICIPAÇÕES S.A. **G1,** 2000-2025. Disponível em: <https://g1.globo.com/>. Acesso em: 19 jan. de 2025.

Jornal da Região, 2023-2025. Disponível em: <https://jornaldaregiao.com/>. Acesso em: 11 jan. de 2025.

META. **São Gonçalo Antigo.** Disponível em: https://www.facebook.com/SGAntigo?locale=pt_BR. Acesso em: 17 fev. de 2025.

MUNDIWARE. **O São Gonçalo.** Disponível em: <https://www.osaogoncalo.com.br/?d=1>. Acesso em: 10 jan. de 2025.

Sim São Gonçalo, 2012-2020. Disponível em: <https://simsaogoncalo.com.br/>. Acesso em: 20 ago. de 2024.

THEMESDNA. **Vilaturonline,** 2002-2025. Disponível em: <https://vilaturonline.com.br/>. Acesso em: 30 abr. de 2024.

TNB. **A tormenta social,** 2010-2024. Disponível em: <https://tormentasocial.blogspot.com/>. Acesso em: 20 ago. de 2024.

WIKIMEDIA. **Wikipédia, a enciclopédia livre.** Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Wikip%C3%A9dia:P%C3%A1gina_principal. Acesso em: 30 abr. de 2024.

WORDPRESS. **Economia e complexidade**, 2010-2025 .Disponível em: <https://eleuterioprado.blog/>. Acesso em: 06 ago. de 2024.

WORDPRESS. **ACESG: Blog corporativo**. Disponível em: <https://redesocialacesg.wordpress.com/>. Acesso em: 10 jan. de 2024.

LIVROS E ARTIGOS CONSULTADOS

ARAÚJO, Victor Leonardo De e MELO, Hildete Pereira De. O processo de esvaziamento industrial em São Gonçalo no século XX: auge e declínio da “Manchester Fluminense”. **Cadernos do Desenvolvimento Fluminense**, Rio de Janeiro, n. 4, p. 65-87, mai. 2014.

BACHA, Edmar e DE BOLLE, Mônica Baumgarten. **O futuro da indústria no Brasil: desindustrialização em debate**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

BRAGA, Marina Nelma de Carvalho. **O município de São Gonçalo e sua história**. 3ª ed. Niterói: Nitpress, 2006.

BRAGA, Lisandro. **A classe em farrapos: acumulação integral e expansão do lumpemproletariado**. 2ª ed. Goiânia: Ragtanela, 2024.

BERNARDO, João. **Labirintos do fascismo, volume seis: metamorfoses do fascismo**. São Paulo: Editora Hedra, 2022.

BETHELL, Leslie (org.). **História da América Latina, volume VI: A América Latina após 1930: Economia e Sociedade**. SP: Editora da Universidade de São Paulo/ Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2009.

BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do pensamento marxista**. Rio de Janeiro: Zahar, 1988.

BOTTOMORE, Tom e OUTHWAITE, William. **Dicionário do pensamento social do século XX**. Rio de Janeiro: Zahar, 1996.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Taxa de câmbio, doença holandesa, e desindustrialização. **Cadernos FGV Projetos**, 5 (14): 68-73, 2010.

CANO, Wilson. A desindustrialização do Brasil. **Economia e Sociedade**, Campinas, v.21, Número Especial, p.831-851, dez. 2012.

———. **Ensaio sobre a formação econômica regional do Brasil**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2002.

COLOMBO, Arthur Osvaldo; FELIPE, Ednilson Silva; SAMPAIO, Daniel Pereira. Desindustrialização no Brasil: uma análise empírica do processo em diferentes formatos. **Cadernos do Desenvolvimento**, Rio de Janeiro, vol. 15, n. 27, p. 83-112, jul-dez 2020.

CHANG, Ha-Joon. **23 coisas que não nos contaram sobre o capitalismo**. São Paulo: Cultrix, 2013.

CHASIN, José. **A miséria brasileira: 1964-1994 – do golpe militar à crise social**. São Paulo: Estudos e Edições Ad Hominem, 2000.

DAVIDSON, Neil. **Desenvolvimento desigual e combinado: modernidade, modernismo e revolução permanente**. São Paulo: Editora Unifesp, 2020.

FERNANDES, Florestan. **Em busca do socialismo: últimos escritos e outros textos**. São Paulo: Xamã, 1995.

———. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1972.

FRANK, Andre Gunder. O desenvolvimento do subdesenvolvimento. [*Monthly Review*, v. 18, nº. 04, setembro 1966].

FREIRE DE ALMEIDA, Y. (2022). A lei geral da acumulação capitalista: particularidades a partir da dependência. **Germinal: Marxismo E educação Em Debate**, 14(1), 466–476.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 34ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GEIGER, Pedro et al. Urbanização e industrialização na orla oriental da Baía de Guanabara. **Anuário Geográfico do Estado do Rio de Janeiro 1956**. Rio de Janeiro, n.9, 1957.

GINZBURG, Carlo. **Investigando Piero**. São Paulo: Cosac Naify, 2010.

———. **Mitos, emblemas e sinais: morfologia e história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

———. **O queijo e os vermes**. São Paulo: Companhia de Bolso, 2007.

GRAMSCI, Antonio. **A questão meridional**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

———. **Cadernos do cárcere, volume 5**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1992.

HEINRICH, Michael. **Introdução a *O capital* de Karl Marx**. São Paulo: Boitempo, 2024.

HOBBSAWM, Eric. “Prólogo”. In: ENGELS, Friedrich. **A situação da classe trabalhadora em Inglaterra**. Porto, Portugal: Afrontamento, 1975, p.5-23.

KOVAL, Boris. **História do proletariado brasileiro, 1857 a 1967**. São Paulo: Alfa-ômega, 1982.

LACOSTE, Yves. **Geografia do subdesenvolvimento**. 5ª ed. São Paulo: Difel, 1975.

LADURIE, Emmanuel Le Roy. **O carnaval de Romans**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

LEONARDO BARTH SOBRAL, Bruno. A falácia da “inflexão econômica positiva”: algumas características da desindustrialização fluminense e do “vazio produtivo” em sua periferia metropolitana. **Cadernos do Desenvolvimento Fluminense**, Rio de Janeiro, n. 10, p. 9–28, 2017.

LÊNIN, Vladímir Ilitch. **Imperialismo, estágio superior do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2021.

LESSA, José Luís Honorato. **A indústria gonçalense no século XX: origens e processos**. 1ª ed. São Gonçalo/RJ: Apologia Brasil, 2023.

_____. « “Pioneira do progresso fluminense”: o caso da industrialização de São Gonçalo (RJ) no século XX », *Espaço e Economia* [Online], 12 | 2018.

LEVI, Giovanni. **A herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII**. Rio de Janeiro: Civilização Fronteira, 2000.

LUQUEZ, Juliana. A potencialidade do conceito de reestruturação na análise espacial de São Gonçalo, Rio de Janeiro: pensar a cidade, pensar sua produção. **Boletim Goiano de Geografia**, v. 40, p. 1-22, 2020.

MACHADO, Gustavo. **Marx e a história: das particularidades nacionais à universalidade da revolução socialista**. São Paulo: Sundermann, 2018.

_____. O capitalismo brasileiro diante da assim chamada indústria 4.0. **ANUÁRIO Estatístico do ILAESE: trabalho & exploração**. v. 1, nº 03, outubro, 2021, p.80-94.

MARIÁTEGUI, José Carlos. **Sete ensaios de interpretação da realidade peruana**. São Paulo: Expressão Popular, Clacso, 2008.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1983

_____. **O capital: crítica da economia política, volume I: o processo de produção capitalista**. 3ª ed. São Paulo: Boitempo, 2023.

MONIZ, Edmundo. **A guerra social de canudos**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

_____. **Canudos: a luta pela terra**. São Paulo: Global Editora, 1984.

NETTO, José Paulo (org.). **Curso Livre Marx-Engels: a criação destruidora**. São Paulo: Boitempo, Carta Maior, 2015.

OLIVEIRA, Floriano José Godinho De. **Reestruturação produtiva, território e poder no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

PINHO, Osmundo de Araújo. “A vida em que vivemos”: raça, gênero e modernidade em São Gonçalo. **Revista Estudos Feministas**, v. 14, p. 169-198, 2006.

PRADO JR, Caio. **História econômica do Brasil**. 24ª ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1980.

TEIXEIRA, Francisco José Soares. **Pensando com Marx: uma leitura crítico-comentada de O Capital**. São Paulo: Ensaio, 1995.

THOMAS-BULMER, Victor. **História da América Latina, volume VI: A América Latina após 1930: Economia e Sociedade**. SP: Editora da Universidade de São Paulo/ Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2009.

TROTSKY, León. **A história da revolução russa**. Ed. do centenário. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2017.

———. **Balances e Perspectivas**. São Paulo: Editora Sundermann, 2010.

———. **A Revolução Permanente**. Lisboa: Antídoto, 1977.

TUMOLO, Paulo Sérgio. Reestruturação produtiva no Brasil: um balanço crítico introdutório da produção bibliográfica. **Educação e Sociedade**, ano XXII, nº 77, Dezembro/2001, p.74.

APÊNDICE- Brasil, Peru e Itália encarados pela teoria do *desenvolvimento desigual e combinado*: alguns excertos de Edmundo Moniz, José Carlos Mariátegui e Antonio Gramsci

Em nosso primeiro capítulo apresentamos uma breve análise da vida socioeconômica do município de São Gonçalo na primeira metade do século passado a partir da teoria, outrora apresentada por Marx e Lênin e sistematizada por Trotsky, do *desenvolvimento desigual e combinado* segundo a qual, não cansa lembrarmos, o modo de produção capitalista já em sua fase imperialista convive com outros modos de produção atrasados e arcaicos num mesmo país, estado, região e localidade. Isto é, modernidade e arcaísmo vivem lado a lado em que o segundo serve de complemento ao primeiro.

Além disto, não podemos nos esquecer de que o *desenvolvimento desigual e combinado*, longe de ser um simples conceito formulado a priori pela subjetividade de Trotsky, desempenhou um importante papel histórico no movimento marxista internacional na primeira metade do Novecentos, afinal de contas, estava se opondo ao vulgar etapismo da III Internacional Comunista, já deformada pela burocracia de Josef Stálin, para a qual a história humana fora dividida em cinco etapas esquemáticas: comunismo primitivo, escravismo, feudalismo, capitalismo e socialismo. Muitos países, sobretudo latino-americanos e africanos, não se encontravam preparados para a revolução socialista, ao contrário, eram ainda nações “feudais”, cuja classe aristocrática feudal não havia sido derrotada pelas burguesias nacionais, à maneira do que se passou na França em fins do século XVIII, então, neste sentido, era necessária uma insurreição liderada pela burguesia, com o auxílio do proletariado, para, em primeiro lugar, enterrar de uma vez por todas os resquícios feudais e, em seguida, desenvolver o capitalismo, ou seja, acumular capitais e mais capitais até que os trabalhadores já estivessem em condições, sabe-se lá quando, de dar cabo da revolução socialista. Estávamos diante do velho etapismo defendido pelos mencheviques na Revolução de Fevereiro de 1917, agora sustentado pelo stalinismo.

Marx, seguido de Lênin e Trotsky, fora muito astuto ao se dar conta do novo caráter da burguesia europeia após os eventos de 1848, a *Primavera dos Povos*, a qual passou a ser reacionária e antirrevolucionária, apesar de desempenhar um papel revolucionário em 1789 tal como mencionamos acima. De 1848 em diante a burguesia, especialmente no estágio imperialista, irá se tornar incapaz de promover quaisquer transformações profundas, até mesmo a classe burguesa nos países coloniais e semicoloniais, cujos exemplos são o Brasil e muitos países da periferia do capitalismo.

Tal tarefa caberia ao proletariado industrial, em conjunto com o campesinato, pois os trabalhadores eram os únicos agentes capazes de realizar as tarefas da burguesia, porém, seria uma revolução socialista proletária-campesina, a qual, como bem sabemos, ocorreu em solo russo em 1917 em meio à Primeira Guerra Mundial (1914-1918). À Revolução de Outubro de 1917, liderada pelos bolcheviques, seguiu-se o período de Guerra Civil (1917-1922) e a fundação da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, porém, o estado proletário passará por um grande processo de degeneração burocrática comandada por Stálin, do qual não falaremos por falta de espaço, mas devemos ressaltar que a cúpula stalinista destruiu todas as conquistas da revolução de 1917 e instaurou um período de terror, perseguição, mortes e deportações a todos os seus opositores, sobretudo aqueles que formavam a Oposição de Esquerda¹⁴⁶, sob liderança de Trotsky, o qual fora assassinado em 1940, quando estava exilado no México.

A teoria do *desenvolvimento desigual e combinado*, organizada por Trotsky, base para a *revolução permanente*, que manteve o internacionalismo marxista vivo¹⁴⁷, encontrou outros intelectuais e militantes marxistas tanto na Europa quanto no Novo Mundo, demonstrando o seu grande poder analítico de realidades muito distintas dos países capitalistas centrais – Inglaterra, Estados Unidos da América- nas quais o próprio proletariado poderia se tornar o agente principal de uma revolução socialista. Aqui veremos a maneira pela qual Edmundo Moniz, José Carlos Mariátegui e Antônio Gramsci estudaram, respectivamente, o Nordeste brasileiro, o Peru e a Itália a partir do *desenvolvimento desigual e combinado*, mesmo que, como veremos, as menções a Trotsky nem sempre serão comuns. Dito isto, é dado o momento de apresentamos as análises de cada autor.

¹⁴⁶ A Oposição de Esquerda foi um grupo formado em 1923, sob liderança de Trotsky, contra a política de Stalin já no comando do Partido Comunista Bolchevique. O grupo encontra seu fim em 1928 em decorrência da expulsão de todos os seus membros do partido, surgindo, em seguida, a Oposição de Esquerda Internacional. Trotsky e muitos outros membros da Oposição foram executados sob ordens do próprio Stalin nos chamados Grandes Expurgos, sobretudo durante os Julgamentos de Moscou (1936-1938), quando boa parte dos velhos bolcheviques foi condenada e sentenciada à morte, em um verdadeiro massacre de militantes comunistas.

¹⁴⁷ A teoria da revolução permanente, já presente em Marx, advoga a necessidade, *grosso modo*, de todas as revoluções socialistas, seja nos países avançados, atrasados, coloniais ou semicoloniais, devem se expandir a nível internacional uma vez que o modo de produção capitalista, ao contrário das formações sociais pré-capitalistas, se universaliza por todo o mundo, processo este remontando, pelo menos, ao século XVI. O internacionalismo da revolução permanente é incrivelmente oposto e contrário à tese do *socialismo num só país*, segundo a qual haveria condições concretas do “socialismo” – na URSS não a ditadura do proletariado, mas, sim, a ditadura da burocracia stalinista – se consolidar em âmbito nacional, como se fosse uma ilha socialista em meio a um arquipélago capitalista, sem necessitar de outras transformações nos demais países dominados pelo capital. Claro está que o *socialismo num só país*, defendida por Bukharin e Stalin, tem o nacionalismo como seu verdadeiro conteúdo, negando, portanto, o compromisso internacionalista marxista. Um notório defensor do *socialismo num só país* foi o filósofo húngaro Georg Lukács (1885-1971).

Edmundo Moniz apresenta Antônio Conselheiro a Trotsky: Canudos entre o arcaísmo e o capitalismo moderno

Natural de Salvador, capital da Bahia, Edmundo Moniz nasceu em 1911 no seio da notável família Moniz, cujos membros se fizeram presentes na vida política, jurídica e artística nacional. O pai de Edmundo, Antônio Moniz Sodré de Aragão (1881-1940), fora governador da Bahia entre 1916 e 1920 e senador da república entre 1920 e 1927, bem como Edmundo Moniz era tio de Luiz Alberto Moniz Bandeira (1935-2017), renomado cientista política e historiador, especialista nas relações exteriores envolvendo o Brasil.

Edmundo Moniz realizou sua formação acadêmica pela Universidade do Brasil, a atual Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UFRJ), no curso de Direito, durante a qual se aproximou da tradição trotskista, uma vez que conheceu Rodolfo Coutinho (1901-1955), inicialmente militante do Partido Comunista Brasileiro e, posteriormente, integrante do Grupo Comunista Lênin já na década de 1930; Coutinho e Moniz se encontraram pela primeira vez no Sindicato dos Professores do Rio de Janeiro, o qual o primeiro ajudou a fundar enquanto o segundo nele atuava enquanto aluno de Direito.

Porém, Moniz cultivaria grande relação de amizade com outro militante do GCL, Mário Pedrosa (1900-1981), formando, com Lívio Xavier (1900-1988), uma das primeiras gerações de militantes trotskistas, ligados à Oposição de Esquerda e, posteriormente, à IV Internacional, no Brasil. Moniz, diga-se de passagem, contribuiu com a tradução de uma obra de Trotsky, *Da Noruega ao México*, ora vertida como *Os crimes de Stálin*, em que conta seu exílio da URSS até se estabelecer no México.

Edmundo Moniz, além de advogado por formação e militante trotskista, fez carreira como jornalista no periódico *Correio da Manhã*, fundado no estado do Rio de Janeiro em 1901, no qual publicava poesias. Curiosamente, esteve por trás dos editoriais “Chega! Basta!” e “Fora!”, os quais pediam a renúncia de João Goulart da presidência do Brasil poucos momentos antes do golpe de 1964, assim como Moniz também se aproximou, por um breve período, da União Democrática Nacional, a UDN, chegando a apoiar o candidato Brigadeiro Eduardo Gomes em 1945, e tentou uma candidatura, pela própria UDN, para o cargo de vereador na cidade do Rio de Janeiro; na carreira jornalística, Moniz fundou, ainda em 1945, o jornal *A Vanguarda Socialista*, entretanto, teria mais prestígio no *Correio da Manhã*, com cuja família de fundadores, os Bittencourt, sua estirpe tinha laços e relações próximas.

Os excertos apresentados em nosso apêndice foram retirados pontualmente daquela que pode ser considerada sua obra mais reconhecida, a saber, *A guerra social de canudos*¹⁴⁸, escrita em 1978, dois anos após Moniz retornar ao Brasil depois de ser perseguido pela ditadura. Edmundo, na obra, opera um estudo a respeito de Antônio Conselheiro (1830-1897), liderança da comunidade de Canudos, no sertão baiano, contra a qual, sob falsas acusações de monarquismo, lutaram as forças armadas da então jovem república brasileira. O que mais nos interessa, em relação à obra, é o fato de Moniz ter se valido da teoria do *desenvolvimento desigual e combinado* para entender Canudos, não somente em relação a um desenvolver desigual nacional, entre a miserável região Nordeste em fins do século XIX e os estados do Rio de Janeiro e São Paulo, nos quais a industrialização e a urbanização iriam avançar a passos largos, mas também ligado à posição de Canudos no interior da divisão internacional do capitalismo durante o imperialismo.

Moniz, a respeito de Canudos e a luta dos sertanejos, se irritou e atacou a obra *A guerra do fim do mundo*, do literato peruano Mario Vargas Llosa (1936-2025), publicado em 1981, cujo enredo trata, obviamente, da Guerra de Canudos. Segundo Moniz¹⁴⁹, o romance de Llosa não passaria de uma das maiores falsificações da história, que, além de ser monótona, enfadonha e tendenciosa, apresenta Conselheiro como um ferrenho monarquista antirrepublicano, de tal modo que o recente governo republicano brasileiro, à época com menos de uma década de existência, seria a encarnação do Anticristo a vagar pela Terra, da mesma forma, o líder de Canudo teria sido transformado em mero capitão do mato que fazia devoluções de escravizados africanos a seus antigos senhores, caracterização infundada e sem respaldo historiográfico, afinal, Conselheiro esteve envolvido na luta abolicionista nacional.¹⁵⁰

Após essas breves palavras, devemos apresentar os trechos em que aparece a teoria do desenvolvimento desigual e combinado aplicada a Canudos. Ei-los a seguir:

Seria estéril discutir a existência ou não de uma sociedade feudal no Brasil. Mas é preciso definir as características básicas da sociedade brasileira. É claro que o feudalismo, no Brasil, não poderia ter as mesmas características do feudalismo europeu, que, após a sociedade escravocrata, evoluiu passando por todas as formas do desenvolvimento orgânico. O feudalismo russo tem tais peculiaridades que sua existência chegou a ser negada por não assemelhar-se ao modelo da Europa ocidental. Os regimes escravocratas traziam em si os elementos que determinaram o

¹⁴⁸ Os trechos mostrados estão presentes no capítulo “Desenvolvimento desigual e combinado”, o capítulo quinto da primeira seção, intitulada de “Utopia”.

¹⁴⁹ A publicação do romance de Vargas Llosa, diga-se passagem, levou à segunda edição da obra *Canudos: a luta social pela terra*, escrita por Moniz em 1981, três anos após *A guerra social de Canudos*.

¹⁵⁰ Cf. MONIZ, Edmundo. *Canudos: a luta pela terra*. 3ª ed. São Paulo: Global Editora, 1984. p.11.

feudalismo, e este, por sua vez, os elementos que determinaram o capitalismo. São fenômenos impossíveis de serem analisados estaticamente. As transformações históricas dão-se em vários estágios. Ora de maneira estática, ora de maneira emergente. **Não há um regime escravocrata puro, assim como não existe um feudalismo e um capitalismo puro. Todo e qualquer regime conserva características do regime anterior e traz a semente do seguinte.** A dinâmica da história não admite as formas esquemáticas. Se não fosse assim, seria impossível passar-se de um regime para outro diferente. Os períodos se sucedem dialeticamente em consequência da autodinâmica das contradições internas. (BANDEIRA, 1978, p.70, grifos nossos)

Por que o feudalismo chegou ao Brasil quando já surgira em Portugal o sistema mercantilista que iria produzir a sociedade capitalista? Se admitirmos a ideia de que não houve feudalismo no Brasil, a colonização teria começado com a revolução burguesa antes que a mesma se fizesse na Europa. Verificar-se-ia o salto da comunidade primitiva para o capitalismo. **A hipótese de que a revolução burguesa, em Portugal, datava de 1383-1385, quando D. João I, o mestre de Avis, reagindo contra D. João I de Castelo, apossou-se do trono, é historicamente inaceitável.** Tanto em Portugal, como na Espanha, não tardou o declínio do grupo mercantil que se apoiava no capital comercial e no capital usurário. Portugal não podia ter feito a revolução burguesa e voltado novamente ao feudalismo. **Em realidade, não havia capitalismo em Portugal no começo da colonização do Brasil e, portanto, não podia haver capitalismo na colônia.** (BANDEIRA, 1978, p.71, grifos nossos)

A economia brasileira, como a de todos os países subdesenvolvidos, regida pela *lei do desenvolvimento desigual da cultura* e a *lei do desenvolvimento combinado*, caracteriza-se, em sua evolução, pelo entrosamento de diversas etapas, pela fusão de fases claramente distintas, pelo amálgama de formas arcaicas e de formas modernas. Encontram-se na história econômica do Brasil, por vezes simultaneamente, o trabalho servil e o trabalho livre. A situação do litoral difere da situação no interior. No sertão, desenvolveu-se uma sociedade na qual existia a dependência pessoal entre o servo e o senhor bem como o vínculo econômico da prestação de serviço ou da contribuição por espécie. Isto em menor escala no litoral onde prevaleceu a escravidão. Ainda se veem, no Brasil, distintos tipos de renda territorial com características feudais e pré-capitalistas. (BANDEIRA, 1972, p.72)

No desenvolvimento econômico do Brasil já havia aspectos pré-capitalistas amalgamados com as formas feudais de produção, pois o capitalismo brasileiro começou a desenvolver-se através da agricultura e do comércio, enquanto a indústria ficou reduzida a pequena escala e sobre bases individuais". (BANDEIRA, 1972, p.73)

O sertão de Antônio Conselheiro, como até hoje, encontrava-se no contexto da desigualdade de ritmo e do desenvolvimento combinado das regiões subdesenvolvidas. Canudos não podia fugir à regra. À agricultura e ao pastoreio organizados em forma comunal, como num *falanstério*, ajustava-se, por meio da exportação do couro, a participação no mercado mundial. Havia uma conexão entre a produção primitiva de Canudos e a colocação de alguns de seus produtos no mercado europeu. No sertão semifeudal surgia uma nova experiência social, semelhante às de Fourier e Owen". (BANDEIRA, 1972, p.73)

Antônio Conselheiro radicara-se num mundo primitivo e bárbaro que mantinha contato comercial com a Europa ao mesmo tempo que tentava construir uma comunidade igualitária que ia além da organização social do mundo burguês onde imperava a anarquia da produção. Tentou chegar à economia planificada e à sociedade sem classes através do desenvolvimento autônomo de uma cultura nova e original, liberta das velhas tradições". (BANDEIRA, 1972, p.73)

Antônio Conselheiro era o produto de uma sociedade caracterizada pelo desenvolvimento desigual e combinado, e as contradições que daí se originaram não

ficaram apenas no terreno econômico. Atingiram o terreno psicológico”.
(BANDEIRA, 1972, p.75)

Marxismo na América Latina: Mariátegui e a realidade peruana na concepção materialista da história

Nascido a 14 de junho de 1894 em Moquegua, cidade localizada na porção sul do Peru, Mariátegui é o segundo filho do casamento entre Francisco Javier Mariátegui y Requejo (1849-1907), figura *criolla* pertencente às classes dominantes de Lima, e Maria Amalia La Chira Vallejos (1860-1946), uma mulher de origem mestiça e humilde. José Carlos e seus irmãos, Júlio César, Guilhermina e Amanda tiveram que lidar com o abandono por parte do pai ainda durante a infância, ao passo que Javier Mariátegui morreria em 9 de novembro de 1907, quando José Carlos estava com 13 anos.

Entre 1909 e 1910, durante sua adolescência, José Carlos Mariátegui passa a trabalhar, mormente, como ajudante na tipografia do *La Prensa*, um periódico de Lima dirigido por Alberto Ulloa e, em seguida, se torna ajudante de linotipista e corretor de provas naquele mesmo jornal. Começa a publicar artigos no periódico em 1911 sob o pseudônimo de Juan Croniquer, porém, em 1916, se retira do *La Prensa* e se dirige a *El Tiempo*, do qual fora redator chefe. Seu pseudônimo seria abandonado de uma vez por todas em 1918, quando funda a revista *Nuestra Época*, de orientação socialista, junto a César Falcón e Félix Del Valle. Além disto, Mariátegui esteve presente na criação do Comitê de Propaganda e Organização Socialista, futuramente o primeiro Partido Socialista peruano.

Mariátegui também colabora na fundação do periódico de caráter popular *La Razón*, em 14 de maio de 1919. Contudo, o Peru, menos de dois meses depois, assistiria ao golpe de estado realizado por Augusto Leguía¹⁵¹, cuja ditadura proibiu a circulação do periódico *La Razón*. Tal situação apresenta duas peculiaridades relacionadas à vida de Mariátegui, a saber, ele não fora preso, nem perseguido tampouco executado, mas, sim, convidado a viajar para a Europa como “bolsista” do governo peruano, condição graças à qual passou pela França, onde conheceu o romancista Henri Barbusse (1873-1931) de quem se tornou amigo, e pela Itália, onde iria tanto se encontrar com Ana Chiappe (1898-1990), sua futura esposa, como iria tomar contanto com o jornal *L'Ordine Nuovo*, fundado pelo filósofo Antonio Gramsci¹⁵² – além de ter tido a

¹⁵¹ A ditadura de Leguía durou 11 anos, ou seja, ocorreu entre 1919 e 1930. Fora deposto o então presidente José Prado y Barreda (1864-1947), sucedido, como dissemos, por um governo ditatorial, cujo fim, ironicamente, também seria através de um novo golpe de estado, sob liderança de Luís Miguel Sánchez Cerro (1889-1933).

¹⁵² Mariátegui testemunhou a criação do Partido Comunista Italiano em 21 de janeiro de 1921, fundado por Gramsci e Amadeo Bordiga (1889-1970), durante o XVII Congresso Socialista. O Partido Comunista Italiano,

possibilidade de conhecer e se aprofundar na leitura dos principais autores marxistas à época; a segunda peculiaridade é que a família de Mariátegui tinha relações com o ditador peruano Leguía, pois a prima-irmã de Javier Francisco Mariátegui, Julia Swayne y Mariátegui, foi casado com o futuro ditador.

O retorno de Mariátegui ao Peru ocorreu em 1923, no dia 17 de março, ano no qual se encontra com Victor Raúl Haya de La Torre (1895-1979), fundador da Aliança Popular Revolucionária Americana, partido criado em 1924. Dois anos depois é criada a revista *Amauta*, existente até 1930, por Mariátegui, com a qual muitos intelectuais peruanos e opositores da ditadura de Leguía colaboraram; a revista, diga-se de passagem, tinha por finalidade a divulgação de ideias e artes de orientação socialista no Peru. Em 1928 Mariátegui rompe com a Aliança Popular Revolucionária Americana, para fundar, em seguida, o Partido Socialista do Peru, no qual atuou como secretário-geral, da mesma forma, é neste mesmo ano que se veio a público a principal obra do marxista peruano, *Sete ensaios de interpretação da realidade peruana*, da qual serão extraídos os trechos em que está presente a teoria do *desenvolvimento desigual e combinado*. Antes de adentrarmos em seu conteúdo, precisamos ressaltar que o marxista peruano iria falecer em 1930, em 16 de abril, em decorrência de problemas de saúde, quando estava com apenas 35 anos de idade, isto é, Mariátegui havia falecido de forma bastante prematura.

Sete ensaios de interpretação da realidade peruana, conforme adiantado, foi lançada em 1928, cinco após o regresso de seu autor após sua estadia no Velho Mundo. Mariátegui, diga-se de passagem, já havia tomado conhecimento das acusações de ser alguém “europeizado”, como deixa claro na introdução do livro, porém, ele reconhece a importância da Europa para sua formação socialista, quando afirma que:

Todo esse trabalho não passa de uma contribuição à crítica socialista dos problemas e da história do Peru. Não falta quem me acuse de europeizado, alheio aos fatos e às questões do meu país. Que a minha obra se encarregue de me justificar contra essa especulação barata e interessada. **Fiz na Europa o melhor da minha aprendizagem. E acredito que não há salvação para Indo-América sem a ciência e o pensamento europeus ou ocidentais.** Sarmiento, que ainda é um dos criadores da argentinidade, foi considerado, na sua época, um europeizado. Não achou melhor maneira de ser argentino. (MARIÁTEGUI, 2008, p.32, grifos nossos)

Deste modo, Mariátegui reconhece a importância e a contribuição de sua passagem pela Europa para o estudo da realidade peruana, pouco interessado na sua suposta “europeização”. Quanto ao livro em si, nosso marxista peruano elege alguns temas ligados à formação social de seu país – a evolução econômica, a terra, os indígenas, a literatura, educação pública, religião,

nascido de uma cisão da ala esquerda do Partido Socialista Italiano, fora fundado em um congresso no Teatro San Marco, enquanto o rompimento ocorreu no Teatro Goldoni.

regionalismo e centrismo – que passam a ser analisados de acordo com a concepção marxista, isto é, materialista e dialética. Uma das principais contribuições da obra, segundo nossa avaliação, reside em destacar as *particularidades* dos peruanos em relação aos demais países semicoloniais e coloniais da América Latina, como, por exemplo, a falta de acesso à terra dos indígenas peruanos, que formavam e formam a maioria da população do Peru. Dizemos isto em virtude de acreditarmos ser pouquíssimo eficiente ressaltar os aspectos em comum partilhados por todos os países colonizados por Portugal e Espanha nas Américas, uma vez que não se torna possível conhecer os problemas específicos de cada uma dessas nações, apesar de todas estarem, certamente, envolvidas na *universalidade* da dominação do capital, o que jamais pode ser deixado de lado.

Após esta breve apresentação, poderemos ver a maneira pela qual Mariátegui compreendeu a história peruana, ancorado na concepção materialista, seguindo a teoria do *desenvolvimento desigual e combinado*, mesmo sem fazer quaisquer menções a Trotsky de maneira direta. Os excertos escolhidos por nós são estes:

No plano da economia se percebe melhor que em qualquer outro até que ponto a conquista divide a história do Peru. A conquista aparece nesse terreno mais claramente que em qualquer outro, como uma quebra de continuidade. Até a conquista, desenvolveu-se no Peru uma economia que nascia espontânea e livremente do solo e da gente peruana. No império dos incas, agrupação de comunas agrícolas e sedentárias, o mais interessante era a economia. Todos os testemunhos históricos concordam na afirmação de que o povo incaico – trabalhador, disciplinado, panteísta e simples – vivia com bem-estar material. As subsistências abundavam; a população crescia. O império ignorou radicalmente o problema de Malthus. A organização coletivista, regida pelos incas, tinha amortecido o impulso individualista dos índios; mas havia desenvolvido extraordinariamente neles, em proveito desse regime econômico, o hábito de uma humilde e religiosa obediência ao seu dever social. Os incas tiravam todo proveito social possível dessa virtude de seu povo, valorizavam o vasto território do império construindo caminhos, canais etc., e o estendiam submetendo à sua autoridade as tribos vizinhas. O trabalho coletivo e o esforço comum eram frutiferamente empregados nos fins sociais. (MARIÁTEGUI, 2008, p.33-34, grifos nossos)

Os conquistadores espanhóis destruíram, naturalmente, sem poder substituir, essa formidável máquina de produção. A sociedade indígena e a economia incaica se descompuseram e se aniquilaram completamente sob o golpe da conquista. Rompidos os vínculos de sua unidade, a nação se dissolveu em comunidades dispersas. O trabalho indígena deixou de funcionar de forma solidária e orgânica. Os conquistadores quase só se ocuparam de distribuir e disputar entre si o fértil botim de guerra. **Despojaram os templos e palácios dos tesouros que estes guardavam; repartiram entre si as terras e os homens, sem se preocuparem por seu futuro como forças e meios de produção**”. (MARIÁTEGUI, 2008, p.34)

Mas a Espanha não enviou ao Peru – como ademais não enviou também às suas outras possessões – uma densa massa colonizadora. A debilidade do império espanhol consistiu precisamente em seu caráter e estrutura de empreendimento militar e eclesiástico, mais que político e econômico. Nas colônias espanholas não desembarcaram – como nas costas da Nova Inglaterra – grandes grupos de *pioneers*.

Para a América Espanhola praticamente só vieram os vice-reis, cortesãos, aventureiros, clérigos, doutores e soldados. Por isso não se formou uma verdadeira força de colonização. A população de Lima era composta por uma pequena corte, uma burocracia, alguns conventos, inquisidores, comerciantes, criados e escravos. O pioneiro espanhol, além do mais, não tinha aptidão para criar núcleos de trabalho. Em vez da utilização do índio, parecia perseguir seu extermínio. E os colonizadores não se bastavam para criar uma economia sólida e orgânica. A organização colonial fracassava pela base. Faltava a ela o cimento demográfico. Os espanhóis e os mestiços eram muito poucos para explorar, em vasta escala, as riquezas do território. E, como para o trabalho nas fazendas da costa se recorreu à importação de escravos negros, foram misturados, aos elementos característicos de uma sociedade feudal, elementos e características de uma sociedade escravista. (MARIÁTEGUI, 2008, p.34-45, grifos nossos)

Somente os jesuítas, com seu positivismo orgânico, puderam mostrar, no Peru como em outras terras da América, a aptidão para a criação econômica. Os latifúndios que lhes foram destinados prosperam. (MARIÁTEGUI, 2008, p.35)

Como a primeira, a segunda etapa dessa economia começa com um fato político e militar. A primeira etapa nasce da conquista. A segunda se inicia com a independência. Mas, enquanto a conquista engendra totalmente o processo da formação da nossa economia colonial, a independência aparece determinada e dominada por esse processo. (MARIÁTEGUI, 2008, p. 36)

Já tive – desde meu primeiro esforço marxista de fundamentar a história peruana no estudo do fato econômico – ocasião de me ocupar dessa etapa da revolução da independência, sustentando a seguinte tese: **As ideias da revolução francesa e da constituição estadunidense encontraram um clima favorável para sua difusão na América do Sul, porque na América do Sul já existiam, ainda que embrionariamente, uma burguesia que, diante de suas necessidades e interesses econômicos, podia e devia ser contagiada pelo humor revolucionário da burguesia europeia.** A independência da América hispânica não teria se realizado, certamente, se não tivesse contado com uma geração heroica, sensível à emoção da sua época, com capacidade e vontade para desenvolver uma verdadeira revolução nesses povos. A independência, sob esse aspecto, se apresenta como um empreendimento romântico. Mas isso não contradiz a tese da trama econômica da revolução emancipadora. (MARIÁTEGUI, 2008, p. 36)

Enfocada sobre o plano da história mundial, a independência sul-americana se apresenta como uma decidida pelas necessidades de desenvolvimento da civilização ocidental ou, melhor dito, capitalista. O ritmo do fenômeno capitalista teve, na elaboração da independência, uma função menos aparente e ostensiva, mas sem dúvida muito mais decisiva e profunda que o eco da filosofia e da literatura dos enciclopedistas. O império britânico, destinado a representar de maneira tão genuína e transcendental os interesses da civilização capitalista, estava então ainda em formação. Na Inglaterra, a sede do liberalismo e do protestantismo, a indústria e a máquina preparavam o futuro do capitalismo, ou seja, do fenômeno material do qual aqueles dois fenômenos, um político e outro religioso, aparecem na história como fermento espiritual e filosófico. Por isso coube à Inglaterra – com essa clara consciência de seu destino e missão histórica à qual deve sua hegemonia na civilização capitalista – desempenhar um papel primário na independência da América do Sul. (MARIÁTEGUI, 2008, p.37)

Começamos por constatar que coube ao guano e ao salitre, substâncias grosseiras, jogar na gesta da república um papel que parecia reservado ao ouro e à prata em tempos mais cavalheirescos e menos positivistas. A Espanha nos queria e nos guardava como país produtor de metais preciosos. A Inglaterra nos preferiu produtor de guano e do salitre. (MARIÁTEGUI, 2008, p.39)

O guano e o salitre, antes de tudo, cumpriram o papel de criar um comércio ativo com o mundo ocidental num período em que o Peru, mal situado geograficamente, não dispunha de grandes meios para atrair ao seu solo as correntes colonizadoras e civilizadoras que já fecundavam outros países da América indo-ibérica. (MARIÁTEGUI, 2008, p.40)

Os lucros do guano e do salitre criaram no Peru, onde a propriedade havia conservado até então um caráter aristocrático e feudal, os primeiros elementos sólidos de capital e comercial e bancário. Os *profiteurs* direto e indiretos das riquezas do litoral começaram a constituir uma classe capitalista. Formou-se no Peru uma burguesia, confundida e enraizada em sua origem e estrutura com a aristocracia, formada principalmente pelos sucessores dos *encomenderos* e latifundiários da colônia, mas obrigados por sua função a adotar os princípios fundamentais da economia e da política liberais. (MARIÁTEGUI, 2008, p.40-41)

Outra face desse capítulo da história econômica da república é a formação da nova economia como economia de prevalência costeira. A procura do ouro e da prata obrigou os espanhóis – contra sua tendência a se instalar na costa – a manter e ampliar seus postos avançados na serra. A mineração – atividade fundamental do regime econômico implantado pela Espanha no território sobre o qual prosperou antes uma sociedade genuína e tipicamente agrária – exigiu que se estabelecesse na serra as bases da colônia. O guano e o salitre chegaram para retificar essa situação. Fortaleceram da costa. Estimularam a sedimentação do Peru novo na terra baixa. E acentuaram o dualismo e o conflito que até agora constitui nosso maior problema histórico. (MARIÁTEGUI, 2008, p.41)

A derrota não apenas significou, para a economia nacional, a perda de suas principais fontes: o salitre e o guano. Significou, além disso, a paralisação das nascentes forças produtivas, a depressão geral da produção da produção e do comércio, a desvalorização da moeda nacional, a ruína do crédito externo. Dessangrada a mutilada, a nação sofria uma terrível anemia. (MARIÁTEGUI, 2008, p.42-43)

As etapas fundamentais desse capítulo em que nossa economia, convalescente da crise pós-bélica, se organiza lentamente sobre bases menos férteis, porém mais sólidas que as do guano e do salitre, podem ser esquematizadas nos seguintes fatos:

1. Aparecimento da indústria moderna: o estabelecimento de fábricas, usinas, transportes etc., que transformam, principalmente, a vida da costa. A formação de um proletariado industrial com tendência natural e crescente de adotar um ideário crescente, o que seca uma das antigas fontes do proselitismo caudilhistas e modifica os termos da luta política;
2. A função do capital financeiro: o surgimento dos bancos nacionais que financiam diversas empresas industriais e comerciais, mas que se movimentam dentro de um âmbito estreito, enfeudados aos interesses do capital estrangeiro e da grande propriedade agrária: o estabelecimento de filiais de bancos estratégicos que servem aos interesses das finanças estadunidenses e inglesa;
3. A diminuição das distâncias e o aumento do comércio entre Peru e Estados Unidos e Europa: como consequência da abertura do Canal do Panamá, que melhora de forma notável nossa posição geográfica, acelera-se o processo de incorporação do Peru na civilização ocidental;
4. A gradual superação do poder britânico pelo poder estadunidense: o Canal do Panamá parece ter aproximado o Peru mais dos Estados Unidos que da Europa. A participação do capital estadunidense na exploração do cobre e do petróleo peruanos, que se convertem em dois de nossos maiores produtos, proporciona uma larga e durável base para o predomínio yanque. A exportação para a Inglaterra, que, em 1898, constituía 56,7% da exportação total, em 1923 só chegava a 33,2%. No mesmo período, a exportação aos Estados Unidos subia de 9,5% para 39,7%. E esse

movimento se acentuava ainda mais na importação, pois enquanto a dos Estados Unidos, nesse período de 25 anos, passava de 10% para 38,9%, a da Grã-Bretanha baixava de 44,7% para 19,6%;

5. O desenvolvimento de uma classe capitalista, dentro da qual deixa de prevalecer como antes a antiga aristocracia: a propriedade agrária conserva seu poder, mas declina o dos sobrenomes vice-reinais. Constata-se o robustecimento da burguesia;

6. A ilusão da borracha: nos anos de seu apogeu, o país acredita ter encontrada o Eldorado na selva, que adquire temporariamente um valor extraordinário na economia e, principalmente, na imaginação do país. Afluem até a selva muitos indivíduos ‘da raça forte dos aventureiros’. Com a queda do preço da borracha, desaparece essa ilusão bastantes tropical nas suas origens e em suas características;

7. O superlucro do período europeu: a subida dos preços dos produtos peruanos provoca um rápido crescimento da fortuna privada nacional. Opera-se um reforço da hegemonia da costa na economia peruana;

8. A política de empréstimos: o restabelecimento do crédito peruano no estrangeiro levou o Estado a recorrer a empréstimos para a execução de seu programa de obras públicas. Também nessa função a América do Norte substituiu a Grã-Bretanha. Inundado de ouro, o mercado de Nova York é o que oferece as melhores condições. Os banqueiros ianques estudam diretamente as possibilidades de colocação de capital em empréstimos aos Estados latino-americanos. E tratam, é claro, de que sejam investidos com lucros para a indústria e o comércio estadunidenses”. (MARIÁTEGUI, 2008, p.44-45)

Apontarei uma constatação final: a de que no Peru atual coexistem elementos de três economias diferentes. Sob o regime de economia feudal nascido da conquista subsistem na serra alguns resíduos ainda vivos da economia comunista indígena. Na costa, sobre um solo feudal, cresce uma economia burguesa que, pelo menos em seu desenvolvimento mental, a impressão de ser uma economia retardada. (MARIÁTEGUI, 2008, p.46)

O Peru mantém, não obstante o incremento da mineração, seu caráter de país agrícola. O cultivo da terra ocupa a maioria da população nacional. O índio, que representa 4/5 da população, é habitualmente agricultor tradicional. Desde 1925, como consequência da queda dos preços do açúcar e do algodão e da diminuição das colheitas, as exportações da mineração ultrapassaram largamente as da agricultura. A exportação de petróleo e seus derivados, em rápido crescimento, influi poderosamente nesse sucesso. Mas a produção agropecuária só está parcialmente representada pelos produtos exportados: algodão, açúcar e derivados, lã, couro e borracha. A agricultura e a pecuária nacionais abastecem o consumo nacional, enquanto os produtos minerais são exportados quase integralmente. (MARIÁTEGUI, 2008, p.46)

A classe latifundiária não conseguiu se transformar em uma burguesia capitalista, dirigente da economia nacional. A mineração, o comércio, os transportes, se encontram nas mãos do capital estrangeiro. Os latifundiários se contentaram em servir como intermediários a esse, na produção de algodão e açúcar. Esse sistema econômico manteve, na agricultura, uma organização semifeudal, que se constituiu na maior dificuldade para o desenvolvimento do país. (MARIÁTEGUI, 2008, p.47)

A concentração capitalista foi precedida por uma etapa de livre concorrência. A grande propriedade moderna não surge, por conseguinte, da propriedade feudal, como provavelmente imaginam os latifundiários *criollos*. Muito ao contrário, para que surgisse a grande propriedade moderna, foi necessário o fracionamento, a dissolução da grande propriedade feudal. O capitalismo é um fenômeno urbano: tem o espírito do burgo industrial, manufatureiro, mercantil. Por isso um de seus primeiros atos foi a liberação da terra, a destruição do feudo. O desenvolvimento da cidade precisa se nutrir da atividade livre do camponês. No Peru, contra o sentido da emancipação

republicana, se encarregou ao espírito do feudo – antítese e negação do espírito do burgo – a criação de uma economia capitalista. (MARIÁTEGUI, 2008, p.51)

Norte e Sul italianos: modernidade industrial e zona rural atrasada num mesmo país

Gramsci nasceu em uma Sardenha empobrecida, localizada na parte sul da Itália, cujos pais eram pertencentes à classe média local, porém, a fração mais humilde desta. Em 1911, com 20 anos, Gramsci se torna aluno da Universidade de Turim, graças a uma bolsa de estudos, na qual teve contato e tornou-se influenciado pelo filósofo Benedetto Croce, ligado à tradição idealista italiana. Dois anos mais tarde ingressa no Partido Socialista Italiano em virtude da presença da classe trabalhadora de Turim a qual testemunhou e que o impressionou.

Gramsci, ao contrário de Marx, não se dedicou em seus escritos, antes e após sua prisão, à crítica da economia política burguesa e às contradições e problemas existentes na sociedade em termos socioeconômicos estruturais, preferindo o estudo de temáticas ligadas à cultura, à ideologia e afins. Mesmo assim, isso não impediu Gramsci de se preocupar com a classe trabalhadora e seu papel na revolução socialista, de tal modo que saudou a Revolução Russa de 1917 e defendeu a formação de conselhos operários aos quais os próprios trabalhadores industriais poderiam recorrer para sua união bem como serviriam de meio para desenvolvimento das faculdades necessárias destinada à criação de uma sociedade e um Estado inéditos. Aqui já podemos ver o nascimento daquela que será sua principal contribuição ao movimento marxista, a saber, o conceito de *hegemonia*.

Alguns poucos anos após os eventos de 1917, Gramsci participou da fundação do Partido Comunista Italiano, em 1921, assim como trabalhou para o Comintern entre 1922 e 1924, fora eleito para o Parlamento Italiano ainda em 1924, porém, a Itália se encontrava, desde 1922, sob domínio do fascismo sob liderança do ex-socialista Benito Mussolini. Neste sentido, não tardaria até o ditador ultrarreacionário prender Gramsci, cuja prisão ocorreu em novembro de 1926 e condenado a mais de vinte a anos de cárcere.

A principal contribuição teórica de Gramsci fora formulada, ao contrário do que muitos poderiam pensar, enquanto esteve enclausurado, sendo escritos 34 cadernos posteriormente organizados como *Os cadernos do cárcere*. A função dos intelectuais, a diferenças entre *intelectuais orgânicos* e *tradicionais*, a *revolução passiva*, as *sociedades civil e política*, o já citado conceito de *hegemonia* e muitos outros estão presentes nas anotações concebidas durante os anos de prisão. Gramsci falece em 1937, dois anos antes da 2ª Guerra Mundial e oito anos da queda do nazifascismo, com sua saúde em um estado bastante precário desde, pelo menos, 1934. A causa da morte foi hemorragia cerebral quando o marxista italiano estava com 46 anos.

Durante a estadia em Turim, no norte da Itália, capital de Piemonte, Gramsci fora capaz de perceber o enorme contraste entre a cidade industrial em que vivia com a vida camponesa atrasada no interior da qual nasceu e viveu até ingressar na universidade, diferença esta que o levou, tal como Lenin e Trotsky defendiam, a ver que em uma revolução de cunho socialista em solo italiano deveria haver uma aliança entre classe operária e os camponeses. A apresentação do que Gramsci formulou a partir do *desenvolvimento desigual e combinado* partirá, portanto, deste choque duas realidades desiguais, mas combinadas, sentido por Gramsci em Turim.

As publicações nas quais Gramsci analisa a história de sua terra natal segundo a teoria supracitada são *A Questão Meridional*¹⁵³, conjunto de artigos que pode ser caracterizado enquanto uma, por assim dizer, fase “pré-cárcere”, especialmente o artigo chamado *Alguns temas da questão meridional*, escrito em setembro de 1926, dois meses anteriores à prisão do autor, e o *caderno quinto*¹⁵⁴ dos *Cadernos do Cárcere*, no qual Gramsci se detém a respeito da história da Itália, sobretudo dando atenção ao movimento do *Risorgimento*¹⁵⁵. Dito isto, vejamos os trechos que contêm a teoria do desenvolvimento desigual e combinado voltada à realidade italiana:

A questão meridional

Os comunistas turineses tinham-se posto concretamente a questão da ‘hegemonia do proletariado’, quer dizer, da base social da ditadura proletária e do Estado operário. O proletariado pode e tomar classe dirigente e dominante na medida em que consegue criar um sistema de alianças de classes que lhe permita mobilizar contra o capitalismo e o Estado burguês e maioria da população trabalhadora — o que significa, na Itália, dadas as reais relações de classe existentes, que o proletariado pode se tornar classe dirigente e dominante na medida em que consegue obter o consenso das amplas massas camponesas. Mas a questão camponesa na Itália está historicamente determinada, não é a ‘questão camponesa e agrária em geral’. Na Itália, em decorrência da tradição italiana determinada e do desenvolvimento determinado da história italiana, a questão camponesa assumiu duas formas típicas e peculiares: a questão meridional e a questão vaticana. Conquistar a maioria das massas camponesas, portanto, significa para o proletariado italiano apropriar-se dessas duas questões do ponto de vista social, compreender as exigências de classe que elas representam, incorporar essas exigências a seu programa revolucionário de transição, colocar essas exigências entre as suas reivindicações de luta. (1987, p.139, grifos nossos)

¹⁵³ Cf. GRAMSCI, Antonio. *A questão meridional*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

¹⁵⁴ Cf. GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere, volume 5*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

¹⁵⁵ O Ressurgimento, numa tradução direta do italiano, era, *grosso modo*, um movimento cuja finalidade foi a unificação territorial e política da península italiana iniciado no começo do século XIX e concluído em 1861. Surge, neste sentido, o reino da Itália governado por Vitor Emanuel II entre 1861 e 1878, o qual fora o último rei da Sardenha entre 1849 e 1861. O neto de Emanuel II, o rei Emanuel III, seria o rei durante as duas guerras mundiais e a ascensão do fascismo e de Mussolini nos anos 1920, com cuja ditadura colaborou. O reinado de Emanuel III findou em 1946, após quase cinco décadas como monarca, afinal, assumiu o trono em 1900.

O Sul da Itália pode ser definido como uma grande desagregação social. Os camponeses, que constituem a grande maioria da sua população, não tem nenhuma coesão entre si. (É evidente que ocorrem exceções: as Pulhas, a Sardenha, a Sicília, onde existem características especiais no grande quadro da estrutura meridional.) **A sociedade meridional é um grande bloco agrário constituído por três estratos sociais: a grande massa camponesa, amorfa e desagregada; os intelectuais da pequena e média burguesia rural e, por fim, os grandes proprietários de terra e os grandes intelectuais.** Os camponeses meridionais estão em constante efervescência, mas, como massa, são incapazes de dar uma expressão centralizadas às suas aspirações e necessidades. O estrato médio dos intelectuais recebe da base camponesa os impulsos para sua atividade política e ideológica. **Os grandes proprietários no campo político e os grandes intelectuais no campo ideológico centraram e dominam, em última análise, todo este conjunto de manifestações.** Como é natural, e no campo ideológico que a centralização se verifica com maior eficácia e precisão. Giustino Fortunato e Benedetto Croce representam, por isso, as pedras angulares do sistema meridional e são, em certo *sentido*, as duas maiores figuras da reação italiana. (1987, p.154, grifos nossos)

O plano governamental de Sonnino e Franchetti não chegou sequer a ser iniciado. E nem podia sê-lo. O nó das relações entre o Norte e o Sul, no que se refere a organização da economia nacional e do Estado, e tal que o nascimento de uma classe média de natureza econômica (o que significa o nascimento ulterior de uma burguesia capitalista difusa) torna-se quase impossível. Qualquer acumulação de capitais e de poupanças na região é impossível em virtude do sistema fiscal e alfandegário e do fato de que os capitalistas proprietários de empresas, por não serem da região, não transformam seus lucros em novo capital, transferindo-os para outras localidades. (1987, p.159-160)

A aliança entre o proletariado e as massas camponesas exige essa formação, e ainda mais a exige a aliança entre o proletariado e as massas camponesas do Sul. O proletariado destruirá o bloco agrário meridional na medida em que conseguir, através de seu partido, organizar em formações autônomas e independentes massas cada vez mais numerosas de camponeses pobres; mas terá êxito maior ou menor nessa sua tarefa obrigatória conforme for capaz de desagregar o bloco intelectual que é a armadura flexível, mas enormemente resistente, no bloco agrário. (1987, p.165)

Cadernos do cárcere (Décimo nono caderno dos chamados *Cadernos especiais*¹⁵⁶)

§ 26. *A relação cidade-campo no Risorgimento e na estrutura nacional italiana.* As relações entre população urbana e população rural não são de um só tipo esquemático, especialmente na Itália. **É preciso, portanto, estabelecer o que se entende por ‘urbano’ e ‘rural’ na civilização moderna e quais combinações podem resultar da permanência de formas antiquadas e retrógradas na composição geral da população, estudada do ponto de vista de sua concentração maior ou menor.** Às vezes, verifica-se o paradoxo de que um tipo rural é mais progressista do que um tipo dito urbano.

Uma cidade ‘industrial’ é sempre mais progressista do que o campo, que dela depende organicamente. Mas, na Itália, nem todas as cidades são ‘industriais’ e, mais ainda, poucas são as cidades tipicamente industriais. As ‘cem’ cidades italianas seriam cidades industriais? A concentração da população em centros não-rurais, quase o dobro em relação à França, demonstraria que existe na Itália duas vezes mais industrialização do que na França? Na Itália, a urbanização não é só, nem sequer ‘especialmente’, um fenômeno de desenvolvimento capitalista e da grande indústria. Nápoles, que foi por muito tempo a maior cidade italiana e continua a figurar entre as maiores, não é uma cidade industrial; nem mesmo Roma,

¹⁵⁶ São, em geral, notas escritas por Gramsci a respeito de temáticas específicas. No volume de que fizemos uso, por exemplo, tais temas específicos são o *Risorgimento* italiano e a história dos povos subalternos na Itália.

a atual maior cidade italiana, é industrial. No entanto, até nestas cidades, de tipo medieval, existem fortes núcleos de populações do tipo urbano moderno: mas qual é sua posição relativa? Eles estão submersos, comprimidos, esmagados pela outra parte, que não é de tipo moderno e é a grandíssima maioria. Paradoxo das ‘cidades do silêncio’.

Neste tipo de cidade, existe entre todos os grupos sociais uma unidade ideológica urbana contra o campo, unidade da qual não escapam nem mesmo os núcleos mais modernos por sua função civil, que também aí existem: existe o ódio e o desprezo contra o ‘camponês’, uma frente única implícita contra as reivindicações do campo, que, realizadas, tornariam impossível a existência deste tipo de cidade. Reciprocamente, existe uma aversão ‘genérica’, mas nem por isto menos tenaz e apaixonada, do campo contra a cidade, contra toda a cidade, todos os grupos que a constituem. Esta relação geral, que, na realidade, é muito complexa e se manifesta em formas aparentemente contraditórias, teve uma importância primordial no desenvolvimento das lutas pelo *Risorgimento*, quando era ainda mais absoluta e operante do que hoje. **O primeiro exemplo clamoroso destas aparentes contradições deve ser estudado no episódio da República Partenopéia de 1799: a cidade foi esmagada pelo campo organizado nas hordas do Cardeal Ruffo, porque a República, por um lado, seja em sua primeira fase aristocrática, seja na segunda, burguesa, negligenciou completamente o campo, mas, por outro - ao acenar com a possibilidade de uma revolução jacobina, pela qual a propriedade fundiária, que gastava a renda agrária em Nápoles, podia ser expropriada, privando a grande massa popular de seus meios de renda e de vida -, deixou frio, se não hostil, o homem do povo de Nápoles. Além disto, no *Risorgimento* já se manifesta, embrionariamente, a relação histórica entre Norte e Sul como uma relação análoga à de uma grande cidade e um grande campo: como esta não é a relação orgânica e normal entre província e capital industrial, mas implica dois amplos territórios de tradição civil e cultural muito diversa, acentuam-se os aspectos e os elementos de um conflito de nacionalidade.** Aquilo que, no período do *Risorgimento*, é especialmente digno de nota é o fato de que, nas crises políticas, o Sul tem a iniciativa da ação: 1799, Nápoles; 1820-1821, Palermo; 1847, Messina e a Sicília; 1847-1848, Sicília e Nápoles. Outro fato notável é o aspecto particular que todo movimento assume na Itália Central, como uma via intermediária entre Norte e Sul: o período das iniciativas populares (relativas) vai de 1815 a 1849 e culmina na Toscana e nos Estados do Papa (deve-se sempre considerar a Romanha e a Lunigiana como pertencentes ao Centro). Estas peculiaridades têm uma correspondência mesmo depois: os acontecimentos de junho de 1914 culminaram em algumas regiões do Centro (Romanha e Marcas); a crise que se inicia em 1893, na Sicília, e repercute no *Mezzogiorno* e na Lunigiana, culmina em Milão em 1898; em 1919 se registram as invasões de terra no *Mezzogiorno* e na Sicília, em 1920 a ocupação das fábricas no Norte. **Esta relativa sincronia e simultaneidade mostra a existência, já depois de 1815, de uma estrutura econômico-política relativamente homogênea, por uma parte, e mostra, por outra; que nos períodos de crise é a parte mais fraca e periférica que reage inicialmente.** (2002, p.87-89, grifos nossos)

Primeiro caderno dos chamados *Cadernos miscelâneos*¹⁵⁷

§ 149. *Norte e Sul*. **A hegemonia do Norte teria sido ‘normal’ e historicamente benéfica se o industrialismo tivesse tido a capacidade de ampliar seus quadros com um certo ritmo, para incorporar cada vez mais novas zonas econômicas assimiladas.** Esta hegemonia seria, então, a expressão de uma luta entre o velho e o novo, entre o progresso e o atraso, entre o mais produtivo e o menos produtivo; ocorreria uma revolução econômica de caráter nacional (e de amplitude nacional), ainda que seu motor fosse temporária e funcionalmente regional. Todas as forças econômicas seriam estimuladas e à divisão se seguiria uma unidade superior. No entanto, não foi assim. **A hegemonia se apresentou como permanente; a divisão se**

¹⁵⁷ São apontamentos de Gramsci a respeito de uma multiplicidade de temas.

apresentou como uma condição histórica necessária por um tempo indeterminado e, portanto, aparentemente ‘perpétua’ para a existência de uma indústria setentrional.

Emigração. Compara-se Itália e Alemanha. É verdade que o desenvolvimento industrial, num primeiro momento, provocou uma forte emigração na Alemanha, mas, num segundo momento, não só a extinguiu, mas reabsorveu uma parte dela e determinou uma notável imigração. Isto deve ser dito no caso de uma comparação puramente mecânica dos dois fenômenos emigratórios, o italiano e o alemão: se o confronto for aprofundado, então aparecerão outras diferenças essenciais. Na Alemanha, o industrialismo produziu, num primeiro momento, um excesso dos próprios ‘quadros industriais’, e foram estes que emigraram, em condições econômicas bem determinadas: emigrou um certo capital humano já qualificado e dotado, junto com um certo estoque de capital financeiro. A emigração alemã era o reflexo de um certo excesso de energia ativa capitalista, que fecundava economias de outros países mais atrasados, ou do mesmo nível, mas carentes de homens e de quadros dirigentes. Na Itália, o fenômeno foi mais elementar e passivo e, o que é fundamental, não teve solução, mas continua até hoje. Embora praticamente a emigração tenha diminuído e mudado de qualidade, o que importa observar é que tal fato não é função de uma absorção das forças restantes em quadros industriais ampliados, com um padrão de vida nivelado ao dos países ‘normais’. É um produto da crise mundial, isto é, da existência em todos os países industriais de exércitos de reserva nacionais superiores à normalidade econômica. Acabou a função italiana de produtora de reserva operária para todo o mundo, não porque a Itália tenha normalizado seu equilíbrio demográfico, mas porque o mundo todo perdeu o próprio equilíbrio.

Intelectuais e operários. Outra diferença fundamental é esta: a emigração alemã foi orgânica, isto é, ao lado da massa trabalhadora emigraram elementos organizativos industriais. Na Itália, emigrou apenas a massa trabalhadora, predominantemente ainda amorfa, seja industrialmente, seja intelectualmente. Os correspondentes elementos intelectuais também permaneceram amorfos, isto é, não modificados em absoluto pelo industrialismo e por sua civilização; produziu-se um formidável desemprego de intelectuais, que provocou toda uma série de fenômenos de corrupção e de decomposição política e moral, com reflexos econômicos não desprezíveis. O próprio aparelho estatal, em todas as suas manifestações, foi afetado, assumindo um caráter particular. Assim, os conflitos se envenenavam em vez de desaparecer, e cada uma destas manifestações contribuía para aprofundar os conflitos. (2002, p.153-154, grifos nossos)

Terceiro caderno dos chamados *Cadernos miscelâneos*

§ 160. *Estrutura econômica italiana.* Giuseppe Paratore, num artigo da *Nuova Antologia* de 1º de março de 1929, ‘La economia, la finanza, il denaro d’Italia’, escreve que **a Itália tem ‘uma dupla estrutura econômica (industrial-capitalista no Norte, agrário-poupadora, no Sul)’** e observa que tal situação tornou difícil a estabilização da lira em 1926-1927. O método mais simples e direto de consolidar rapidamente a desvalorização da moeda, criando imediatamente uma nova paridade - segundo as prescrições de Kemmerer, Keynes, Cassei, etc. -, não era aconselhável, etc. Seria interessante saber qual setor, em última análise, se mostrou mais bem defendido: se a economia do Norte ou a do Sul, e isto porque, na realidade, a estabilização se consolidou depois de muitas hesitações e sob o pânico de um colapso fulminante (cotação do dólar em 1928: janeiro, 477,93liras; fevereiro, 479,93; março, 480,03; abril, 479,63; maio, 500,28; junho, 527,72; julho, 575,41); além disso, deve-se levar em conta que, em relação ao Norte, o Sul era mais homogêneo em suas reivindicações e tinha a solidariedade de todos os poupadores nacionais; no Norte, capitalistas divididos, exportadores favoráveis à inflação, por causa do mercado interno, etc., etc. Além disso: a estabilização com o câmbio baixo provocaria uma crise sociopolítica, e não só puramente econômica, porque mudaria a posição social de milhões de cidadãos. (2002, p.209, grifos nossos)